



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA**

**SAIONARA BONFIM SANTOS**

**O LABOR NAS RUAS DE SALVADOR: AS EXPERIÊNCIAS  
DOS TRABALHADORES DO BAIRRO DE CAJAZEIRAS**

SALVADOR  
2015

**SAIONARA BONFIM SANTOS**

**O LABOR NAS RUAS DE SALVADOR: AS EXPERIÊNCIAS  
DOS TRABALHADORES DO BAIRRO DE CAJAZEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Mari Aparecida  
Bortoli

SALVADOR  
2015

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

S237 Santos, Saionara Bonfim

O labor nas ruas de Salvador: as experiências dos trabalhadores do bairro de Cajazeiras/ Saionara Bonfim Santos. – Salvador, 2015.

157 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Profa. Dra. Mari Aparecida Bortoli.

1. Trabalhador de rua – Informalidade 2. Políticas sociais 3. Inclusão produtiva  
4. Movimentos sociais I. Título.

CDU 364.23 (813.8)

**TERMO DE APROVAÇÃO**

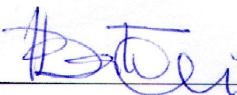
**SAIONARA BONFIM SANTOS**

**“O LABOR NAS RUAS DE SALVADOR: AS EXPERIÊNCIAS DOS  
TRABALHADORES DO BAIRRO DE CAJAZEIRAS”**

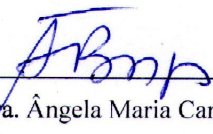
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas  
Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 26 de fevereiro de 2015.

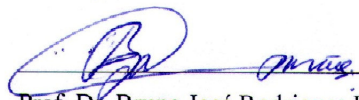
Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Mari Aparecida Bortoli (UCSal/PUCRS - Orientadora)

  
\_\_\_\_\_

Profa. Dra. Ângela Maria Carvalho Borges – UCSal

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Bruno José Rodrigues Durães - UFRB

*Dedico este trabalho aos meus familiares, amigos e alunos, que torcem e vibram quando avanço mais um passo em realizar o sonho de tornar-me uma pesquisadora.*

*Dedico este trabalho a todas as famílias carentes dessa cidade desigual que apresenta um cenário de segregação racial e social, onde nós pretos e pobres das comunidades periféricas sobrevivemos em condições miseráveis, onde acessar educação de qualidade e o ingresso na Universidade é um sonho distante.*

*Aos trabalhadores que ocupam as ruas de Salvador laborando diariamente pelo seu sustento diário.*

*Às lideranças comunitárias de Cajazeiras que não se abatem pelas dificuldades e continuam lutando por melhores condições de vida e trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que compartilharam do processo de construção dessa dissertação:

Agradecimento especial a minha orientadora, Dra. Mari Aparecida Bortoli, querida professora, que desde o primeiro encontro acreditou nessa proposta de pesquisa, a todo instante apoiando, confiando, motivando. Indicando possibilidades teóricas e metodológicas para avançarmos na pesquisa. Lições para uma vida inteira. Muito obrigada.

Agradeço carinhosamente à professora Dra. Ângela Maria Borges, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora. Suas aulas me motivaram a estudar sobre a temática: trabalho na perspectiva da teoria crítica. As discussões em sala sobre trabalho e sociabilidade me fizeram inclusive mudar o tema de pesquisa do mestrado. Grata pelas valiosas contribuições.

Agradeço ao querido professor Dr. Bruno José Rodrigues Durães, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora. Professor incrível, com vasto conhecimento sobre os trabalhadores informais, comprometido com a qualidade da pesquisa, fez contribuições valiosas ao trabalho, das indicações ao título, aos referenciais teóricos. Agradeço pelos convites para apresentar artigos em eventos e pela avaliação dos trabalhos enviados ao VIII ENAPEGS e à III Semana de História.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador, todos os funcionários, Direção, Coordenação, Secretaria, Biblioteca, Serviços Gerais, Comitê de Ética.

Aos colegas da turma do mestrado que partilharam processos de ensino e aprendizados, sobretudo os amigos que cultivei, como Gilmar, Mauricio, Lavínia, e especialmente minha amiga Carina Carvalho, uma mestra da vida, que me ensina um pouco cada dia sobre justiça social. Obrigada por me apoiar, me fazer rir das pequenas coisas da vida e chorar nos momentos de profunda reflexão sobre a complexidade da vida.

Aos colegas que passaram pelo Grupo de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas e Direitos. Grata à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia pela Bolsa de Pesquisa que custeia as mensalidades do mestrado UCSal.

Agradeço à Assistente Social Élen Catarine pelo apoio na elaboração dos gráficos, e agradecimento especial à Assistente Social Joseane Santos pelas revisões em todas as etapas do trabalho. Muito obrigada, você foi fundamental.

Ao meu companheiro, Elmo Carlos Miranda dos Santos, pelo amor, carinho e presença constante em todos os momentos. A minha mãe, Arlene Bonfim Santos, pelo apoio e carinho, aos meus amados irmãos Elídio Bonfim Rosa, Jorge Rosa Bonfim e minha irmã Raquel Santos de Jesus.

Ao incentivo, orgulho e felicidade demonstrados pelas minhas amigas-irmãs Soniara Cordeiro, Sinara Silva, Patrícia, Giseane Lins, Hilda Melo, Ana Cristina Lemos, Adriana Leal, Maísa Flores, Carina Plácido e o amigo Júlio Cesar.

Agradecimentos especiais a todos os trabalhadores de rua de Cajazeiras e às lideranças comunitárias por compartilharem as suas experiências e suas lutas. Grata!

*"Uma ideia torna-se força material quando ganha as massas organizadas".*

*"Trabalhadores do mundo uni-vos".*

*Karl Marx*



SANTOS, Saionara Bonfim. **O labor nas ruas de Salvador: as experiências dos trabalhadores do bairro de Cajazeiras.** 157 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, 2015

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as condições de vida e labor dos trabalhadores de rua de Cajazeiras. Nos últimos anos, estudos mostram a expansão de um fenômeno urbano constituído por trabalhadores que comercializam produtos e serviços nas ruas, sem proteção social nem trabalhista, em condições precárias para as atividades laborais. Para os pesquisadores, trata-se de um fenômeno estrutural, com dimensões globais, relacionado ao processo de reestruturação produtiva que vem se ampliando desde a década de 1990, quando o capital busca maximizar seus lucros a partir da organização flexível da produção, acentuando ainda mais a exploração da classe trabalhadora. Nesse contexto, o texto ora apresentado busca debater o trabalho informal como parte integrante das expressões da questão social, investigar as condições históricas que submeteram os trabalhadores às situações de desemprego e de precarização. Com uso de técnicas mistas, pesquisa bibliográfica, documental, observação da realidade local, o estudo procura analisar a informalidade e as políticas de inclusão produtiva. Para tanto, indaga-se: O trabalho de rua no bairro de Cajazeiras (em Salvador) representa uma força de trabalho precária e perversa? E dentro deste cenário, quais são os planos, programas e projetos, desenvolvidos na esfera municipal, destinados a atender as demandas destes trabalhadores? Visando responder tal problemática foram entrevistados dez trabalhadores, quatro lideranças comunitárias, e o gestor da Prefeitura Bairro de Cajazeiras. Os resultados desta pesquisa demonstram que as políticas de inclusão não são satisfatórias, que não há a existência de um envolvimento político eficaz e cidadão, além de que as condições de vida e labor dos trabalhadores de rua são precárias e extremamente mutáveis a agentes externos variados.

**Palavras-chave:** Informalidade, trabalhador de rua, políticas sociais, inclusão produtiva, movimentos sociais.

SANTOS, Saionara Bonfim. **The labor in Salvador streets: the experiences of Cajazeiras neighborhood of workers.** 157 f. Thesis (MA) - Graduate Program in Social and Citizenship Policies, Catholic University of Salvador (UCSAL), Salvador, 2015

### **ABSTRACT**

This study aims to analyze the conditions of life and work of Cajazeiras street workers. In recent years, studies show the expansion of an urban phenomenon consisting of workers selling products and services on the streets, without social protection or labor in poor conditions for industrial activities. For researchers, this is a structural phenomenon, with global dimensions, related to the restructuring process that has been growing since the 1990s, when capital seeks to maximize its profits from the flexible organization of production, widening the exploitation of the working class. In this context, the text presented here seeks to discuss the informal work as part of the terms of the social question, investigate the historical conditions that subjected the workers to situations of unemployment and precariousness. With use of mixed media, literature, documentary, observation of local reality, the study analyzes the informality and productive inclusion policies. Therefore, we look into: The street work in Cajazeiras neighborhood (in Salvador) is a precarious and perverse workforce? And in this scenario, what are the plans, programs and projects developed at the municipal level, designed to meet the demands of these workers? In order to answer this issue were interviewed ten employees, four community leaders, and the manager of City Hall Neighborhood Cajazeiras. The results have shown that inclusion policies are not satisfactory, that there is the existence of an effective political involvement and citizen, and that the conditions of life and work of street workers are precarious and extremely changeable to various external agents.

**Keywords:** Informality, social worker of street, politics, productive inclusion, social movements.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES (GRAVURAS)

Figura 1 - Rotatória de Cajazeiras X. ....	98
--	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES (GRÁFICOS)

Gráfico 1 - Como denomina a atividade que realiza. ....	101
Gráfico 2 - Dias trabalhados por semana.....	102
Gráfico 3 - Horas diárias trabalhadas. ....	103
Gráfico 4 - Renda mensal de venda das mercadorias/serviço. ....	105
Gráfico 5 - Mudança para o trabalho formal. ....	107
Gráfico 6 - Tempo de atividade laboral.....	111
Gráfico 7 - Associativismo.....	112

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABASE</b>	Associação Brasileira dos SEBRAE/Estaduais
<b>AGECOM</b>	Assessoria Geral de Comunicação
<b>AMICRO</b>	Associação de Micro Empresários de Cajazeiras
<b>ASMOPSJ</b>	Associação de Moradores do Loteamento Parque São José
<b>CDL</b>	Câmara de Dirigentes Lojistas
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<b>FCDL</b>	Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas
<b>FMLF</b>	Fundação Mário Leal Ferreira
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
<b>ISS-</b>	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MDIC</b>	Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MEI</b>	Micro Empreendedor Individual
<b>MIN</b>	Ministério da Integração Nacional
<b>MONAMPE</b>	Movimento Nacional das Micro e Pequenas Empresas
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organizações Não Governamentais
<b>OP</b>	Orçamento Participativo
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PREALC</b>	Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe
<b>REDESIM</b>	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

<b>SEDES</b>	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
<b>SEDES</b>	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Cultura e Turismo
<b>SEMOP</b>	Secretaria da Ordem Pública
<b>SEMPS</b>	Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza
<b>SEMUT</b>	Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte
<b>UNIS</b>	Unidades de Inclusão Socioprodutiva

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 TRABALHO E INFORMALIDADE .....</b>	<b>20</b>
2.1 TRABALHO: DEFINIÇÕES E CONCEPÇÕES .....	21
2.2 O TRABALHO NO SÉCULO XIX: EXPRESSÕES DA LUTA DE CLASSES .....	25
2.3 AS MUTAÇÕES DO TRABALHO: ASPECTOS DA CONFORMAÇÃO NO BRASIL.....	33
2.4 TRABALHO INFORMAL .....	41
2.5 TRABALHADORES DE RUA: UMA REALIDADE SOTEROPOLITANA.....	55
<b>3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS .....</b>	<b>66</b>
3.1 QUESTÃO SOCIAL: CONCEPÇÕES E EXPRESSÕES.....	66
3.2 POLÍTICAS SOCIAIS EM RESPOSTA ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL .	73
<b>3.2.1 Políticas sociais: viabilizando o exercício da cidadania .....</b>	<b>75</b>
3.3 INCLUSÃO PRODUTIVA COMO POLÍTICA DE PROMOÇÃO SOCIAL .....	80
<b>3.3.1 Plano Brasil Maior e Plano Brasil Sem Miséria: Políticas de Inclusão Produtiva ..</b>	<b>85</b>
<b>3.3.2 Programa Vida Melhor: Uma Iniciativa do Estado da Bahia .....</b>	<b>86</b>
<b>3.3.3 Salvador: Ações e projetos de inclusão produtiva.....</b>	<b>87</b>
<b>4 AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DE RUA DE CAJAZEIRAS.....</b>	<b>91</b>
4.1 IMPLANTAÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO INTEGRADO CAJAZEIRAS.....	91
<b>4.1.1 Centro do Bairro de Cajazeiras .....</b>	<b>95</b>
4.2 CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES DE RUA DE CAJAZEIRAS .....	97
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>138</b>
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ...	138
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA (Para o Gestor Público (Subprefeito de Cajazeiras) .....	139
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO (LIDERANÇAS).....	141
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO (TRABALHADORES).....	147
APÊNDICE E - FOTOS MERCADO CAJAZEIRAS.....	153
<b>ANEXOS .....</b>	<b>155</b>
ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	155

# 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa acerca das condições de vida e labor dos trabalhadores da rótula de Cajazeiras X foi desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador UCSAL – a partir do Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais, Direitos e Políticas Sociais UCSAL/CNPQ, atualmente certificado pela PUCRS. Esta pesquisa obedeceu a todos os trâmites exigidos e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP, sob o protocolo de número 858.550, conforme Anexo A.

A temática engloba a discussão sobre a informalidade no capitalismo contemporâneo e suas complexas expressões, aspecto de relevância para o debate da realidade do trabalho e da lógica que move o capital. Analisar tais expressões a partir da totalidade implica discutir o processo de dominação do trabalho pelo capital, que age em bases explícitas e implícitas, principalmente quando atua na determinação das formas de produção e reprodução material no âmbito do sistema capitalista. Nesta perspectiva, a análise contempla a discussão sobre o trabalho considerando seus aspectos históricos, as contradições e as lutas travadas em defesa de interesses das classes sociais. Assim, busca-se analisar as experiências dos trabalhadores de Cajazeiras/BA numa perspectiva crítica revelando suas condições de trabalho em âmbito local e mostrando a funcionalidade da informalidade ao modo de produção/reprodução capitalista. Esta análise também tem um caráter propositivo, visto que pretende contribuir para o aprofundamento das discussões acerca das políticas de inclusão produtiva.

A escolha do tema desta pesquisa está relacionada à participação da pesquisadora em processos organizativos comunitários, assim como na realização de projetos sociais na região. Também é pertinente para esta escolha o desenvolvimento de estudos e pesquisas que possam contribuir para a mudança da realidade desses trabalhadores. A região foi escolhida por comportar significativo número de trabalhadores informais, precisamente porque eles estão nesse local há muito tempo garantindo sua subsistência e de seus familiares com o comércio de diferentes produtos e serviços. Todavia as condições sob as quais realizam seu trabalho e garantem sua subsistência não coincidem com suas reivindicações. Estas, entretanto, comumente orientadas por interesses partidários, deflagrando o estabelecimento de relações utilitaristas que não contribuem para o estabelecimento de processos participativos e decisivos que poderiam levar ao avanço da organização e à implementação de políticas de inclusão produtiva para os trabalhadores.



A região em questão trata-se de Cajazeiras, que retrata o cenário urbano das grandes metrópoles brasileiras, no sentido de parecer uma cidade dentro da cidade de Salvador, distancia-se do centro histórico e comercial aproximadamente 20 quilômetros, chamando atenção por sua dinâmica social, política, econômica e cultural peculiar. O comércio formal e a economia dos segmentos populares (trabalhadores informais) crescem significativamente na região, contudo a expansão econômica nem sempre vem acompanhada de desenvolvimento social. Acumulam-se, por conseguinte, todas as mazelas das grandes cidades que se refletem, por exemplo, na falta de acesso de significativa parcela da população aos serviços básicos (de qualidade), como saúde, educação, segurança, trabalho, cultura, esporte e lazer. Nesse contexto social de desigualdade atuam em Cajazeiras mais de cinquenta processos organizativos da sociedade civil<sup>1</sup>, buscando melhores condições de vida e de trabalho para os moradores e trabalhadores locais.

O lócus da pesquisa é a Rótula da Feirinha<sup>2</sup>, conhecida como Rótula da Cajazeiras X, que, segundo feirantes mais antigos, existe há aproximadamente trinta anos e concentra o maior número de comerciantes (formais e informais) da região. Neste local as vias públicas são ocupadas por trabalhadores vendendo produtos variados, como frutas, verduras, roupas, calçados, brinquedos, CDs, DVDs, carnes, peixes, produtos importados, dentre outras mercadorias. E prestando serviços diversificados, como chaveiros, amoladores de tesouras e alicates, sapateiros, mototaxistas, dentre outros, num movimento apressado e cotidiano, do nascer do dia até a madrugada. Nesse local, transeuntes concorrem por espaços com compradores e vendedores, entre carros de passeio, ônibus, vans, bicicletas e compradores. Constata-se também nesta região a instalação de empresas nacionais e internacionais devido ao grande interesse do capital pelo consumo do contingente de pessoas apresentado, sendo considerado um local propício para uma investigação sobre a temática.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as condições de vida e de labor dos trabalhadores de Cajazeiras. Observando o crescimento populacional dos últimos anos na região, evidencia-se um fenômeno urbano de trabalhadores precarizados comercializando produtos e serviços nas ruas, sem proteção social, nem trabalhista, em condições inapropriadas para atividades laborais. Pesquisas apontam que este fenômeno estrutural com

---

<sup>1</sup> Dado coletado com o presidente da União das Associações Comunitárias e Entidades representativas de Cajazeiras e Adjacências, estão cadastradas na União mais de cinquenta associações.

<sup>2</sup> Rotatória que liga Cajazeiras X às Fazendas Grandes, Boca da Mata e Cajazeiras XI, dentre outras localidades adjacentes, da Região Metropolitana de Salvador/BA.

dimensões globais está relacionado ao processo de reestruturação produtiva que vem se ampliando desde a década de 1990, visando super lucros e um processo contínuo de exploração da classe trabalhadora e acumulação flexível do capital (ANTUNES, 2011).

Diante desse cenário, importa à análise, ora apresentada, investigar as circunstâncias que submeteram os trabalhadores em situação de desemprego, obrigando-os a trabalhar em arranjos informais precarizados, ocupando as vias públicas; Conhecer planos, programas e projetos desenvolvidos na esfera municipal destinados aos trabalhadores informais de Salvador. Como indagação de partida pergunta-se: O trabalho de rua no bairro de Cajazeiras (em Salvador) representa uma força de trabalho precária e perversa?

Quanto ao método, utiliza-se a teoria social crítica, com base no materialismo histórico, por entender que as relações sociais e de trabalho são construídas num processo histórico entre classes distintas de interesses antagônicos. A metodologia abrange aspectos de análise mista, considerando os tipos qualitativo e quantitativo, sendo este último utilizado como complementarmente para o aprofundamento do estudo aqui proposto, por entender que os dados estatísticos, numéricos contribuem e complementam uma análise mais detalhada dos fenômenos sociais da realidade a ser pesquisada. Visto que é aquela em que o pesquisador tende a basear as alegações de conhecimento em elementos pragmáticos, além de empregar estratégias de investigação que envolvem coletas de dados simultâneas ou sequenciais para melhor entender os problemas de pesquisa, de forma que o banco de dados final represente tanto informações qualitativas como quantitativas (CRESWELL, 2007, p. 35).

O processo exploratório da pesquisa tem perpassado por diversos caminhos, dentre eles: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta e uso de entrevista estruturada com os informantes-chave, no caso dez trabalhadores da rótula de Cajazeiras, quatro lideranças comunitárias<sup>3</sup> e o prefeito do referido bairro<sup>4</sup>. O resultado da aplicação das entrevistas dar-se-á através da exposição de pontos relevantes em gráficos e fragmentos dos

---

<sup>3</sup> Pretendia-se entrevistar cinco lideranças, entretanto o quinto colaborador não foi encontrado nas sete tentativas de entrevistá-lo. Este Sr. é dono da maior banca de frutas da Rotatória de Cajazeiras.

<sup>4</sup> O novo modelo substitui o antigo Sistema Integrado de Atendimento Regional (Siga), mas terá um caráter mais abrangente. A proposta é que, em cada unidade regional, a população possa contar com o atendimento de todos os órgãos e secretarias, facilitando o acesso da comunidade aos serviços públicos. Com mudanças, **as áreas de administração regional** passaram de 18 para dez: Centro/Brotas, Subúrbio/Ilhas, Cajazeiras, Cidade Baixa, Itapuã/Ipitanga, Barra/Pituba, Liberdade/São Caetano, Cabula/Tancredo Neves, Pau da Lima, Valéria. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/02/20/salvador-tera-as-10-prefeituras-bairro-funcionando-dentro-de-quatro-meses>>. Acesso em: 01 fev. 2015. O gestor das **administrações regionais** é titulado Prefeito do Bairro, no caso de Cajazeiras o gestor é o economista Sr. Alan Muniz, que ocupa o cargo desde início da gestão do atual prefeito, em 2012.

depoimentos, além de um esforço em relacionar os dados levantados a partir da realidade local com informações provenientes das produções teóricas acerca da reestruturação produtiva, no atual estágio de produção e reprodução capitalista, em escala global. Ressalva-se que o respaldo ético para a aplicação das entrevistas foi fundamentado na Resolução 196/96 e o instrumento comprovador foi o termo de consentimento (Apêndice A). Sendo que a aprovação da pesquisa foi devidamente autorizada pelos participantes.

O delineamento de investigação da realidade social em tela é o estudo de caso, visando compreender o referido fenômeno com mais profundidade. O estudo de caso facilita esta compreensão uma vez que expressa um recorte da realidade de determinada situação, além de “proporcionar evidências inseridas em diferentes contextos, concorrendo para a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade” (GIL, 2009, p. 139).

Tendo em vista o cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta pesquisa baseados na metodologia supramencionada, fez-se indispensável uma abordagem teórica-metodológica que possibilitasse entender o processo de acumulação capitalista, as transformações ocorridas recentemente na economia mundial, especificamente na economia brasileira. Para tanto, recorreu-se às vertentes de análise que se ocupam da temática estudada, especialmente as contribuições de Antunes (2007, 2011), Gohn (2004), Durães (2005, 2008) e Neto (2000, 2011).

A pesquisa é apresentada em quatro partes. Na primeira parte, discute-se o conceito de trabalho e suas transformações, bem como a crise contemporânea do capital e a superexploração da força de trabalho. Para tanto, essa seção foi desenvolvida em cinco tópicos temáticos, considerando a importância dos mesmos e a extensão do debate. A fim de problematizar essas questões a primeira seção apresenta a discussão sobre trabalho, definições e suas configurações. Constatam-se no processo histórico brasileiro transformações profundas nas condições de trabalho, como a elevação do desemprego, novas formas contratuais, informalização e precarização das relações de trabalho, considerando as contribuições teóricas de alguns autores, dentre eles Antunes (2000, 2007 e 2011), Marx (1983) e Cattani (2002).

Na segunda e terceira seções tratam das lutas de classes, bem como da realidade brasileira mediante resgate do processo de desenvolvimento do capitalismo em nosso país. Aspectos e fenômenos das lutas de classes, burgueses *versus* proletariado, capital *versus* trabalho. Totalidade/Universalidade: formação sócio histórica da sociedade capitalista de produção. A quarta seção problematiza a informalidade na tentativa de evidenciar os termos do debate em curso sobre a temática, a maneira diversa como vem sendo tratada ao

longo do tempo. Isso implica a evidência das dificuldades de conceituação de um fenômeno complexo, que na maior parte do tempo visa mascarar a situação de desemprego. Debater o trabalho informal em Salvador, na quinta seção, é demonstrar as expressões que esta atividade assume no processo de crescimento e urbanização da cidade. No cerne destas discussões traz-se o posicionamento de autores como Germer (2009), Hobsbawm (2001), Marx (1988, 2009), Schiffer (2004), Silva (2009) e Cacciamali, (2000).

Na segunda parte discutem-se as políticas estratégicas, ou seja, as políticas sociais de inclusão produtiva. Para tanto, apresenta o surgimento da “questão social” com base em uma análise sócio histórica do desenvolvimento do capitalismo, com o intuito de apreender os fundamentos da organização da sociedade capitalista e as bases que engendram a constituição da “questão social”. Buscou-se, assim, descobrir quais as características econômicas, sociais, políticas e históricas que imprimem uma configuração peculiar à mesma e quais as respostas dadas à “questão social” nessa sociedade. Nesta direção, procurou-se descobrir os elementos que imprimem uma configuração peculiar à “questão social” e as respostas engendradas a ela no Brasil. Para tanto, o arcabouço teórico foi baseado nos ideais de Yamamoto (2001, 2006), Netto (2011), Maciel (2011) e Gohn (2001).

Na terceira parte do trabalho apresentam-se as experiências do estudo de caso. Em meio à realidade comum a todos, vai-se resgatando a historicidade de alguns momentos da vida desses sujeitos, explicitando situações, dimensões da vida e do trabalho, estas baseadas nas obras de Mascarenhas (2011), Carvalho, Pereira, (2008), Durães (2006). As particularidades locais são apresentadas, visto que estão relacionadas ao objetivo principal da pesquisa.

Consideram-se nesse trabalho as experiências dos segmentos de trabalhadores num processo histórico de construção coletiva, forjado em cenários complexos de reprodução social, numa perspectiva do fazer cotidiano, seus costumes, suas vivências (THOMPSON, 1998). Sendo uma história revelada "de baixo para cima" (HOBSBAWM, 2010), a história de vida dos trabalhadores.

## 2 TRABALHO E INFORMALIDADE

A compreensão da construção de algumas categorias nos remete a um processo histórico, exigindo o resgate deste, quer para conhecimento de suas bases, quer para identificar suas razões, ou ainda pela necessidade de apreender a situação e as condições em que se apresentam. A informalidade do trabalho é um conceito não tão recente, e apresenta controvérsias.

A fim de apreender os processos relativos ao trabalho, direitos sociais e políticas públicas realizou-se o resgate histórico destas categorias, de forma a demarcar o universo no qual estão se constituindo as alternativas de sobrevivência e inserção laboral. Percebe-se que as condições de vida dos trabalhadores e a dinâmica do trabalho estão sofrendo profundas transformações, como a industrialização, a descoberta de novas tecnologias, o aumento da produção e ao mesmo tempo as crises econômicas.

O sistema produtivo impulsionado pela evolução tecnológica provocou inovações e mudanças, como a construção de novas formas de organização do trabalho e processos produtivos padronizados para aumentar a produtividade. Estes fatores contribuíram para que o número de trabalhadores necessários à realização da atividade produtiva fosse gradativamente reduzido<sup>5</sup>, provocando mudanças na esfera do trabalho, dando ao processo de reestruturação produtiva com objetivo de diminuir os custos e elevar a produtividade. Essas mudanças afetam a organização do trabalho, a estrutura produtiva, o mercado e a ação representativa dos trabalhadores.

A fim de problematizar essas questões este capítulo apresenta a discussão sobre trabalho, definições e suas configurações. Constatam-se no processo histórico brasileiro transformações profundas nas condições de trabalho, como a elevação do desemprego, novas formas contratuais, informalização e precarização das relações de trabalho.

As transformações ocorridas nas condições de trabalho atualmente se deram a partir da evolução do sistema produtivo impulsionado pela industrialização. A máquina passou a substituir o trabalho humano, surgiram novas formas de trabalho, os trabalhadores deixaram

---

<sup>5</sup> Definido como desemprego estrutural, que entende-se como a eliminação de postos de trabalho, de forma definitiva, dos métodos de produção, reflexo da queda da própria economia. Resulta do aprimoramento do processo produtivo através de novas formas de organização de trabalho e da aplicação de novas tecnologias. Este tipo de desemprego vem sendo provocado, então, pela modernização de máquinas e equipamentos, melhoram significativamente a produtividade, causando a redução da mão-de-obra (RIFKIN, 2004).

de ser proprietários de sua própria força de trabalho. É a partir dessas mudanças que se aborda o trabalho e as lutas dos trabalhadores. Nessa mesma direção reflete-se sobre o trabalho informal e suas características no contexto atual de flexibilização, desemprego e terceirização.

Desta forma, percebe-se que a centralidade do trabalho vem sendo bastante problematizada, visto que existe uma variedade de conceitos e concepções indicando que as ideias formuladas podem assumir perspectivas variadas. São muitos os estudiosos que vêm discutindo a categoria trabalho, por isso, nesse primeiro momento buscar-se-á trazer alguns conceitos debatidos ao longo do tempo, bem como localizar a categoria trabalho no decorrer da história do Brasil, compreendendo desde a Revolução Industrial até a contemporaneidade.

## 2.1 TRABALHO: DEFINIÇÕES E CONCEPÇÕES

As definições relativas à categoria trabalho se modificam ao longo do tempo e assumem concepções diversas, sejam elas de natureza econômica, jurídica, filosófica etc. (KAUFMANN, 2002). Verifica-se que cada época definiu o trabalho de acordo com a vivência cotidiana, a cultura, a política e os interesses sociais. A partir da teoria marxista é se que passa a refletir estas conceituações ao longo da história. Marx em sua obra “O Capital”, capítulo V, caracteriza o trabalho da seguinte maneira:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149).

O trabalho expressa a relação do homem com a natureza, busca na qual ele modificará a natureza e, ao modificá-la, modifica a si mesmo, pois diante das coisas que cria modifica sua vida.

Entretanto Marx, em sua obra, não estuda as formas instintivas de trabalho, mas o trabalho vivido pelos trabalhadores como vendedores de sua força de trabalho. Refere que “O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho” (MARX, 1983, p. 154). Como o capitalista é comprador da força de trabalho ele toma conta desta para

que se realize conforme seu objetivo. A finalidade do capitalista é a produção da “mais-valia”, que é determinada pelo “valor de uso e pelo tempo de trabalho necessário a sua produção” (MARX, 1983).

Antunes (2005, p. 69) conceitua o trabalho como momento de “sociabilidade, processo de socialização”, cuja finalidade básica é a busca da realização produtiva, que na sociedade capitalista transforma-se em meio de subsistência e, como tudo, transfigura-se em mercadoria e perde seu sentido que é a criação de utilidades para a realização humana. Entende que é através do trabalho que o ser humano se sociabiliza e a sua existência produz efeito:

A história da realização do ser social, muitos já o disseram, objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. Este por sua vez, desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. Em outras palavras, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas (ANTUNES, 2000, p. 123).

Compreende-se, desta forma, o trabalho a partir de sua finalidade em si mesmo, intrínseco aos dispositivos da sociedade capitalista, por isso, o supracitado autor utiliza da “estranheza” do trabalho para localizá-lo dentre as influências sofridas pelo meio e, nesta visão, o trabalho como atividade vital, socialização, produção e reprodução do ser desaparece, ficando apenas resumido como meio de sobrevivência: a força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído (ANTUNES, 2000, p. 126).

É importante entender que muitos destes “despossuídos” nunca estiveram inseridos em outras formas de trabalho, constituindo ao longo de suas vidas o exército de reserva, o qual, apesar de não produzir mais valia, é de fundamental importância ao capitalismo. Este exército de reserva se caracteriza como público-alvo de políticas relacionadas ao trabalho e geração de renda.

Iamamoto (2001, p. 60) caracteriza o trabalho como [...] “atividade fundamental do homem”, pois é através dele que o ser humano satisfaz suas necessidades e se afirma como ser social, distinguindo-se dos animais, que não projetam suas ações, diferente do homem que projeta suas atividades de acordo com seus objetivos. Para a autora, o trabalho não pode ser separado das concepções de mundo, pois influencia e é influenciado por elas:

O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento, de ideias e concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real. O ser que trabalha constrói

para si, através de sua atividade, modos de agir e de pensar, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objetivamente existentes, delas se apropriando, tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objetos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso (IAMAMOTO, 2008, p. 352).

O trabalho, associado ao conhecimento, remete a outras questões. O trabalho para o trabalhador informal, explorado, precarizado pode significar uma coisa, já para o capitalista seu significado é diferenciado. Este significado dado às coisas, a partir de uma ideologia, de um conhecimento, edifica formas de agir, de se relacionar e de pensar o mundo. Neste sentido o trabalho deve ser analisado também em seu caráter social:

[...] o trabalho vivo só se realiza mediante o consumo de instrumentos, matérias e conhecimentos legados por gerações anteriores, resultados esses que trazem em si condensação de trabalho corporificado já realizado ou trabalho passado, atestando o caráter social do trabalho. Este se expressa essencialmente no fato de que o homem só pode realizá-lo através da relação com outros homens (IAMAMOTO 2008, p. 352).

O trabalho não é um termo isolado, sua realização implica relações. Sua realização depende de outras ações ou influencia outras atividades, o mundo do trabalho está interligado, um trabalhador relaciona-se a outro, seja na execução de uma tarefa ou da cadeia produtiva. Diz Cattani:

O trabalho, como emprego, como função a ser desempenhada na ou para a produção (incluindo-se, aí, as funções indiretas, de concepção e da gestão do trabalho, assim como as funções de organização, de administração, de governo e de reprodução da vida social num sentido mais abrangente), tornou-se importante referencial para o desenvolvimento emocional, ético e cognitivo do indivíduo ao longo do seu processo de socialização e, igualmente, para o seu reconhecimento social, para a atribuição de prestígio social intra e extra grupal (CATTANI, 2002, p. 344).

Nesta acepção o trabalho, além de produção de bens de consumo, produz e reproduz a vida em sociedade e as relações humanas. É através do trabalho que o homem se socializa e é reconhecido e se reproduz socialmente.

Todavia, segundo Pochmann (2004), o trabalho nem sempre possuiu esta visão positiva, nos primórdios era concebido no sentido pejorativo, indicava condição a ser exercida por aqueles que tinham que prover as necessidades da vida, como era o caso dos escravos. Somente no segundo milênio o trabalho encontrou condições de valorização e alcançou requisito de cidadania no século XX.

Ferrari (1998, p. 13-14) explana que, segundo alguns historiadores, o trabalho foi concebido no início como um castigo. A palavra trabalho, no latim tem sentido de tortura



“*tripaliare*, torturar com *tripalium*, máquina de três pontas”. Portanto, o trabalho como atividade que [...] “representava um esforço, um cansaço, uma pena e, até, um castigo”, “sabendo-se que o trabalho era coisa de escravos”. “Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo”. (ANTUNES, 2005, p. 177).

Não é só através do trabalho que o ser humano se forma e se transforma. Existem diversos dispositivos para que o homem se socialize, crie, reflita, adquira consciência. Para Ciavatta (2008), o trabalho é fundamental, faz parte da natureza do ser, visto que a aquisição de consciência se dá pelo trabalho, não pelo trabalho no sentido de emprego, mas o trabalho pelo qual o ser humano cria conhecimento, se aperfeiçoa e transforma a história.

Nesta mesma perspectiva, Gorz (2007) referia que o trabalho assalariado como conhecemos hoje não é fator de sociabilidade, nem de criação ou satisfação, pois somente tem fim econômico. Para este autor, o verdadeiro trabalho é o trabalho da criação, da satisfação de necessidade, no qual o ser humano se realiza. No capitalismo a atividade produtiva perde seu sentido original para tornar-se meio de ganhar um salário, a satisfação de criar foi suprimida pela satisfação de comprar e pela simples produção de valores de troca. Devido a isto, sugere como alternativa a renda de cidadania, na qual cada cidadão teria direito à renda e ao trabalho, e, neste sentido, o trabalho seria equivalente àquilo que se consome.

Antunes (2005) discorda de algumas análises de Gorz, referindo que o direito ao trabalho é necessário, não que se cultue o trabalho assalariado, mas porque hoje estar fora do mercado de trabalho significa estar longe do acesso aos direitos, estar desprovido de seguridade social.

Por isto se deve lutar por um trabalho cheio de sentido e também por uma vida fora do trabalho, isto é por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo livre. Para o supramencionado autor, as teses defensoras do fim da centralidade do trabalho têm um conceito muito restrito do mesmo, diferente da concepção ampliada que contempla todas as suas dimensões, sejam elas coletivas, subjetivas, produtivas, improdutivas, material, imaterial e todas as novas formas assumidas pelo trabalho.

Neste viés se faz necessário, para a análise em questão ir além das aparências constituídas pelo trabalho contemporâneo, analisar que se consolidou uma expansão de trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho, mas não expulsos da categoria trabalho.

Atualmente a cultura do autoemprego ou trabalho por conta própria é uma proposição que exalta o empreendedorismo, a independência do trabalho com vínculo, alimentando a ilusão de ascensão social. A cultura do autoemprego se manifesta como positiva, entretanto acaba reduzindo a pressão por assistência sem contrapartida de ocupação. Através da cultura do autoemprego a informalidade ganha novo sentido e legitimidade, as ocupações sem proteção social, atividades de baixa remuneração, ausência de direitos, instáveis se tornam “normais” em nosso meio, sem análise do que estas práticas acarretam (BARBOSA, 2007).

Compreende-se, portanto, que as conceituações são dotadas de ideologias, cada uma de acordo com sua época, conforme os acontecimentos. Mas estas ideologias influenciam o modo como se percebe o trabalho hoje e também o modo como se elaboram as políticas públicas neste âmbito de direitos ao trabalho.

É importante entender que a sociedade do trabalho atual é determinada a partir de sua base econômica pela perspectiva da acumulação do capital, e é determinante dos indivíduos que atuam e trabalham nesta sociedade, das suas relações sociais e das suas relações com a natureza.

O sentido dado ao trabalho pelo capital é o sentido mercadológico, diferente do sentido que se pode dar a ele, diante de outra perspectiva, entretanto, como estamos inseridos nesta sociedade, que é capitalista, observa-se que há adequação das normas e regras impostas pelo sistema vigente que acaba dando o sentido do trabalho que o capital deseja.

Marx (1983) se refere à satisfação de necessidades de origem do “estômago ou da fantasia”, mas com o capitalismo também se percebe a necessidade de simplesmente consumir, comprar e adquirir, ou seja, novas necessidades são criadas incessantemente. Quanto mais ganhamos vendendo a nossa força de trabalho, mais gastamos para satisfazer essas necessidades. Quanto mais riqueza material, mais amplo é o desenvolvimento de necessidades. A satisfação destas necessidades exige trabalho, conota uma renda, que é utilizado para a aquisição de bens materiais e, algumas vezes, imateriais.

## 2.2 O TRABALHO NO SÉCULO XIX: EXPRESSÕES DA LUTA DE CLASSES

Durante os séculos XVIII e XIX ocorreram alterações significativas na base material da sociedade que demonstraram o desenvolvimento das forças produtivas e a possibilidade histórica de superação das mazelas sociais. Entretanto, é com o desenvolvimento da indústria

moderna, no capitalismo, que se produz a generalização do trabalho assalariado, o controle privado da produção social e a ampliação dos processos de alienação (GERMER, 2009).

Substituindo o trabalho artesanal, individual e parcial, característico das formas produtivas que a antecederam o capitalismo, as novas formas de organização se expandem e intensificam o trabalho de base cooperada no interior das fábricas que se espriam em diversos ramos da produção:

O trabalho cooperado, na organização capitalista, corresponde à ação coletiva e combinada de trabalhadores assalariados, desenvolvendo atividades repetitivas e fragmentadas sob a direção de um capitalista, que possibilita elevar exponencialmente a produtividade num dado processo de trabalho. Em suas palavras, “A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista” (MARX, 1988, p. 375).

A forma de organização do trabalho é implantada primeiramente na manufatura e diferencia-se das atividades realizadas pelas corporações de ofício, pelas comunidades primitivas e pelas formações escravistas e feudais, sucedendo, com isso, em detrimento da autonomia do trabalhador na produção e sua subordinação integral às determinações do capitalista (MARX, 1988).

No capitalismo a divisão sociotécnica do trabalho refere-se à separação clássica entre trabalho manual e intelectual, que pode ser exposto de variadas formas, seja na manufatura ou grande indústria moderna, e cuja intenção básica é intensificar a realização de trabalho excedente (GERMER, 2009).

Esta divisão também acontece no campo e na cidade com a expansão dos processos de urbanização e entre as diferentes profissões que vão sendo socialmente demandadas consoante as necessidades de reprodução do capital.

O trabalho manual caracteriza-se pelas atividades práticas/operativas realizadas no chão da fábrica que transformam a natureza; e o trabalho intelectual corresponde às atividades de criação, gestão e supervisão do trabalho. Essa divisão desigual do trabalho se consolida e torna-se complexa no desenvolvimento do capitalismo, impedindo o trabalhador de apreender e participar integralmente do processo de trabalho.

É possível compreender que as mudanças ocasionadas graças à inserção das grandes máquinas no processo de produção propiciaram o domínio e o desenvolvimento das forças

produtivas, o que não era possível anteriormente, pois a produção manufatureira não possibilitava a generalização do capital (GERMER, 2009).

Com a destruição desses empecilhos, os capitalistas, instigados pela dinâmica voraz de lucros, concretizam seus objetivos mediante as formas intensas de extração do trabalho excedente (mais-valia relativa), fazendo com que os trabalhadores percam cada vez mais a sua autonomia no controle da produção.

Neste sentido, a necessidade que o trabalhador tem de desenvolver sua função exclusivamente articulada à fiscalização e funcionamento da máquina reafirma a perda da autonomia e controle da produção, o que demarca a subordinação real do trabalho e da vida do trabalhador às imposições capitalistas. Trata-se da “subsunção real” do trabalho (MARX, 1988).

Com a maquinaria potencializa-se a exploração do trabalhador pela diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e pelo aumento da extração do trabalho excedente, pois:

[...] a aplicação capitalista da maquinaria produz, por um lado, novos e poderosos motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e revoluciona o próprio modo de trabalho, bem como o caráter do corpo social do trabalho, de tal maneira que quebra a oposição contra essa tendência, ela produz, por outro lado, em parte mediante a incorporação do capital de camadas da classe trabalhadora antes inacessível, em parte mediante a liberação dos trabalhadores deslocados pela máquina, uma população operária excedente compelida a aceitar a lei ditada pelo capital (MARX, 1988, p. 30).

Como reflexo dessa realidade tem-se a submissão à lei do capital daqueles que possuem apenas sua força de trabalho, tornando-se mercadoria para o capitalista, o que os submete à degradação causada pela exaustão de suas mentes e corpos, tornando-se, assim, uma oferta para aqueles que comprem a sua força de trabalho.

Em meio a esse processo reconhece-se que do homem é roubada a função de intervir, auxiliado pela sua ferramenta, na transformação do objeto, ocasionando a coisificação das relações sociais. Aos trabalhadores caberá a função de produzir mercadorias, supervisionar e corrigir os erros das máquinas. Sobre isto, Marx (1988, p. 8) explica que:

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força.

Apesar disso, não se pode deixar de mencionar a importância da Revolução Industrial para o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que tal processo não tenha

representado para os trabalhadores a garantia do atendimento de suas necessidades materiais e sociais básicas. Entende-se que a “explosão” da Revolução Industrial significou que,

[...] a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (HOBSBAWM, 2001, p. 44).

É a partir da Revolução Industrial que o capitalismo passou a ser considerado um modo de produção capaz de desenvolver as forças produtivas, ultrapassando os limites necessários para satisfazer as necessidades de reprodução social dos homens, podendo desta forma contribuir significativamente na redução ou finalização dos males sociais, com destaque primário para a pobreza, contudo isso não ocorreu conforme o esperado, devido a uma premissa básica do capitalismo: a acumulação privada. Desta forma, temos uma realidade composta por duas manifestações, de um lado a riqueza sem precedentes e do outro o pauperismo generalizado, resultando no chamado processo contraditório de reprodução do capital.

Esta contradição evidencia-se na medida em que o capitalismo cria uma classe operária urbana que não tem suas necessidades sociais reais atendidas. Esses trabalhadores foram submetidos às mais miseráveis condições de vida e de trabalho, o que pode ser expresso inclusive na alimentação, uma vez que além das condições precárias de trabalho, recebiam, em sua maioria, salários baixíssimos, não poderiam fazer muitos gastos com a alimentação. Ou seja, apesar de terem uma carga horária de trabalho extensiva e gerarem grandes lucros para os patrões, não tinham um repasse significativo destes, ao contrário, era tão inexpressivo que não era capaz de satisfazer as necessidades básicas do homem (GERMER, 2009).

O que daí decorreu foi a propagação de inúmeras doenças entre os membros da classe operária, deixando inaptos ao trabalho ou comprometendo, por vezes, a sua vida e a vida da sua família. Quanto às condições de trabalho, destaquemos o caráter monótono que essa atividade humana vital assumia, sendo cada vez mais forçado, alienante, tornando-se um verdadeiro suplício; baixos salários, que muitas vezes não davam nem para suprir o mínimo de suas necessidades de reprodução social; bem como ao contingente de força de trabalho que ficava desempregada, pondo os indivíduos diante de uma realidade ameaçadora. Frisando ainda a inserção do trabalho feminino e infantil enquanto mecanismo de barateamento e precarização da força de trabalho, e as más condições com que os trabalhadores se defrontavam nas fábricas em que realizavam seu trabalho. Portanto, as condições de

existência do operariado no período industrial, “[...] ao contrário, longe de elevar-se com o desenvolvimento da indústria, afundam-se cada vez mais, indo abaixo das condições de sua própria classe[...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

A burguesia industrial assegurou aos operários apenas as condições mínimas de reprodução social. Porém foi em meio a essas condições precárias de existência e de trabalho, consolidadas no regime de acumulação do capital, que o operariado industrial se constituiu enquanto classe e com o passar do tempo adquiriu consciência da violência direcionada contra a natureza humana e das desumanidades instauradas pelo sistema capitalista. As transformações na base material condicionaram os elementos decisivos da luta de classes, pois a organização da produção industrial intensificou os antagonismos de classes, criando novas condições de opressão, bem como novas formas de luta entre opressores e oprimidos.

A revolta do operariado é o reflexo da intensa insatisfação com as péssimas condições de vida oriundas a partir do processo de industrialização capitalista. Esta insatisfação, que perdurou durante a história, impulsionou as bases concretas para que, no século XIX, a sociedade capitalista fosse palco de processos revolucionários de luta de classes (GERMER, 2009).

Os primeiros movimentos do operariado industrial destacaram-se pela reação às circunstâncias hostis de exploração a que foram submetidos durante o capitalismo concorrencial: o processo de “subsunção formal e real”, o que demonstrou seu espírito combativo e sua oposição à classe burguesa (MARX, 1988).

Os operários se organizaram e encamparam lutas demonstrando o confronto entre as classes e a necessidade de enfrentamento da “questão social”, ou seja, “[do] conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a [sua] emergência [...] como sujeito sociopolítico no marco da sociedade burguesa” (NETTO, 1989, p. 90).

As condições precárias de trabalho e de reprodução social em que se encontrava subordinado o proletariado contribuíram para que se despertasse a consciência de classe, para o sentido de pertencimento/de identidade de classe contra a exploração/a dominação burguesa. Isso revela o que Marx (2009, p. 190) denominou de consciência “em si”, quando afirma que “[...] as condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa em trabalhadores[...]”. Historicamente, “a dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. [Esta massa é para o capitalista uma classe, mas] não o é para si mesma”. [*ibid*]

É somente nesse momento histórico que os trabalhadores refletem sobre suas condições de vida e de trabalho e percebem que, ao se isolarem, são fracos; porém, juntos e articulados, representavam uma força política. “Na luta [...], esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe” (MARX, 2009, p. 190). E ao se organizarem – tendo em suas lutas um conteúdo anticapitalista professado – explicitam historicamente os antagonismos de classes que se estabelecem entre proletariado e burguesia.

As lutas de classes elevam-se a outro patamar a partir da consolidação do capitalismo em sua fase moderna, pois explicitam a contradição estrutural existente entre capital e trabalho. Neste sentido, não demorou muito para os trabalhadores se organizarem politicamente e iniciarem suas lutas, colocando em pauta os problemas que agravavam suas condições miseráveis e direcionando sua militância contra as inflexões do capitalismo.

A própria dinâmica da realidade impõe ao proletariado a necessidade de organização enquanto classe. Desse modo, as primeiras lutas do operariado foram desencadeadas no interior da fábrica, demonstrando sua insatisfação com o aumento da jornada de trabalho. (THOMPSON, 2004). Sobre este aspecto, decisivo para nosso estudo, Marx (1988, p. 31) ressalta que o prolongamento da jornada de trabalho, “que a maquinaria produz na mão do capital, provoca, mais tarde, [...] uma reação por parte da sociedade, ameaçada em sua raiz vital, e com isso a instauração de uma jornada normal de trabalho legalmente limitada”.

A classe trabalhadora, ante as imposições estabelecidas pelo prolongamento da jornada de trabalho, reagiu expressivamente, exigindo que fossem determinados limites legais a essas imposições. Assim, as primeiras colisões entre a burguesia e o proletariado se cristalizavam. Tais reações se constituíam em formas organizadas de enfrentamento do trabalho contra a exploração capitalista, em que homens e mulheres lutam de diversas maneiras e em diferentes campos de batalha, buscando se contrapor ao poder exercido pela burguesia e cessar a alienação capitalista, a exploração e a subsunção às quais estão submetidos pelo processo de trabalho capitalista.

A organização da classe trabalhadora acarretou um grande avanço, pois possibilitou melhores condições de trabalho, sendo resultante disso o aumento de salários e jornadas de trabalho menores. É preciso destacar que a organização em defesa dos seus interesses foi representada inicialmente pelos sindicatos, que constituem uma das primeiras conquistas por melhores condições de trabalho (GERMER, 2009).

À medida que o capital na indústria toma proporções gigantescas, as associações de trabalhadores se modificaram, passando de corporação para sindicato, assim como em 2015, que se constituem em um corpo de trabalhadores de um ramo específico organizado para defender seus interesses de classe.

As funções dos sindicatos eram: negociar os salários, fixar pisos mínimos, regular o salário em razão do lucro patronal, criar o piso salarial nacional para todas as categorias, dentre outras. Portanto, a criação dos sindicatos assinalava a formação de uma consciência política das condições de opressão e da existência do antagonismo entre operários e patrões (GERMER, 2009).

Embora reconhecendo os limites das lutas econômicas dos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito ao aumento dos salários e à redução da jornada de trabalho, Marx (2009) reconhece a importância dessas lutas ao afirmar que:

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência – coalizão. A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. [...] Nessa luta – verdadeira guerra civil –, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político (MARX, 2009, p. 190).

Para Marx (1988), produz-se um paradoxo para os trabalhadores. Tal “paradoxo” se evidencia na medida em que, embora os trabalhadores tenham lutado politicamente e conseguido reduzir a jornada de trabalho, contraditoriamente essa redução do tempo de trabalho implicou a intensificação da exploração do trabalho, a generalização da mais-valia relativa<sup>6</sup> através do uso intensivo da maquinaria.

Isso representou um “avanço” nas relações de trabalho, porém foi oportunamente o meio encontrado pelos capitalistas para “mascarar”/camuflar o aumento da exploração da força de trabalho. Produz-se mais em menos tempo mediante o amparo legal de uma

---

<sup>6</sup>A **mais-valia relativa** remete para o aumento da produtividade através de processos tecnológicos avançados. Isso significa que novas máquinas melhoram o processo de produção, sendo que é possível produzir mais bens em menos tempo, aumentando o lucro. Desta forma, o salário do trabalhador fica pago em ainda menos dias (GERMER, 2009).



legislação trabalhista que contribuiu para refrear a luta dos trabalhadores pela transformação da ordem social capitalista.

Embora represente uma conquista parcial da força de trabalho, motivo de muitas lutas sanguinárias, ainda assim, ao contrário de refletir a diminuição da subordinação do trabalho, intensifica-se sua exploração. O desenvolvimento das forças produtivas<sup>7</sup> e dessas relações de trabalho na base material garante, desse modo, o triunfo da economia capitalista e impacta a luta de classes.

Neste sentido, o movimento operário organizado resultou da consciência dos trabalhadores da sua condição de subordinação ao controle do capital, ainda que tenha apresentado algum limite. Inicialmente essas lutas expressaram um mero enfrentamento às hostilidades capitalistas. No entanto, aos poucos, elas avançaram e atingiram um grau de politização que torna os trabalhadores mais conscientes.

Trata-se das lutas empreendidas pelos movimentos luddista e cartista. Esses movimentos, na Inglaterra, no século XIX, demonstraram os primeiros protestos organizativos do operariado em reação à brutal exploração capitalista.

O luddismo, que, segundo Hobsbawm (2000, p. 19), “começa como um fenômeno sério em algum momento do século XVII e continua até mais ou menos 1830”, consistia na reação do operariado industrial, expressando o ódio contra a máquina. Já o cartismo representava o direito do povo em votar e ser votado, demonstrava o interesse do proletariado em participar da vida política, o movimento, apesar de extinto, deixou como herança ideias e reformas conquistadas pelos trabalhadores.

Entende-se que a ação desses movimentos foi decisiva para a organização política da classe operária em função das determinações histórico-sociais do desenvolvimento capitalista. Porém, diante das precárias condições materiais e da incipiente consciência de classe, os trabalhadores limitaram suas ações no campo da emancipação política, não transcendendo a imediatividade das suas lutas. Momento em que a classe operária estabelece aliança com a burguesia e, através do Estado e do parlamento, acredita na possibilidade de resolução da problemática social, não conseguindo ir além dos limites impostos pela burguesia. Esses

---

<sup>7</sup> Na economia marxista forças produtivas são os elementos que exercem na sociedade uma influência para modificar ou transformar uma natureza. “O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos, como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado” (*apud* BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988).

movimentos tiveram grandes repercussões e reflexos na organização dos trabalhadores em escala mundial.

### 2.3 AS MUTAÇÕES DO TRABALHO: ASPECTOS DA CONFORMAÇÃO NO BRASIL

As mutações no mundo do trabalho são pesquisadas por Antunes (2000), que refere o desemprego, a inserção feminina no mercado, a retração do salário formal, as relações contratuais, a diminuição da sindicalização, a informalização e precarização das relações de trabalho, entre outras, transformações.

Estas se atualizam e ampliam conforme o desenvolvimento da economia, da sociedade e consoante as características sociais, culturais e políticas de cada país. Seus estudos mostram que, mesmo com estas consequências significativas, o trabalho jamais irá desaparecer ou acabar, porque o capitalismo necessita dos trabalhadores, inclusive dos improdutivos, aqueles que estão na reserva.

É um equívoco pensar na desaparecimento do trabalho na sociedade capitalista, produtora de mercadorias, porque a mesma não pode eliminar o trabalho vivo, porém está utilizando formas de trabalho diversificadas ou terceirizadas, criando a classe que o autor denomina como “classe-que-vive-do-trabalho<sup>8</sup>”. (Antunes, 2003, p.104) Através deste conceito incorpora não somente os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como também os trabalhadores precarizados, terceirizados, o trabalho temporário e os desempregados que, para o autor, constituem o exército de reserva.

No entanto, para compreender os processos históricos que contribuíram com essas mutações no Brasil, é necessário resgatar alguns momentos históricos. Destacando-se a abolição da escravidão, quando se constitui o trabalho livre; a Revolução de Trinta, quando se inicia a industrialização; a década de oitenta, que marca a regulação das relações, e a década de noventa, quando o Brasil entra no movimento de globalização. É importante ressaltar que mutações modernas nas relações de trabalho no país surgem depois da imigração, o Brasil luso, denominado por Holanda (1995) como “Brasil da aventura”, era baseado na exploração das riquezas e exportação comercial.

---

<sup>8</sup> Compreende contemporaneamente a classe-que- vive-do-trabalho desse modo ampliado, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes (ANTUNES, 2003)

No período colonial o que contribuiu para sua constituição foi a abolição da escravidão que, para Holanda (1995, p. 73), “representa o marco divisório entre duas épocas”. Com os imigrantes as relações começam a ser transformadas. A economia nesta época baseava-se na exportação de bens primários, a força de trabalho se situava no meio rural e existia abundância de mão de obra excedente.

Schiffer (2004) infere que os diversos ciclos econômicos do Brasil tinham em comum o mercado externo, em função inicialmente da própria condição de colônia e posteriormente devido à predominância de produtos primários de exportação:

Nas regiões-sede dos ciclos econômicos predominantes no Brasil colonial se embrionava uma classe dominante composta essencialmente de latifundiários e comerciantes vinculados às atividades financeiras, comerciais e de exportação. Esses grupos impunham determinações políticas e administrativas da metrópole, conduzindo a economia colonial brasileira segundo os interesses e as necessidades da economia portuguesa. Essas determinações eram tão condicionantes que até a utilização de força escrava no Brasil visou impedir que trabalhadores livres pudessem se apropriar de terras e gerar na colônia atividades econômicas desvinculadas da exportação de produtos primários ao mercado europeu (SCHIFFER, 2004, p. 77).

Percebe-se, neste sentido, que o trabalho no Brasil Colônia era alicerçado na agricultura, sendo os principais produtos o café e o açúcar. As relações de produção se fundamentavam tanto no trabalho escravo como numa força de trabalho livre, que, segundo a referida autora, era bastante empobrecida. Nestas relações os latifundiários e grandes comerciantes determinavam a economia segundo os seus interesses, detinham os meios de produção e a força de trabalho em suas mãos de forma que os demais trabalhadores não pudessem ter suas próprias atividades de trabalho independentes.

Outra atividade econômica do Brasil colônia era a extração de minério, a descoberta de ouro pelos portugueses se deu na virada do século XVII. Na mineração a mão de obra utilizada continuava sendo a escrava, o trabalho nas minas era na maioria das vezes realizado longe dos senhores, mas esse fato não garantia a melhoria das condições de trabalho, a vida útil de um escravo na mina variava de dois a cinco anos (CARMO, 1998).

No final do século XVIII a extração do ouro diminuiu e os mineradores foram obrigados a procurar alternativas, sendo que muitos [...] “transformaram-se em pequenos criadores de gado ou agricultores de produtos destinados à alimentação básica” (SCHIFFER, 2004, p. 78).

No Brasil Colônia eram desenvolvidas diversas atividades artesanais e manufactureiras, entre as quais a fabricação de tecidos, no entanto a produção e exportação de

tecidos prejudicavam Portugal, que mandou fechar as manufaturas existentes e a produção de tecidos acabou ficando na esfera doméstica, voltada à vestimenta (CARMO, 1998 p. 24).

O trabalho, neste período, era desmoralizado, penoso e fruto de opressão, os escravos eram pagos através de alimentos, mantendo inerte a riqueza de seu dono. Durante toda a era colonial “a história do trabalho é, sobretudo, a história do escravo”, visto que índio e negro foram os principais atores do trabalho no Brasil. Após a abolição da escravatura a imigração foi incentivada, buscando mão de obra qualificada para substituir os escravos (FERRARI, 1998).

O trabalho dos imigrantes europeus no lugar dos negros envolvia uma revolução nos métodos de trabalho e nas concepções de trabalho livre, entretanto a realidade de exploração dos imigrantes não mudou muito. No início de suas obrigações quando assumiam o contrato já eram explorados, iniciavam o trabalho devendo para o patrão o transporte, a casa e a comida (FERRARI, 1998).

Deste modo, percebe-se que desde o Brasil Colônia o processo produtivo é influenciado segundo os interesses de uma minoria dominante que determina o processo de trabalho, sobretudo por que a classe trabalhadora não possui os meios de produção. Esse procedimento persistiu mesmo após a proclamação da República:

A proclamação da república em 1889 refletiu as transformações inerentes à nova produção primaz do país, sem, contudo, alterar estruturalmente a condução da economia interna. À semelhança da independência, quando a classe dominante rompia apenas o vínculo econômico com a metrópole, mantendo internamente as mesmas relações sociais e de produção anterior, a proclamação da república preservou o poder nas mãos da elite nacional, que era, naquele momento, representada pelos “barões do café” (SCHIFFER, 2004, p. 81).

Portanto, ao se analisar o processo histórico do trabalho desde a abolição até a proclamação da República, compreende-se que a abolição concebeu uma etapa do fim da estrutura colonial, relacionada ao modo de produção. No entanto a classe oligárquica assumiu a liderança com a proclamação da República e as mudanças que ocorreram na estrutura econômica e social do país foram de acordo com os seus interesses (FERRARI, 1998).

A crise de 1929 contribuiu para o declive da demanda internacional de café, reduzindo as plantações no Brasil. Neste período a indústria aparece na economia nacional como alternativa à crise do café, entretanto estava vinculada à produção agrária, pois a maior parte do capital investido vinha dos latifundiários e comerciantes atacadistas de café (SCHIFFER, 2004).

Na década de 1930, com a difusão da industrialização, a inserção do país na economia mundial e a substituição de produtos importados por produtos brasileiros, o mercado de trabalho se tornou nacional e o assalariamento passou a ser predominante. Entretanto a constituição deste mercado de trabalho se deu por intermédio da formação de um excedente de força de trabalho (POCHMANN, 2006).

A industrialização ocasionou a imigração do campo para a cidade, sendo que, no campo, contingentes populacionais ficaram vivendo da economia de subsistência, e nas cidades o excedente de mão de obra gerou a prevalência de atividades informais precárias, instáveis, com baixa remuneração e sem proteção social. A ascensão do setor industrial entre 1930 e 1955 vinha ao encontro dos interesses da classe dominante e do capital estrangeiro (SCHIFFER, 2004).

No período do chamado milagre brasileiro se intensificou o processo de modernização, mas os custos disto eram pagos pelos trabalhadores, submetidos a um forte arrocho salarial e ao sucateamento das instituições públicas. Os trabalhadores da cidade eram controlados nos seus locais de trabalho e no campo a concentração da propriedade e a mecanização da produção impulsionaram mais migrações para os centros urbanos (CARMO, 1998).

O capitalismo no Brasil desenvolveu seu padrão de acumulação a partir da década de 1950 e se intensificou após 1964, época em que a redução salarial possibilitou a acumulação de capital, a expansão industrial se sustentou a partir da exploração do trabalho pela jornada prolongada e baixo salário (ANTUNES, 2005).

A década de oitenta foi caracterizada por uma grave crise econômica e um processo inflacionário. Nesse período há um crescimento da pobreza e deterioração do emprego e da renda. Com o agravamento da situação social pelo aumento das desigualdades e desestruturação do trabalho urbano interrompe-se a possibilidade de desenvolvimento sustentado.

Porém Guimarães (2005, p. 60-61) não considera a década de 80 uma “década perdida”, pois neste período houve grandes transformações, como a transição para a democracia, as grandes mobilizações sociais, a consolidação dos movimentos operário e sindical. O fortalecimento da sociedade civil aconteceu ao mesmo tempo em que no país se intensificava o processo de reestruturação tecnológica e gerencial da indústria. Período no qual as propostas das empresas estavam restritas à adoção dos círculos de qualidade, sem se preocuparem em alterar as formas de organização do trabalho ou em investir em novos

equipamentos. Num segundo momento, com a reanimação da atividade econômica (84/85), as empresas se caracterizaram pela difusão dos equipamentos microeletrônicos.

Embora neste momento algumas empresas estivessem empenhadas em introduzir novas formas de organização do trabalho, vários estudos enfatizavam o fraco desempenho em adotar inovações organizacionais, dificultando, assim, as formas de organização baseadas no trabalho em grupo e na ampliação da participação dos trabalhadores nas decisões.

Em 1980 o país também vivenciou o movimento das greves dos trabalhadores, que culminaram com greves gerais nacionais. O sindicalismo teve uma expressiva expansão com o nascimento das centrais sindicais. O sindicalismo rural se desenvolveu e influenciou o nascimento do Movimento dos Trabalhadores sem-Terra – MST. As mutações tecnológicas no processo produtivo e de serviços eram lentas, isso porque o país ainda não caminhava conforme o projeto neoliberal (ANTUNES, 2005).

Fim dos anos 80, início da década de 90: o cenário era de redução do volume dos empregos na indústria, aumento do emprego nas atividades de serviços, comércio e de crescimento vertiginoso de trabalhadores no mercado informal. Reforça assim a precariedade do mercado, incapaz de gerar empregos suficientes à demanda crescente de desempregados. Foi um período de acelerada tecnificação da indústria e dos serviços, com drásticas consequências para a oferta de empregos (MENDES, 2003, p. 31).

O processo de reestruturação produtiva se inicia na década de 1980 por meio das indústrias automobilísticas, com a adoção dos programas de qualidade total, do envolvimento da força de trabalho em todas as etapas do processo e de iniciativas relacionadas ao aperfeiçoamento tecnológico, tendo como principal objetivo reduzir os custos e elevar a produtividade. As alterações são percebidas na organização do trabalho, na estrutura produtiva, no mercado e na ação representativa dos trabalhadores (SILVA, 2009).

Para entender o processo de reestruturação produtiva é necessário compreender a acumulação capitalista tendo como condição primeira a produção de um exército de reserva. O exército de reserva é quem regula o movimento dos salários e exerce pressão sobre a classe trabalhadora empregada, a exploração capitalista é garantida através desta relação de dependência do trabalho com o capitalista que possui os meios de produção (SILVA, 2009).

A partir desta década o Brasil entra no movimento geral da globalização financeira, abertura comercial, privatizações, desregulamentação das relações trabalhistas, reforma da previdência social etc. Observa-se uma nova fase, mudanças na política econômica, como a abertura comercial em um contexto de crise e a retração do mercado interno, ao lado da

redefinição da intervenção do Estado. Neste período, destacam-se as medidas de contenção de custos, a renovação das práticas organizacionais, novas formas de gestão da mão de obra, as medidas de redução de efetivos e a flexibilização do trabalho.

Nos termos de Druck (2002, pp. 13-14), “a crescente flexibilidade do trabalho, em todo o mundo capitalista, evidenciada na subcontrato (terceirização), no emprego temporário, nas atividades autônomas, na informalidade, nas cooperativas de trabalho e em outras formas de trabalho assalariado disfarçado – práticas flexíveis do emprego e do mercado de trabalho – constituem formas concretas de flexibilização e de descentralização geográfica das fábricas”.

Antunes (2004) adverte que o padrão de acumulação industrial do capitalismo brasileiro desenvolveu-se internamente através de um processo de alta exploração da força de trabalho, expressa por baixos salários, jornadas de trabalho prolongadas e em ritmo intensivo. A precariedade do trabalho se fez presente.

Segundo Harvey (2010, p. 184), “a acumulação flexível tem de ser considerada uma combinação particular, quem sabe, nova de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital”. Logo, neste cenário, a precariedade do trabalho precisa ser analisada considerando este contexto de natureza (ainda) provisória. No país, em regiões onde a organização da produção ainda não se manifesta notadamente inserida na lógica do grande capital, o trabalho precário apresenta formas híbridas, com contornos ainda indecifráveis, procurando se caracterizar e situar-se no cenário nacional e internacional.

Conforme Druck (1999), já na década de 60, o modelo fordista dá sinais de crise nos Estados Unidos, indicada pela queda no ritmo de crescimento da produtividade, atrelado a isso, teve-se perda de competitividade no mercado. De acordo com Harvey (1999), o ano de 1975 foi a data marco para a instauração definitiva desse processo de crise do regime de produção fordista e a ascensão do regime flexível.

Para o autor, a acumulação flexível é “[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo[...]” (Harvey, 1999, p. 40). Formam-se novos padrões de produção e gestão, não necessariamente excluindo os regimes anteriores, mas apenas assumindo novas feições. Essa nova forma de organização do trabalho termina por implicar, segundo Harvey (1999), em níveis altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do fordismo.

Esse novo regime, portanto, instaurou a possibilidade de uma intensa precarização do trabalho, haja vista que os sindicatos se enfraqueceram, houve uma redefinição dos contratos de trabalho com a inclusão do trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado, horas extras, crescimento de atividades informais; enfim, observa-se, com esse regime flexível, uma redefinição radical das condições de trabalho.

Essas mudanças são aceleradas com a difusão dos programas de qualidade e produtividade, o discurso empresarial passou a se dirigir para a qualificação da mão de obra, a simplificação das estruturas de cargos e salários, a diminuição da hierarquia (GUIMARÃES, 2005).

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2000, p. 165).

Para entender as consequências do neoliberalismo é preciso levar em conta a inserção do Brasil na economia mundial. Desde a década de noventa, o que vem acontecendo é uma subordinação ao mercado através da abertura comercial que acaba acirrando a concorrência, a mercantilização, o desmantelamento dos direitos sociais, o barateamento da força de trabalho e desvalorização dos salários.

A ampliação da força de trabalho excedente faz com que trabalhadores ocupem postos de trabalho precarizados, informais, mal remunerados e sem acesso a direitos trabalhistas. Em resumo, esta dinâmica incorporada pelo capital para se obter maior lucro acabou aprofundando os dilemas relativos à sobrevivência pelo trabalho.

A partir de 1990, com a ascensão de Fernando Collor e depois com Fernando Henrique Cardoso, esse processo intensificou-se sobremaneira, com a implementação de inúmeros elementos que reproduzem, nos seus traços essenciais, o receituário neoliberal. Por isso, no estágio atual a reestruturação produtiva do capital no Brasil é mais expressiva e seus impactos recentes são mais significativos. Combinam-se processos de downsizing das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de super exploração da força de trabalho, verificando-se também mutações no processo tecnológico e informacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes com intensidade... (ANTUNES, 2005, p. 236).

Com relação ao sindicalismo neste período, se percebe uma forte crise, manifestada pela redução do número de sindicalizados e pela redução da ação sindical, a qual se tornou mais defensiva. Na década de 1980 o movimento sindical era forte e propositivo. Nos anos 1990, sob a ameaça de desemprego e precarização, houve uma redução das lutas e uma



escassez das greves. As mutações do processo produtivo, associadas à desregulamentação dos direitos, o incremento tecnológico, a redução do movimento sindical, a redefinição do papel do Estado, provocaram mudanças nas relações e condições de trabalho (SILVA, 2009).

A partir de 1995 se aceleraram no Brasil as mudanças relativas ao mundo do trabalho, sendo que seus efeitos foram percebidos nos anos subsequentes. Estas transformações tiveram como base a reestruturação produtiva, a reorientação das funções do Estado e o aspecto financeiro do capital, sendo que “[...]o ajuste provocou mudanças no mundo do trabalho, cujos efeitos mais evidentes são o agravamento do desemprego, da precarização das relações e condições de trabalho e a queda da renda média real dos trabalhadores[...]” (SILVA, 2009, p. 21).

O modo como o trabalho se conformou no Brasil, especialmente durante a reestruturação econômica proveniente da última transformação tecnológica, responsável pela inserção da microeletrônica nos processos produtivos, fortalece a tendência da informalidade e do trabalho por conta própria, mostrando no final do século XX que esta forma de trabalho intensifica-se com a flexibilização.

Há que registrar que nos governos Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff houveram ganhos aos trabalhadores como, por exemplo, a diminuição dos índices de desemprego e aumento real do salário mínimo. Paralelamente houve um movimento de formalização e fiscalização das novas formas de ocupação. Um dos pontos que explica o aumento da formalização está nas ações do Ministério do Trabalho associado ao Ministério Público, que ampliaram a fiscalização na contratação dos trabalhadores e sobre as “falsas cooperativas”.

Um segundo ponto que explica o aumento da formalização e que divide opiniões foi o movimento de formalização dos trabalhadores por conta própria, ou também chamados de microempreendedores. Este processo se deu por meio de alguns normativos, simplificação dos procedimentos de formalização de Pessoas Jurídicas (PJ), diminuição de tributações, além de políticas públicas de incentivo econômico aos microempreendedores, como capacitação e facilidades no acesso ao microcrédito.

Os efeitos da formalização e incentivo aos PJs devem ser analisados em futuros estudos acadêmicos. Atualmente criar, formalizar uma microempresa (PJ) é um procedimento muito simples, há menor tributação em relação às regras anteriores ao governo Lula, e o

trabalhador pode contribuir para a previdência social, o que garante acesso a Proteção Social com valores compatíveis com a receita gerada pelo PJ.

## 2.4 TRABALHO INFORMAL

No contexto da pós-modernidade o trabalho continua sendo referência importante devido à posição que a sociedade lhe destina no ordenamento social, produzindo subjetividades e modos de organizar a vida cotidiana. A flexibilização dos modos de produção pode ser considerada uma das principais características contemporâneas, e a precarização do trabalho um de seus efeitos mais acentuados.

Decorrente, sobretudo, dos efeitos da globalização e das modernas tecnologias de comunicação e da informação, a flexibilização abarca uma série de estratégias implementadas a partir da reestruturação produtiva no intuito de alterar regulamentações do mercado e relações de trabalho. Nesse universo, identifica-se o crescimento do trabalho informal como expressão imediata das novas relações de trabalho em um mundo globalizado.

Quem reside nas grandes cidades acompanha o aumento sucessivo da presença do trabalho informal. Calçadas estão repletas de vendedores ambulantes e camelôs vendendo todo tipo de produto, famílias inteiras trabalham nas ruas da cidade, adultos, crianças e adolescentes vivem ora nos sinais de trânsito, ora puxando carroças com material reciclável. Ambulantes, camelôs, motoqueiros, trabalhadores sem registro em carteira, empregadas domésticas, faxineiras, entre outros, estão por toda parte das cidades. O chamado setor informal ou de subsistência expande-se como uma saída para vários segmentos da sociedade, muitas vezes é a única possibilidade de garantir a sobrevivência das populações que não possuem os meios de trabalho, mas que disputam espaço e formas de trabalhar, mesmo que em condições desiguais e desfavoráveis para sua reprodução.

O mercado de trabalho no século XXI em todo o mundo vem passando por intensas alterações, em decorrência das mudanças tecnológicas e da globalização. A revolução na tecnologia da informação afetou de forma profunda, não apenas quantitativamente, o emprego, mas mudando com determinação, a natureza das relações de trabalho e ainda o conceito do que é emprego (BOSCO, 2003).

Nessas alterações nas relações de produção e trabalho contemporâneas observa-se o predomínio da informalidade, a feminização do mundo do trabalho – visto que as mulheres se inserem com mais frequência em espaços de trabalhos precários –, o crescimento do setor de serviços, a crescente exclusão de jovens e idosos sem perspectiva de emprego, além da expansão do trabalho no denominado “terceiro setor” (atividades voluntárias, comunitárias, como é o caso das ONGs), além da expansão do trabalho em domicílio facilitado pelo processo produtivo da acumulação flexível através da telemática (ANTUNES, 2007).

As reações dessas transformações são as exigências apresentadas pelo mercado que são sempre mais agressivas, ou seja, o trabalhador para competir no mercado, além de enfrentar as injustiças, frutos de um sistema econômico capitalista que não garante o direito ao estudo e ao trabalho, emperrando o crescimento da economia, precisa-se desdobrar para acompanhar a grande demanda na procura de emprego, com as exigências no âmbito de conhecimentos, capacitação, habilidades, flexibilidades, entre outras (BOSCO, 2003).

Todas estas feições do caráter complexo do mundo do trabalho apresentam uma precarização estrutural. Precarizar a força de trabalho é não atender a legislação vigente, é encobrir a relação entre empresa principal, empresa terceirizada e força de trabalho ofertada, é condicionar os trabalhadores às jornadas de trabalhos exaustivas ignorando o tempo de trabalho disponível, é impor os trabalhadores ao perigo do desenvolvimento do trabalho sem as condições mínimas de proteção via equipamentos de segurança, é se submeter à chuva e ao sol, é rebaixar salários abaixo do seu valor (OLIVEIRA, 2007).

O trabalho informal é histórico, um traço do mercado de trabalho brasileiro que é estrutural e torna-se “coerente” com as tendências atuais do capitalismo. No contexto da modernidade brasileira, produz desigualdades, com características de exclusão, sendo parte dos resultados produzidos deste próprio desenvolvimento do sistema capitalista. O aumento do desemprego vem provocando uma verdadeira revolução no mercado de trabalho, que, por falta de empregos, tende a se adaptar às novas tendências. De forma contraditória esta mesma informalidade hoje abriga uma grande parcela da mão de obra do Estado, gerando postos de trabalho e renda para uma parcela da população ora excluída da sociedade.

No mesmo sentido surgiram e surgem novas formas de prestações de serviço, no intuito de dar conta de todas estas transformações, estando o trabalho informal situado como um dos resultados produzidos no tocante à depreciação do valor da mão de obra.

No Brasil, o entendimento de trabalho formal ou informal decorre da ordem jurídica – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ou seja, a formalização do trabalho se dá

mediante o contrato de trabalho para estabelecimento de vínculo. Trata-se de registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador por seu empregador, em que os trabalhadores terão acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, como também aos demais benefícios concedidos eventualmente, obtidos através das convenções ou acordos coletivos de trabalho. Os trabalhadores informais são aqueles cujos contratos de trabalho não são reconhecidos por seus empregadores, ficando à margem da legislação trabalhista e previdenciária (NORONHA, 2003).

Como o objetivo desse estudo são as condições dos trabalhadores informais, optou-se por delimitar o objeto ao trabalho informal do mercado de trabalho urbano, evitando, assim, alguns problemas conceituais. Esta delimitação busca evitar a complexidade das relações de trabalho existentes.

Ressalta-se que os autores que discutem o referido tema pesquisado, ao tratarem da origem, caracterização e conceito da informalidade, em sua maioria concordam que há uma divisão dual, disseminada desde a década de 60 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre setor formal e informal, e atentam para o fato de essa reduzida análise não dar conta da heterogeneidade apresentada nos dois setores, carecendo naquele momento, segundo Cacciamali, de maior rigor conceitual:

Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc. (2000, p. 153).

A referida autora apresenta a disseminação do termo informal pela OIT, que naquele momento buscava entender a dinâmica do mercado de trabalho relacionado ao contexto político, econômico e excedente de mão de obra que não se encontrava desempregada, ocupando outras formas laborais, à mercê da legislação trabalhista e das formas conhecidas tradicionais, tal qual o emprego formalizado de carteira assinada. Conforme a autora:

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lança em 1969 o Programa Mundial de Emprego que contém entre seus principais objetivos, avaliar os efeitos, sobre o emprego e a distribuição da renda, das estratégias de rápido crescimento econômico empreendidas por países retardatários no processo de industrialização. O diagnóstico foi que o padrão de crescimento econômico substitutivo de importações, rápido e intensivo em capital, derivava insuficiente oferta de empregos ante a população economicamente ativa. Consequentemente, gerava também um expressivo excedente de mão-de-obra que não se manifestava sob a forma de desemprego, em virtude da ausência de mecanismos institucionais como o seguro-desemprego, mas sob

a forma de trabalhos realizados em atividades organizadas em pequena escala. Como corolário visava propor estratégias alternativas de crescimento econômico focalizadas na criação de empregos, menor grau de desigualdade na distribuição da renda e diminuição dos níveis absolutos de pobreza (CACCIAMALI, 2000, p. 155).

O Programa Mundial de Emprego teve como objetivo avaliar os efeitos do emprego e mostrar por meio de diagnóstico que o crescimento econômico se faz com a criação de empregos, ou seja, o propósito do programa era impulsionar a criação de empregos. O referido Programa Mundial de Emprego sinaliza as características do setor informal no seguinte conjunto:

O termo “setor informal” origina-se e difunde-se por meio de inúmeros estudos realizados no âmbito desse programa, sendo sua apreensão circunscrita pelo conjunto de características expostas a seguir: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (OIT, 1972). A essas características, o PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe) acrescenta a particularidade de atividades não organizadas, juridicamente ou em suas relações capital-trabalho (Tokman & Souza, 1976, 1978). O ponto de partida para delimitar o setor informal, portanto, são as unidades econômicas, orientadas para o mercado, com as distinções acima mencionadas, entre as quais sobressai o fato de o detentor do negócio exercer simultaneamente as funções de patrão e empregado e de não existir separação entre as atividades de gestão e de produção (CACCIAMALI, 2000 *apud* CACCIAMALI, 1983, p. 28).

Observa-se nas considerações acima que os organismos internacionais estavam preocupados em identificar e caracterizar um fenômeno social crescente de arranjos laborais variados, enquanto que os trabalhadores desempregados visavam garantir a sua subsistência, se aventurando em diversas atividades. Com o aumento exponencial do desemprego a partir da década de 70 do século passado, num processo de globalização da crise do capitalismo e o processo de reestruturação produtiva, os trabalhadores serão submetidos, posteriormente, ao desemprego estrutural, lotados em subempregos e trabalho temporário, desregulados da legislação trabalhista, e, como aponta Filgueiras (1997), haverá um retorno às relações de trabalho dos primórdios da Revolução Industrial:

O desemprego estrutural se expressa na persistência das elevadas taxas, apesar de algum crescimento econômico, e na ampliação do tempo médio no qual os indivíduos ficam sem ocupação produtiva. Ele atinge os diversos grupos sociais/étnicos de forma diferenciada, sendo maior entre os jovens, as mulheres e os negros (FILGUEIRAS, 1997, p. 27).

Malagutti (2000) afirma que a informalidade é um conceito ainda mais amplo que o de setor informal, este expressa apenas um aspecto da informalidade. São diversos e inúmeros os casos de informalidade que podem ser observados em setores formais, bem como se pode observar casos de formalidade no setor informal. No interior da produção capitalista a formalidade e a informalidade coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis.

Alves e Tavares (2007) ponderam que a origem do conceito de setor informal surgiu em 1972 com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir de pesquisas realizadas no Quênia, e se generalizou carregando a dualidade da organização da economia urbana. Do ponto de vista da OIT existia o segmento informal (unidades produtivas organizadas) e o setor informal (unidades produtivas não organizadas). Também no início desta mesma década o conceito é incorporado nas análises sobre os países latino-americanos para explicar as questões globais do mercado de trabalho.

O entendimento é que caberia a este setor ocupar os interstícios deixados pelas atividades capitalistas nas quais o trabalhador vivia da sua força de trabalho, utilizava o trabalho familiar e podia contratar ajudantes, objetivava uma renda para consumo individual e familiar visando manter a atividade econômica. Tais características refletiam o trabalhador despossuído que obtinha apenas renda e não acumulava capital.

Esta abordagem, ressalta Tavares (2004), denominada de moderno-tradicional, apresenta a tipologia formal-informal enfatizando o problema dos trabalhadores submetidos em um nível de renda insuficiente à satisfação de suas necessidades. Estes trabalhadores não seriam mais distinguidos pela autonomia do trabalho, mas a força de trabalho é compreendida como unidade de produção com sete características: facilidade de acesso à atividade, utilização de recursos locais, propriedade familiar, escala de atividade reduzida, uso de tecnologias que privilegiam o recurso à mão de obra, qualificação adquirida no sistema formal de formação, mercados concorrenciais e sem regulamentação.

A reestruturação produtiva nos anos de 1990 acarretou num enorme crescimento da economia informal e também atividades não regulamentadas pela legislação trabalhista, deste modo o conceito de setor informal utilizado pela OIT tornou-se bastante restrito para dar conta dessa realidade. Nesse sentido, os estudos sobre a informalidade no mercado de trabalho não se sustentaram na análise das contradições do desenvolvimento geográfico desigual do capital.

Dessa maneira, afirma a autora que a ótica da Organização Internacional do Trabalho avança ao englobar em suas análises o trabalhador autônomo, trabalhador assalariado, além

do trabalho familiar e em domicílio. Apesar de os pesquisadores da organização verem a potencialidade do setor informal como fonte de emprego a baixo custo e de estimularem via instituições financeiras à atividade, não consideram que tal informalidade, além de uma forma desesperada pela sobrevivência e inserção dos trabalhadores desempregados, constitui-se em espaços de flagrante exploração da mão de obra, com utilização de tecnologia retrógrada, baixo investimento de capital, natureza excessivamente manual de sua produção, misturando em uma forma precária de produção.

Não obstante, os lucros obtidos destas atividades são altos, com enorme acumulação de capital, além de o setor não ser tributado e registrado. Na realidade, segundo Davis (2006, p. 181), “a maior parte dos participantes da economia informal trabalha direta ou indiretamente para outrem, sendo verdadeiros empregados invisíveis e não formalizados”. A análise está limitada apenas às atividades de sobrevivência e não dá conta de explicar a nova informalidade como fenômeno ligado à dinâmica capitalista, diz Tavares:

O impulso à lei do valor ora convoca, ora libera os trabalhadores, ora os assalaria, ora usa a sua força de trabalho na clandestinidade, dando-lhes em troca situações ilusórias, como a ideia de autonomia que se apoia na dualidade econômica, argumento que não se funda na prática social, com o que fica demonstrado o equívoco que é discutir o “setor informal” enquanto um conceito fechado que não dá conta da realidade. O trabalho informal ou os “empregos informais constituem o que estamos chamando de nova informalidade” (TAVARES, 2004, p. 41).

Noronha (2003) afirma que a insuficiência dos conceitos formal e informal representa umas das várias dificuldades para analisar suas representações. Dessa forma, num esforço investigativo para a tratativa da temática, apresenta três abordagens principais deste fenômeno, e outras três paralelas, cada uma apropriada para explicar uma determinada atividade onde inexistem os contratos e, conseqüentemente, os vínculos trabalhistas.

A primeira – denominada *velha informalidade* –, afirma que a informalidade deriva da condição de um país em desenvolvimento, em que muitas atividades não são suficientemente atrativas para o investimento capitalista. Essa era uma abordagem típica no Brasil dos anos de 1960 e 1970, a qual frequentemente classificava o trabalho informal como subemprego<sup>9</sup>. Trata-se de um ponto de vista exclusivamente econômico, na medida em que o investimento é a variável-chave. A segunda considera o trabalho informal o resultado natural

---

<sup>9</sup> Até o início dos anos de 1980 o fenômeno hoje identificado como trabalho “informal” era classificado principalmente como subemprego. Para um balanço extensivo que retrata o debate econômico da época, ver Hoffmann (1980) e Jatobá (1990). Cada um dos conceitos é mais adequado a um tipo de relação de trabalho, mas têm sido usados de forma relativamente indiscriminada e com limites pouco definidos.

da busca por maximização de lucros por empresas em países com extensivo código de trabalho e elevado custo indireto da folha salarial, sobretudo em momentos de aumento da competição internacional por mercados, denominada pelo autor de *informalidade neoclássica*. Por fim, outros argumentam que a informalidade resulta de mudanças nos processos de trabalho, novas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos – *nova informalidade ou informalidade pós-fordista* (NORONHA, 2003).

No Brasil, todas essas abordagens foram legitimadas: a velha informalidade ainda está em vigência em diversas regiões ou atividades; o argumento da informalidade neoclássica também tem solo fértil no país, dado o modelo legislado de relações de trabalho. Essa é uma face da complexidade do trabalho no Brasil: todas as abordagens possuem um bom argumento no debate.

A velha informalidade buscava explicar o mercado de uma economia em transformação, geradora de uma massa de desempregados e subempregados, estes por sua vez se aglomeravam nas cidades industrializadas – êxodo rural. Esse era o panorama dos anos de 1960 e 1970. No Brasil, a abordagem neoclássica disseminou-se num momento diferente, e tardio, comparado a outros países, no final da década de 1980, quando os direitos trabalhistas foram reforçados pela nova Constituição.

A nova informalidade apareceu no Brasil no início dos anos de 1990, diferentemente das outras é mais apropriada para explicar a informalidade da classe média e até operária do que a dos ambulantes e similares. Para cada uma dessas abordagens encontramos aspectos análogos quanto ao diagnóstico, porém distantes em seus pressupostos e implicações.

Segundo Noronha:

A abordagem da “velha informalidade”, embora clara e consistente, pode facilmente gerar interpretações mais frágeis, como, por exemplo, aquelas que identificam “informalidade” com trabalho precário. Em países com grandes diferenças regionais e que enfrentam rápidas mudanças sociais, incluindo fluxos migratórios, é bastante difícil distinguir o trabalho “informal”, derivado da economia tradicional da “informalidade” das grandes cidades, de trabalhos ao mesmo tempo modernos e pobres, típicos de relações capitalistas recém-deterioradas (2003, p. 120).

Isso explicaria a adoção desta versão do conceito por vários cientistas sociais brasileiros. A perspectiva neoclássica tem como contraposição uma abordagem que pode ser denominada jurídica, e pode levar a conclusões opostas às da primeira. A semelhança



centralizada na regulação do trabalho, e a principal diferença é a maneira pela qual a versão neoclássica atrela o excesso de regulação à expansão da informalidade, e a versão jurídica culpa a falência do setor público em garantir o cumprimento da lei diante das forças do mercado. “A primeira quer evitar a falência do mercado devido à força da lei; a segunda quer evitar a falência da lei devido à força do mercado” (NORONHA, 2003, p. 120).

Sob o pretexto de combater o desemprego, que com a globalização, a reestruturação produtiva e a liberalização e privatização da economia ganhava dimensões cada vez mais contundentes, os sucessivos governos que se estabeleceram a partir do começo da década de 1990 passaram a adotar medidas sistemáticas visando à flexibilização das relações de trabalho, argumentando que com isso reduziriam custos com “encargos sociais” e incentivariam as contratações e, conseqüentemente, a formalização das relações de trabalho (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

Uma maior mobilidade produtiva e financeira do capital propicia a descentralização produtiva, implicando em alterações nos métodos de gestão, na organização empresarial e nas relações de trabalho. Todas estas características, segundo Vêras de Oliveira e Moreira (2009), são manifestações do poderio do capital, impondo perdas aos trabalhadores, em uma época de enfraquecimento do poder dos sindicatos e aumento da mão-de-obra excedente.

Por fim, a nova informalidade, bem como as outras, apresenta uma vertente positiva e outra negativa. A primeira acredita que o contrato de trabalho tradicional não se ajusta às novas tecnologias e às práticas gerenciais. A crítica dessa posição afirma que a realidade não mudou, e que as características da relação de emprego são as mesmas, que as mudanças ocorreram devido ao aumento da concorrência internacional e dos princípios neoliberais no cenário mundial, o que causou muitos problemas sociais como o desemprego ou os empregos “precários”. Esta crítica se faz presente, pois a vertente negativa pode ser denominada a abordagem da globalização.

A “nova informalidade” se caracteriza pela presença de novos trabalhadores informais, em velhas e novas atividades, articuladas ou não com os processos produtivos formais, ou em atividades tradicionais da “velha informalidade” que são por eles redefinidas (DEDECCA; BALTAR, 1998, p. 69).

Segundo os autores supracitados, essa nova informalidade, no Brasil, é resultado dos processos de reestruturação produtiva e de globalização e se caracteriza pelo crescimento do número de autônomos que trabalham para as empresas formais, bem como pela crescente entrada de novas pessoas na informalidade que tiveram suas trajetórias profissionais

desenvolvidas nas atividades formais; como também pela criação de novos produtos e de novas atividades econômicas.

A Nova Informalidade manifesta-se no trabalho em domicílio e nas pequenas empresas. A lógica motivadora dessa simulação é a extinção dos custos trabalhistas e previdenciários. Tomando o trabalho em domicílio, por exemplo, as empresas reduzem custos trabalhistas, previdenciários e produtivos transferindo parte do processo produtivo do interior das fábricas para o domicílio dos trabalhadores, os quais, via de regra, não possuem qualquer relação contratual com a empresa contratante, sequer são considerados prestadores de serviços legalmente reconhecidos.

Em outras palavras, as relações entre o setor formal e informal da economia se tornam mais complexas, deixando de se realizar através do circuito de renda, passando a se estabelecer via circuito produtivo, à medida que o setor formal – inclusive o grande capital – passa a contratar produção e serviços no setor informal (DEDECCA; BALTAR, 1998).

Instaura-se uma grande precariedade no mercado de trabalho. Esta não aparece devido a problemas nas relações de trabalho ou à introdução de novas tecnologias, mas às imposições da política econômica que induz a um processo de racionalização da base produtiva e nas funções do setor público. Continuam sendo, portanto, nas decisões de produção que têm origem os problemas de emprego e não em supostas disfunções no mercado de trabalho, como propagandeiam o governo e assessores (DEDECCA; BALTAR, 1998).

Para Durães (2013, p. 20-21), essa nova informalidade [...] “possui características tradicionais, com elementos culturais singulares, mas que também é extremamente inovadora, que remodela sua cultura e suas maneiras de atuação no mundo”. Um bom exemplo dessa nova informalidade está representado por aqueles que o autor designa como “camelôs empresários ou de tecnologia<sup>10</sup>”. Estes, por sua vez, são [...] “os trabalhadores componentes da classe trabalhadora a serviço do capital”, em que

[...] o trabalho distancia-se da relação direta com a sobrevivência e passa a uma esfera mais rentável, pondo em foco um tipo de atividade que sofre interferências diretas do mundo formal, assumindo feições empresariais. São reconfigurações que servem ao capital, são trabalhadores gratuitos para o capitalismo. [...] os trabalhadores gratuitos do capitalismo correspondem aos indivíduos, trabalhadores, que estão a serviço da acumulação, escoando mercadorias pelas

---

<sup>10</sup> Esta denominação foi utilizada em Tese de doutorado em Ciências Sociais na Unicamp, 2011, intitulada “Camelô de Tecnologia” ou Camelô Global: novas formas de expansão do capital na rua, de autoria de Bruno José Rodrigues Durães.

ruas e realizando parte do processo de circulação do capital, sem cobrar por isso ou sem gerar custos para o capital (DURÃES, 2013, p. 19-22).

Desta forma, os trabalhadores não representam uma repetição do trabalho formal, apresentando-se como formas inovadoras, reproduzindo estilos da atividade de rua urbana em geral, embora incorporem novas características. Constitui uma nova roupagem no processo de reprodução do capitalismo que criou e usa dessa informalidade (DURÃES, 2013).

As discussões e teses sobre o setor informal não dão conta da informalidade atualmente, com a flexibilização, pois a ideia setorizada é dual e equivocada. A noção de “setor informal” surgida na década de 1960, teve como orientação interpretar e analisar as “dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos nos quais o assalariamento era pouco generalizado”. Assim, o assalariamento era tido como uma meta a ser alcançada, sendo as outras formas de trabalho e consumo consideradas como resquícios de modos de produção que seriam absorvidos pelo desenvolvimento da organização urbano-industrial.

Tal procedimento teórico-metodológico acabou por construir e sustentar uma perspectiva dual do mercado de trabalho entre setores atrasados e modernos, daí o surgimento da tese que o setor dinâmico da economia representado pelo setor industrial, quando plenamente desenvolvido, seria capaz de suplantar o desequilíbrio transitório e incorporar os trabalhadores envolvidos com setores atrasados. Essa visão dualista foi criticada por Chico de Oliveira (1972/2003), posto que para este a denominada economia de subsistência era funcional e relacional ao setor moderno, na medida em que reduziam os custos da reprodução da força de trabalho, aumentando com isso a proporção de trabalho não-pago.

De atraso para forma específica da acumulação; o trabalho informal em sua teoria era pensado na relação com a acumulação brasileira. Marco teórico fundamental, a teoria de Oliveira trazia para o centro da análise a funcionalidade da formação de um crescente e vasto exército industrial de reserva, e o desemprego era então compreendido em sua centralidade para o rebaixamento do custo da mão-de-obra e conseqüentemente para o aumento dos ganhos da produção. Dessa maneira, por uma perspectiva marxista, o trabalho informal passava a ser compreendido em seu total imbricamento com as cadeias de produção. Desvinculando-se de uma perspectiva dual entre o atraso e moderno, Oliveira dialeticamente analisava relações de produção e distribuição que, na sua permanência, se tornavam centrais para a forma específica da acumulação à brasileira.

Tavares (2004) defende que a nova informalidade se traduz na ocorrência das relações informais dentro do setor formal. “Sob a égide burguesa, o trabalho informal, como qualquer outro trabalho, está subordinado à dinâmica do capital, e não há como escapar disso [...]” (TAVARES, 2004, p. 62). O trabalho informal está diretamente atrelado e totalmente subordinado ao modo de produção capitalista, diz a autora:

[...] a coexistência entre trabalho formal e informal, promovida pelos processos de terceirização, torna insustentável a ideia de ‘setor informal’, pois, ao invés de uma produção independente, planejada e executada pelo trabalhador, o segmento moderno da informalidade [...], embora seja geralmente executado fora da fábrica ou do estabelecimento comercial, está submetido ao comando direto do capital (TAVARES, 2004, p. 196).

É possível ressaltar que as fronteiras entre formal e informal são cada vez mais tênues. Tavares (2004) rejeita completamente as ideias de setor, defendida pela razão dual, considerando que mudanças decorrentes da reestruturação produtiva incidem no mundo do trabalho, redefinindo as relações de produção e o modo como os trabalhadores estão inseridos, de maneira especial o uso flexível do trabalho através de relações informais. “Formal e informal coexistem na mesma unidade, e [...] nesta era da acumulação flexível, o trabalho informal, longe de ser suplementar ou intersticial, tende a ser cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista” (TAVARES, 2004, p. 16). O capital, flexibilizado e desregulamentado, tem transformado relações formais em informais.

Malagutti (2000) recusa limitações das análises dualistas, ou seja, os mecanismos que articulam o setor informal com o formal, apontando que o aumento significativo da informalidade é parte integrante e ao mesmo tempo conflituosa do mundo do capital. Tavares (2004) afirma que a existência de trabalho sob as relações informais está associada às relações formais por um caráter que a própria estrutura capitalista imprime.

O entendimento e apreensão da informalidade na atual conjuntura é preciso ir além de conceitos fechados, “setoriais” (setor informal) ou relacionais (relações não-salariais). O setor informal está no setor formal, e as relações salariais mais transparentes contêm informalidades mais ou menos dissimuladas. As teses existentes sobre este setor não são suficientes para explicar a informalidade da era da flexibilização. Se a ideia de setor já era equivocada sob outro padrão de acumulação, neste o dualismo torna-se completamente insustentável (TAVARES, 2004).

Ainda segundo Tavares (2004), a economia neoliberal prega a existência do dualismo. Os neoliberais insistem na setorização, ou seja, dividir o que não pode ser dividido.

Tal concepção parece ser um discurso ideológico, pois o sistema vigente é condescendente com a informalidade e dela depende para a manutenção do sistema vigente.

[...] para a economia liberal, a organização produtiva regulada pelo livre mercado é eficiente, equilibrada, homogênea e integradora. Assim, problemas endógenos ao capital, mas que não confirmam essas características, são tratados como externos ao sistema. Desse modo, é possível conceber uma economia de sobrevivência e outra que atenda aos interesses da acumulação capitalista (TAVARES, 2004, p. 36-37).

Consequentemente, a atividade informal vincula-se ao mercado de trabalho formal como parte integrante da constituição das relações capitalistas de produção no que tange ao binômio capital-trabalho (MEDEIROS, 2000). A informalidade é elemento constituinte das relações entre capital-trabalho, sendo que trabalho informal e formal compõem as relações de produção nas sociedades capitalistas.

No aspecto crítico e histórico, a informalidade é um conceito que consegue detalhar os elementos que fundaram ou unificaram determinações para além do conceito de setor informal. Ou seja, o setor informal institui um campo específico de atuação ou ocupação fora das margens da legislação, enquanto que a informalidade engloba o conjunto de atividades fora do segmento organizado (MALAGUTI, 2000).

Entretanto a disparidade ocupacional torna muito difícil uma delimitação e definição precisas. “Fica estabelecido, pois, que a formalidade penetra o ‘setor’ informal e o ‘setor’ informal nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um ‘setor’ sem o ‘outro’, parece-nos, na prática, inconcebível” (MALAGUTI, 2000, p. 101).

Vê-se que a formalidade e a informalidade coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis. Além da composição dos dois segmentos no âmbito da economia formal e informal, comporta admitir também que, neste contexto, encontram-se trabalhadores informais no “setor formal” e trabalhadores formais no “setor informal”. Não há um limite entre o formal e o informal (MALAGUTI, 2000).

A manutenção do modo de produção capitalista – flexibilizado – desloca muitos trabalhadores do núcleo formal para a informalidade, em que o trabalho cumpre a mesma função para o capital, entretanto sem os custos sociais correspondentes. Neste sentido, a informalidade atende à flexibilidade exigida pelo atual padrão de acumulação capitalista. É um trabalho informal articulado à produção capitalista (TAVARES, 2004).

O caráter flexível da informalidade caminha lado a lado com o crescente desaparecimento das regulações que caracterizam o trabalho formal, com tendência à generalização do trabalho informal. A informalidade constitui relações de trabalho que se dão por meio da exploração, tanto na esfera da produção como da circulação de mercadorias.

Trata-se de um segmento moderno da informalidade, no qual o trabalho informal cumpre a mesma função do formalmente assalariado, que desenvolve a sua ocupação na indústria, nos ramos comerciais e/ou financeiros, sob uma explícita relação empregado-empregador (TAVARES, 2004, p. 19-20).

A exploração por parte do capital sobre a força de trabalho acontece do mesmo modo que nas relações formais, também nas relações informais de trabalho, ou seja, tanto a formalidade como a informalidade compõem regras de acumulação capitalista.

A explosiva informalização do trabalho, devido a expressiva quantidade desta, ressalta que as relações informais se articulam diretamente ao núcleo formal da economia, pelos processos de terceirização. Com o processo de terceirização, a informalidade se torna uma forma adequada ao capital, porque participa efetivamente da produção sem implicar os custos do trabalho formal. Ao invés da compra direta da força de trabalho, terceiriza-se. Graças à acumulação flexível, formas particulares de inserção à produção, que já foram representativas de uma economia atrasada, tornaram-se funcionais à acumulação capitalista (TAVARES, 2004).

O domínio do capital sobre o trabalhador informal ocorre também quando este é autônomo ou pequeno proprietário. Este domínio ocorre duplamente. Primeiro, pela subordinação ideológica deste trabalhador aos moldes da falsa ideia de independência, por ter seu próprio negócio; segundo, quando este trabalhador autônomo ou pequeno proprietário explora seus funcionários, proporcionar trabalho precário. No caso do trabalhador informal pequeno proprietário ou autônomo,

[...] este é “iludido” com a ideia de “independência”; é levado a trabalhar um número de horas excessivas, sendo extraída mais-valia relativa e mais-valia absoluta. Esse trabalhador tem que assumir mais riscos e também aumentar a extração da taxa de sobre trabalho de seus funcionários, oferecendo condições de trabalho mais precárias que as grandes empresas e, em muitos casos, vende a sua força de trabalho e a de membros de sua família como trabalho não pago, estes cooperam nas fases de grande produtividade (ALVES, 2001, p. 145).

Os trabalhadores informais, motivados pelas expectativas de seu próprio negócio, não percebem a sua relação de dependência para com o capital. Estas formas de trabalho são

confundidas com a independência e autonomia, mas promovem, ao contrário, mecanismos em que os trabalhadores exploram sua própria força de trabalho para o capital e são lesados nos seus direitos fundamentais (TAVARES, 2004).

Em consonância, Lira (2006, p. 137-139) vê a informalidade como uma [...] “funcionalidade estratégica ao capital, na medida em que se articula às diversas cadeias produtivas de forma direta através da terceirização, ou indireta na esfera da circulação, de modo a rebaixar cada vez mais os custos da produção”. O setor informal se funde ao capital como fundamento deste, e não simplesmente como opção de vida para os desempregados.

Diante da própria complexidade da informalidade, atualmente sob novas determinações, destaca-se a necessidade de avaliá-la para que possa ser identificado seu papel na invasão de diversos espaços indispensáveis à dinâmica de valorização do capital. As atividades informais desenvolvidas, são funcionais ao capital, na medida em que tornam o processo de distribuição das mercadorias mais dinâmico, possibilitando a circulação e consumo das mesmas. O comércio, de maneira mais explícita, tem reconfigurado os espaços para se adequar às novas demandas do capital.

Considera-se o trabalho de rua como parte “integrante da soma global do trabalho”, e, sendo assim, sua reprodução está condicionada pelas leis que regem o capitalismo, sendo enquadrados no circuito de exploração do capital<sup>11</sup>. A intenção não é afirmar que o trabalhador é produtivo ao capital, pois, segundo Marx (2009), este só seria produtivo ao capital na medida em que fosse capaz de gerar mais-valia para o capitalista, proporcionando a expansão do capital.

Alves (2001) esclarece que a contribuição deste trabalho

[...] possibilita a circulação de mercadoria, contribuindo para a realização dos produtos industrializados, objetivando uma renda para consumo que satisfaça suas necessidades básicas. Desde que suas atividades foram inseridas na divisão social do trabalho capitalista, ele também passa a ser explorado (ALVES, 2001, p. 135).

Para prosseguir a análise utiliza-se aqui a denominação trabalho de rua ou informalidade de rua para tratar das atividades não regulamentadas, direcionadas para a sobrevivência, contando, muitas vezes, com a participação de auxiliares e ajudantes (em geral, familiares), e que possuem a peculiaridade de ocorrerem (ou estarem) nas ruas (DURÃES, 2006).

---

<sup>11</sup> Reafirma-se, conforme [Mészáros \(2007\)](#), que o capital não extingue nenhum ser humano do seu circuito de exploração. Este submete a si a totalidade do trabalho.

Como afirma Tavares (2004), o desempenho do capital age sob “fios invisíveis”. Dentro de uma mesma estrutura o capital utiliza formas antigas e reinventa velhas formas de exploração, institucionalizando-as, lançando novas modalidades de exploração do trabalho, todas articuladas com o objetivo único: acumulação crescente. Ainda de acordo com a supracitada autora, “[...] todos os trabalhadores, mesmo os que não vendem diretamente sua força de trabalho, só podem se reproduzir mediante um espaço econômico permitido pelo mercado seja qual for a sua produção” (TAVARES, 2004, p. 144).

O Estado, para atender aos interesses do capital, cria mecanismos legais que permitem à produção capitalista a maior utilização do trabalho informal. Suas políticas macroeconômicas de privatização, liberalização e desregulamentação, eixo da reestruturação produtiva, oferecem a possibilidade de descentralização da produção e enfraquecem a classe trabalhadora. São essas medidas estruturantes que fazem da informalidade uma das perversas dimensões do mundo do trabalho (GERMER, 2009).

Apesar de serem diversos e complexos os motivos que induzem os trabalhadores à informalidade, são inúmeros os autores que defendem que, invariavelmente, a insuficiência de empregos e o aumento do mercado informal estão relacionados com as mudanças estruturais, à baixa capacidade de geração de postos de trabalho formais e à presença gradual do desemprego. Portanto, se de um lado o mercado de trabalho informal tornou-se uma alternativa de sobrevivência e complemento de renda para aqueles que têm dificuldade em inserir-se no mercado formal, seja por causa da idade, sexo, habilidade, condições físicas ou pela redução de custos das empresas, por outro, o trabalho informal intensifica-se com a flexibilização, compondo a relação capital/trabalho na atualidade. Isto se percebe principalmente nas metrópoles e centros urbanos onde coexistem relações formais e informais.

## 2.5 TRABALHADORES DE RUA: UMA REALIDADE SOTEROPOLITANA

No contexto atual um segmento de trabalhadores volta a crescer. Trata-se de um segmento composto pelos chamados trabalhadores de rua<sup>12</sup>, cuja face mais visível é a formada por camelôs e ambulantes, integrados por migrantes e/ou pessoas que perderam o emprego, o

---

<sup>12</sup> Consideramos para este estudo o trabalho de rua como ofícios exercidos por peixeiros, ambulantes, vendedores de tabuleiros, serventes, entre outros, exercido em conjunto de espaços dentro da cidade, a exemplo das vias públicas, praças, praias, ladeiras e largos (CÂMARA, 2008).



que nos faz notar um aumento significativo do contingente desses trabalhadores na composição do mercado de trabalho.

O trabalho de rua, em parte, é integrante desse setor e vem funcionando como fator de estabilização social para o indivíduo desempregado, ou seja, pode estar associado a uma elevação do bem-estar e, desta maneira, o indivíduo pode participar do consumo, o que vem reforçar a ideologia de ascensão social pelo consumo e a ideologia do trabalho autônomo (SANTOS, 1987).

Pode-se dizer, então, que o comércio de rua é adaptado aos interesses do contexto social e econômico. Desta forma, as diferentes situações criadas pelo comércio de rua “[...] por um lado respondem as demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social [...]” (CACCIAMALLI, 2000, p. 153).

A presença do trabalho nas ruas é um fenômeno típico de um modelo socioeconômico instável, situação em que muitas pessoas garantem a sobrevivência e a dignidade, desenvolvendo atividades na economia informal. É, também, um sinal de vitalidade da economia, uma prova da capacidade de adaptação de uma parte da sociedade. Por outro lado, isso não significa dizer que tal atividade não esteja presente em países cuja economia é considerada “mais estável”. E tampouco que seja uma modalidade recente.

Numa perspectiva local, o cenário dos trabalhadores de rua não se difere, a construção de sociedade soteropolitana foi baseada em conceitos conservadores, na opressão do colonizador, que impunha as suas leis e que de alguma maneira tentava controlar a vida na cidade.

Por volta do século XIX Salvador compunha-se em uma cidade com seu espaço urbano em formação e uma população negra de livres, libertos e escravos cada vez mais extensa. É relevante ressaltar que o ano de 1850 é marcado pela proibição do tráfico negreiro, fato que potencializa o tráfico interno de escravos. Somados a esses elementos temos uma cidade ainda aquecida por causa do Levante dos Malês, ocorrido em 1835, e a regulamentação das leis abolicionistas (Bill Aberdeen, em 1845, Lei do Ventre Livre, em 1870, Lei do Sexagenário, em 1885, e a Lei Áurea, em 1888) (REIS, 1993).

Em 1857 a maior parte dos trabalhadores urbanos de Salvador estava entre o trabalho doméstico e o trabalho nas ruas, sendo os principais responsáveis pela dinâmica de circulação de mercadorias, pessoas, pelo abastecimento de água, o escoamento de dejetos, o abastecimento alimentar, a limpeza urbana, a iluminação das ruas, enfim, o trabalhador negro urbano era peça fundamental para o funcionamento da cidade de Salvador (REIS, 1993).

Em um cenário composto por uma maioria negra e pelo clima de tensão que ronda a cidade desde o Levante dos Malês,<sup>13</sup> o poder público municipal buscava implementar mecanismos de controle como medida de prevenção a possíveis revoltas, e, nesse caso, o trabalhador de ganho era o principal alvo (REIS, 1993).

Em 1835 a Assembleia Provincial recebe a Lei nº 14, que tinha como objetivo o fim da independência dos *cantos*. Essa lei apresentava obrigações que automaticamente manteriam o trabalhador de ganho totalmente sobre o controle do poder público e sob a fiscalização da polícia. No ano seguinte essa lei é regulamentada e agora trata especificamente da estrutura interna dos cantos. O canto estaria, assim, sem autonomia e subordinado à jurisdição territorial do poder branco (REIS, 1993).

Salienta-se que, o trabalhador de ganho tinha liberdade de movimento, de organização do seu tempo de trabalho e de negociação no comércio urbano, e que esse, além de ganhar para si, estava a serviço de seu dono (quando escravo), portanto as novas leis de controle do trabalhador urbano de alguma forma impactam também em outra classe da sociedade. A Lei que reorganiza a estrutura interna dos *cantos* e limita o trabalhador de ganho, um elemento a ser observado dentre desses mecanismos que são gradualmente implantados na cidade, foi a proibição do trabalho dos africanos em saveiros no descarrego de navios no porto, no ano de 1850 (REIS, 1993).

Com tantas restrições os trabalhadores de ganho de Salvador dão início a um importante movimento de resistência, que marca a história do trabalho urbano da cidade. Apesar do impacto, a greve negra da Bahia foi um movimento pacífico e majoritariamente masculino, pois a maioria das mulheres negras trabalhadoras urbanas estava concentrada no trabalho doméstico ou em trabalho de ganho menos expressivo em relação ao feito pelos homens (REIS, 1993).

A greve contou também com um importante aliado, a Associação Comercial, que representava os grandes negociantes, os quais protestam contra a lei municipal junto ao presidente da província. Desta forma, presume-se, a relação entre o comércio e o trabalho de ganho. (REIS, 1993).

---

<sup>13</sup> Levante ou Revolta dos Malês foi um movimento que ocorreu entre os dias 25 e 27 de janeiro de 1835. Os principais personagens desta revolta foram os negros islâmicos que exerciam atividades livres, conhecidos como negros de ganho (alfaiates, pequenos comerciantes, artesãos e carpinteiros). Apesar de livres, sofriam muita discriminação por serem negros e seguidores do Islamismo (REIS, 2003).

A greve mexeu estruturalmente na conjuntura política, econômica e nas relações sociais da cidade. E após uma semana o poder começa a dar sinais de mudanças na Lei e o movimento começa a finalizar-se com significativas conquistas dos trabalhadores de ganho. O canto recebe de volta a sua liberdade de estruturação interna, obedecendo a tradição de escolha de seu líder pelos seus membros, e a principal conquista, entre outros feitos, foi a substituição da placa de metal ao pescoço pelo número trazido à manga da camisa do trabalhador (REIS, 1993).

Esse momento da história de formação do trabalho urbano da cidade de Salvador apresenta de forma nítida uma sociedade que se molda a partir do trabalho urbano. Em suma, na medida em que se aproximava a abolição da escravatura, no cenário de uma cidade majoritariamente negra e consciente da importância da sua atuação social, o poder público intensificava cada vez mais a sua relação com a população negra local, na direção de limitar a liberdade do trabalho, controlar e reprimir qualquer indício de novos levantes negros.

É neste contexto que a sociedade soteropolitana foi moldada, com regras específicas para beneficiar a elite, que tinha nos escravos de ganho, trabalhadores ambulantes, uma fonte de renda fácil. As leis, muitas vezes, não eram cumpridas por conveniência, tanto para o senhor como para o cativo. Desta negociação entre a elite crioula e os escravos de Salvador, o espaço urbano foi sendo ocupado.

Atualmente o setor produtivo caracteriza-se por ser poupador de mão de obra e uma das primeiras formas de o indivíduo manter sua sobrevivência é recorrer ao trabalho informal, especialmente o trabalho de rua, o qual não se pode colocar de lado devido à sua importância na constituição do mercado de trabalho.

Na paisagem urbana o comércio ambulante exerce um papel essencial e explicitador das características do centro da cidade, criando uma série de símbolos capazes de atrair consumidores e reforçando a característica do centro enquanto locus de consumo. Sendo assim, os espaços urbanos se transformam, devido ao uso exercido pelos indivíduos da cidade; são remontados e passam a ter características peculiares que, por fim, representam a própria essência da cidade, mostrando sua história, suas condições e necessidades.

O comércio de rua precisa ser notado, dessa forma os melhores lugares para ele instalar sua atividade são os logradouros e praças localizados, preferencialmente, no centro da cidade, onde há uma grande concentração de atividades comerciais e serviços, ou, também, em locais de

grandes aglomerações. Ou seja, essas atividades tendem a se concentrar em locais que exercem centralidades, onde ocorre um grande fluxo de pessoas, possíveis consumidores.

De acordo com Gomes (2006, p. 177), “[...] o chamado setor informal se desenvolve quase sempre nos locais públicos de maior circulação ou de grande valorização comercial [...]”. Pode-se afirmar, então, que tal atividade exerce um papel significativo na reorganização das formas e conteúdos urbanos. O comércio de rua é um exemplo claro do processo de apropriação do espaço público, produzindo um novo espaço, o que outrora era público torna-se privado.

Cabe, então, ao poder público enquanto responsável pela manutenção destes locais regular o uso do espaço de modo a indicar a sua apropriação adequada. Sabe-se que a relação poder público/trabalhadores do comércio de rua sempre se deu com dificuldades e os embates que são presenciados na atualidade não constituem nenhuma novidade, a não ser pelas especificidades que os caracterizam.

Foi possível constatar que a questão da informalidade no trabalho está engendrada no advento do capitalismo e as relações de classes provenientes neste sistema. Diante disso, uma parcela em específico da população brasileira foi atingida pelo desemprego, sendo resultado disso o ingresso na informalidade, que, para o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2013, p. 10), “[...] compreende todos os trabalhadores que estão empregados sem carteira assinada (emprego ilegal), e que estão por conta própria, trabalhando de forma independente e realizando sozinhos, ou com a ajuda de parentes, a sua atividade, ou desenvolvendo seu negócio”. Pela falta de oportunidade de trabalho formalizado, dentre outros fatores relevantes, os trabalhadores se aventuram em arranjos laborais visando a subsistência, essa modalidade ocupacional é perversa porque deixa o trabalhador desprotegido socialmente, além de trabalhar em lugares e condições inapropriadas.

A definição de termo informal mediante a supracitada concepção do DIEESE é bastante abrangente, visto que, terminologicamente, “trabalho informal” é passível de compreensões distintas, portanto o traçar do perfil dos trabalhadores a que se destina esta pesquisa está aliado ao estudo do que é, assim enfatizado pela literatura e departamentos de pesquisas oficiais no Brasil, como “trabalho de rua”, segundo considerações de Durães (2006), visto que esta concepção evidencia as práticas laborais desenvolvidas nas ruas de Salvador, mais especificamente em Cajazeiras, lócus da pesquisa.

Para dirimir um pouco este problema, utilizamos aqui a denominação trabalho de rua ou informalidade de rua para tratar das atividades não regulamentadas, direcionadas para a sobrevivência, contando, muitas vezes, com a participação de auxiliares e ajudantes (em geral, familiares), e que possuem a peculiaridade de ocorrerem (ou estarem) nas ruas (DURÃES, 2006).

Em pesquisa sobre “A Informalidade no Mercado de Trabalho da Bahia nos anos 2000”, realizada pelo DIEESE em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – Observatório do Trabalho, na qual se analisam dados levantados no último Censo Brasileiro do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) em 2010, são comparados avanços e retrocessos no mercado de trabalho entre os anos de 2000 e 2010, em números da informalidade na Bahia, no Nordeste e no Brasil.

O referido estudo do DIEESE traz uma riqueza de dados sobre a informalidade do mercado de trabalho da Bahia, revelando as desigualdades no referido mercado, apresentando dados dos ocupados e desocupados e taxa de desocupação por sexo e faixa etária, além de destacar aspectos como o trabalho infantil que persiste, mesmo com uma significativa redução. Elucida também “características da heterogeneidade ocupacional na Bahia”, dentre outras análises fundamentais para entender este mercado complexo e desigual que envolve precariamente o trabalhador sem carteira assinada, e revela um dado alarmante sobre as populações que ocupam as regiões metropolitanas: “[...] encontra-se na condição de desproteção social (sem cobertura trabalhista, previdenciária e negociação coletiva)” (DIEESE, 2013, p. 8).

Os dados levantados pelo DIEESE mostram que houve uma redução dos trabalhadores sem carteira assinada, ou seja, aumento do exército industrial de reserva e proporcionalmente do trabalho informal, que resulta ainda mais no número de pessoas sem proteção social e trabalhista, o que é alarmante. De acordo com a pesquisa, os empregados sem carteira de trabalho assinada eram a segunda posição ocupacional mais relevante para a Bahia em 2000, respondendo por praticamente 1,1 milhão de trabalhadores e representando 24,5% dos ocupados, superando o contingente de empregados com carteira assinada.

Apesar do incremento de quase 162 mil novos trabalhadores sem carteira assinada, entre 2000 e 2010, sua participação relativa caiu para 22% do total de ocupados ao final do período (DIEESE, 2013).

Diante de um cenário de precarização nas relações sociais e de trabalho, sendo a informalidade o termo mais utilizado na literatura para estudar as condições de vida e labor

dos trabalhadores que comercializam produtos e serviços nas ruas, passa-se a apresentar as modalidades do trabalho informal e exposição do panorama sobre estes trabalhadores.

Constata-se em dados comparativos da informalidade no mercado de trabalho na Bahia, no Nordeste e no Brasil, que quase metade da população economicamente ativa realiza suas atividades laborais em condições precárias. Cenário este distinto do que se destaca como *Trabalho Decente*, que:

Se efetiva quando há trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. Consequentemente, a redução da informalidade é a condição necessária para a promoção do trabalho decente (DIESSE, 2013, p. 11).

Observa-se que, de acordo com Leone (2010), a estrutura ocupacional brasileira pouco tem se alterado nas últimas décadas. A inserção no trabalho informal, em sua maioria, não ocorre por escolha do trabalhador, mas pela necessidade e pelo acesso mais fácil, principalmente se levados em consideração os casos em que aquele não teve acesso à escola ou oportunidades de emprego que agregassem a experiência profissional tão preconizada no mercado formal. Ainda de acordo com o autor supracitado, “Não é outra a razão por que a maioria que trabalha informalmente é pobre, situação em que a parcela mais expressiva é constituída por mulheres e negros, sabidamente as pessoas em situação mais vulnerável no mercado de trabalho” (LEONE, 2010, p. 8).

Os dados levantados pelo DIESSE (2013) apontam a “[...] desigualdade no mercado de trabalho segundo atributos pessoais do trabalhador”, ou seja, o perfil traçado dos trabalhadores informais está baseado em divisões, por exemplo, características baseadas no gênero, idade, raça e grau de escolaridade.

Quanto ao gênero, o perfil local é representado como reflexo do nacional, nessa esfera esta representação se repete. Sabe-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho é moldada sob a perspectiva de uma sociedade conservadora e paternalista, na qual as habilidades dela eram utilizadas para a organização do lar e as dos homens para o provento e subsistência da família. Gradativamente a mulher passa a ocupar cargos que vão além da administração do lar, e, nesse aspecto, Kon assinala que:

As condições diferenciadas por gênero com relação a responsabilidades familiares e profissionais, horários de trabalhos rígidos, exigências mais estritas de qualificação, entre outras, tornam patente que o trabalho da mulher não depende apenas da demanda do mercado. Depende também de outros fatores que conduzem frequentemente à alocação de trabalhadoras em

atividades informalizadas, que se revestem de um caráter instável e menor remuneração (2008, p. 2).

A transição para a mulher no mercado de trabalho é fruto de demasiadas e diversas motivações, principalmente quando essa ocorre para o trabalho informal, dentre os quais auxílio nos rendimentos domésticos, separação com o cônjuge que exige que esta passe a trabalhar para a sua subsistência e de seus filhos, ou até mesmo independência, motivos estes agravados com a baixa escolaridade e falta de experiência no mercado de trabalho, ocasionam a entrada no mercado informal.

Um ponto de discussão interessante, baseado nos trabalhos de Hirata (2000) e Galli e Kucera (2004), é que o trabalho feminino, quando envolto na informalidade, tende a não ter visibilidade, principalmente se este for realizado no ambiente doméstico, pois, de acordo com Leone (2010, p.12), acaba “escondendo sua participação na economia e incentivando a noção de que a mulher desempenha um trabalho secundário ou complementar ao do marido ou do chefe da família”. Desta forma, as atividades informais apresentam, além do perfil traçado, um entendimento diferenciado, conforme o gênero e também com a raça.

Numa perspectiva local, em relação à desigualdade por sexo e idade, o DIEESE (2013) apresenta que:

Tanto em 2000 como em 2010, o mercado de trabalho baiano possuía mais trabalhadores na faixa de 30 a 39 anos de idade e do sexo masculino. Já entre os desocupados, havia um predomínio maior de pessoas jovens (de 18 a 24 anos de idade) e do sexo feminino. De modo que, no início do período, as pessoas com idade entre 30 e 39 anos representavam 26,5% dos ocupados e, praticamente, assim permaneceram ao final (26,0%). A proporção de homens era bem mais elevada do que a de mulheres no total de ocupados e mesmo tendo a sua participação reduzida de 63,4% para 58,6% entre 2000 e 2010, ainda eram predominantes. (DIEESE, 2013, p. 24)

Além disso, os dados revelam uma fragilidade das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo a mulher negra, que sofre maior dificuldade nesta competição e inserção no mercado de trabalho, retrato que revela expressões da questão social, em âmbito econômico e étnico com raízes históricas. A maior fragilidade das mulheres no mercado de trabalho quando comparadas aos homens é mais intensa para as mulheres negras. Além de as taxas de desocupação femininas serem muito superiores às dos homens em todo o período, eram mais acentuadas para as mulheres negras, que enfrentam maior dificuldade de inserção, a despeito de terem suas taxas também reduzidas entre 2000 e 2010.

Cabe destacar que, enquanto a taxa de desocupação de um homem não negro era de 6,6%, em 2010, a da mulher negra era de 15,4% nesse mesmo ano, ao

passo que a das mulheres não negras era de 11,5%. Os homens negros também têm maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, com uma taxa de desocupação mais elevada do que a dos não negros (em 2010, era de 8,6%) (*Idem*, p. 25-26).

Quanto à desigualdade por Cor ou Raça<sup>14</sup> e Sexo, apesar dos negros e pardos serem a maioria nas ocupações, também são em maior número em desocupados:

A Bahia tem a sua população composta, principalmente, pelas pessoas negras (cores preta e parda), determinando o predomínio delas no mercado de trabalho. Assim, os negros representavam 73,1% dos ocupados em 2000 e aumentaram a sua participação para 76,3% do total em 2010. Eles também eram majoritários entre os desocupados, correspondendo a 78,5% no início do período e 81,2% ao final (*Idem*, p. 25).

Apesar dos dados apresentados a seguir destacarem uma redução entre os negros e não negros ocupados, e as mulheres, a distância ainda é alarmante entre os ocupados e não ocupados quando a análise é pela cor da pele, entre 2000 e 2010 houve redução na discrepância da distribuição dos ocupados negros e não negros, por sexo. Em 2000 existiam 28,1 pontos percentuais de diferença entre os 64,1% formados por homens contra 35,9%, por mulheres no total de ocupados negros. Entre os ocupados não negros os homens continuavam sendo maioria entre os ocupados, correspondendo a 61,5% do total, mas a distância entre eles e as mulheres não negras (38,5%) era de 22,9 pontos percentuais, menor do que a observada entre os ocupados de cor negra (DIEESE, 2013).

Em 2010, a desigualdade na distribuição dos ocupados negros, por sexo, diminuiu para 18 pontos percentuais, com os homens representando 59,0% do total e as mulheres aumentando a sua participação para 41,0%. Já entre os não negros, que tinham a disparidade entre homens e mulheres menor do que a dos negros, também foi observada a redução no período para 14,8 pontos percentuais, existente entre os 57,4% dos homens e 42,6% de mulheres (DIEESE, 2013, p. 26).

Sobre esse aspecto, concorda-se com Leone (2010, p.08) quando este afirma que [...] “no caso das desigualdades de raça, diferentemente das de gênero, não há qualquer referência biológica inicial a partir da qual as formas de convivência social tenham consolidado os atributos associados a ela”. O que acontece é que:

---

<sup>14</sup>Quanto à raça, Hédio Silva Jr. (2002, p. 14), contextualiza: Raça, uma categoria da biologia, designa um conjunto de aspectos bio-fisiológicos cambiantes, que diferenciam elementos da mesma espécie. No Brasil, a cor da pele é considerada como critério para diferenciar a raça, subjetivamente, já que também pode variar de acordo com a aparência, tom da pele, segundo alguns estudiosos. Darcy Ribeiro (2006, p. 225) preceitua: “[...] a característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele. Nessa escala, negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e com tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca”.



A população atua influenciada, em grande medida, pela categoria racial a que pertence e à qual se supõem atributos, características e estereótipos. A raça também estrutura a divisão do trabalho entre ocupações mais desvalorizadas socialmente e com menores remunerações onde se concentram as pessoas negras. Essa divisão é um legado histórico do colonialismo e da escravidão (LEONE, 2010, p. 8).

Em conformidade com a pesquisa do DIEESE, constata-se que o perfil da informalidade por sexo e cor tem seus extremos, no caso do homem branco, 58,4% das ocupações informais são trabalhadores por conta-própria e empregadores, indicando a importância relativa dos negócios na ocupação informal do homem branco, enquanto que no caso das mulheres negras 29,1% das ocupações informais são trabalhadoras por conta-própria e empregadoras. A contrapartida do menor peso dos negócios na ocupação informal das mulheres negras é a elevada participação do trabalho doméstico sem carteira, do autoconsumo e do trabalho não-remunerado (48,2% das ocupações informais das mulheres negras e 10,7% das ocupações informais dos homens brancos) (DIEESE, 2013).

Surge então uma discriminação dual. O trabalho feminino, quando realizado na perspectiva da informalidade, sofre intervenções quanto ao gênero e quanto a aspectos culturais ou históricos:

O sexo e a cor da pele marcam, em geral, as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho: as mulheres se concentram em poucos setores econômicos, principalmente no setor de serviços em ocupações de menor remuneração e nível de responsabilidade enquanto que os negros, ainda que consigam abranger uma diversidade maior de setores, só conseguem empregos de baixa qualificação, remuneração e prestígio social. A dupla consideração de gênero e raça coloca em evidência as mulheres negras em ocupações inferiores e com menor recompensa por seus níveis educacionais (HANSENBALG, 1992, 1995 *apud* LEONI, 2010, p 13).

Outro ponto a se traçar quanto ao perfil dos trabalhadores informais é quanto ao nível de escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras. Atualmente 55,2% desses trabalhadores possuem até o nível médio incompleto, ou seja, mais da metade dos trabalhadores não possui nem mesmo o ensino médio, retrato de mais um agravante que contribui para a precarização nas relações de trabalho.

A despeito da tendência geral de ampliação da escolarização no mercado de trabalho, evidenciada pelas mudanças internas no perfil de escolaridade do trabalhador no período, em 2010, do total de trabalhadores baianos, 55,2% possuíam até o nível médio incompleto, contra 34,0% em 2000, o que ajuda a entender porque muitos trabalhadores baianos estão inseridos em ocupações precárias e informais, visto que diversas ocupações têm como requisito mínimo de seleção o ensino médio concluído (DIEESE, 2013, p. 31).

Em dados percentuais comparativos entre os trabalhadores da informalidade, sendo eles os domésticos, empregados sem carteira assinada, os que trabalham por conta própria são aqueles que mais apresentam o nível superior completo:

Em 2010, os trabalhadores domésticos com carteira (66,9%) e sem carteira (76,4%), os empregados sem carteira assinada (63,6%) e os trabalhadores por conta própria (65,9%) destacavam-se pelas proporções mais significativas de seus trabalhadores com um nível de escolaridade baixo (fundamental completo e médio incompleto). Em oposição, estavam os empregados com carteira assinada e os empregadores, com os percentuais mais acentuados de trabalhadores com o nível superior completo, respectivamente, 10,7% e 26,4% (DIEESE 2013, p. 31-32).

Embora o mercado de trabalho da Bahia apresente pouco mais da metade de seus trabalhadores sem ao menos ter completado o ensino médio, os números mostram uma grande dificuldade dessa população em continuar seus estudos:

Ao analisar as questões relacionadas à condição de estudo e trabalho, nota-se que, entre 2000 e 2010, a proporção total dos ocupados na Bahia, que estudam e trabalham, caiu de 19,2% para 15,3% e, por conseguinte, a proporção dos que somente trabalham se elevou de 80,8% para 84,7%. Ao se analisar as ocupações informais, os trabalhadores por conta própria são os que mais se destacam somente trabalhando. Em 2000, havia 89,1% deles nessa condição e, em 2010, o percentual aumentou para 91,9%. Além deles, os empregados sem carteira assinada também ampliaram a participação dos que somente trabalham no período e em 2010 registraram 82,4% do total somente trabalhando (DIEESE, 2013, p. 33).

Os dados apresentados revelam o perfil social dos trabalhadores e trabalhador baiano (a)s submetidos (a)s à informalidade na última década, com base nos dados do Censo demográfico de 2000 e 2010, apresentando desigualdades de cunho racial, de gênero, de faixa etária e de escolaridade. Tais aspectos diagnosticados pelo Dieese serão aprofundados posteriormente durante a exposição das entrevistas realizadas com os trabalhadores, a fim de identificar o perfil local e cruzar as informações com a referida pesquisa, que permite uma comparação com o perfil já definido, além de personalizar a pesquisa.

Desta forma, constata-se que o trabalho é “uma atividade central na história humana”, é fonte de sobrevivência e está presente na evolução da humanidade, mas também se tornou “complexo” assumindo uma “dupla dimensão” (ANTUNES, 2004, p. 10). Esta dimensão determinada pelo caráter entranho do trabalho se torna um processo penoso, que aprisiona os indivíduos. Portanto, como lembra Antunes, o que está em questão não é a centralidade ou não do trabalho, mas as transformações e interfaces deste ao longo de cada período.

### 3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

Este capítulo busca elencar elementos teóricos de forma a permitir um melhor entendimento das tratativas oferecidas pelo Estado (políticas sociais) para a expressão da multifacetada questão social. Constata-se que diante do agravamento da questão social ligada à lógica do trabalho foram surgindo ao longo da história políticas públicas, resultando em programas e projetos visando buscar a garantia do direito ao trabalho e à sobrevivência, ressaltando que estas políticas são traçadas pela dualidade de sua finalidade, uma vez que atendem aos interesses de reprodução do capital, assim como às demandas por proteção e direitos dos trabalhadores.

Torna-se necessário trazer o significado de questão social, bem como a sua contextualização, para que seja possível compreender por qual motivo a informalidade apresenta-se como uma expressão desse fenômeno, tendo em vista os aspectos históricos já abordados. Ressalta-se que apesar de trazer à discussão dados recentes acerca da informalidade, serão remontados alguns acontecimentos datados do século XIX para garantir a apreensão das expressões da questão social na atualidade.

#### 3.1 QUESTÃO SOCIAL: CONCEPÇÕES E EXPRESSÕES

Questão Social é uma denominação surgida no século XIX a partir das manifestações de miséria e pobreza advindas da exploração das sociedades capitalistas com o desenvolvimento da industrialização. Nessa perspectiva, a questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, cuja gênese se deve à acumulação capitalista na medida em que esta aumenta a capacidade de produzir riquezas e, no mesmo movimento, também de reproduzir, contraditoriamente, a pobreza (IAMAMOTO, 2001).

A análise da questão social traz consigo dois pontos fundamentais, pontos estes necessários para o seu entendimento, segundo Iamamoto (2006). O primeiro se apresenta em conformidade com o projeto da classe burguesa, e o segundo segue o ideário da classe trabalhadora. A questão social para ela é “[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras [...]. Ela é tributária das formas

assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente [...]” (IAMAMOTO, 2006, p. 11).

Não contraditória a esta compreensão, para Teles a questão social:

[...] é entre a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (TELES, 1996, p. 85).

Conforme Netto (2001), a expressão “questão social” surge para abarcar a pauperização resultante da instauração do capitalismo na Inglaterra no final do século XVIII. Essa nova forma da pobreza se diferenciava da que caracterizava as sociedades pré-capitalistas, em que aparecia como fruto da escassez e da reduzida capacidade das forças produtivas.

A partir do regime de produção capitalista, a pobreza cresce concomitantemente ao desenvolvimento das forças produtivas. O que explica essa contradição é que, embora a produção da riqueza social tenha aumentado e adquirido caráter coletivo, sua apropriação é privada. Portanto, muito embora estejam dadas as condições técnicas de superação da escassez, as relações de produção instauradas sob o capitalismo não permitem a sua extinção, ampliando, contraditoriamente, o processo de pauperização. Alguns intelectuais passaram a ter a percepção de que o pauperismo está diretamente ligado ao desenvolvimento capitalista.

Quanto mais desenvolvidos os meios de produção, maior importância adquiria a tecnologia adotada, visto que as máquinas tinham o poder de aumentar consideravelmente o tempo de produção gasto pelo trabalhador, além de diminuir os custos e o tempo desta produção. A Revolução de 1848 foi fundamental para revelar a face perversa do capitalismo. As ideias de Karl Marx – que trouxe à tona os ideais do socialismo e um método peculiar e inovador de investigação da sociedade burguesa – apresentaram um modo de vida diferente do modo vigente, que era o modo de produção capitalista. Porém, como mostra Netto (2011), esses ideais socialistas foram duramente reprimidos, pois se apresentavam como ameaça à ordem socialmente estabelecida.

Posta em primeiro lugar, com o caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional (NETTO, 2011, p. 43).

As manifestações da questão social expressas pela forte desigualdade, fome, desemprego, desamparo, miséria, doenças, eram concebidas até aquele momento, como inerentes, e até necessárias, para manter a ordem natural de toda e qualquer sociedade. Como pontua Netto (2011, p. 44), [...] “o enfrentamento de suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo, a propriedade privada dos meios de produção”. Até se reconhece os seus agravos, mas a questão social é vista como culpa do homem e não do sistema que se apresenta com formas desiguais.

O cuidado com as manifestações da questão social é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da questão social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa (NETTO, 2011, p. 44).

A Revolução de 1848, além de afetar os ideais burgueses, contribuiu também para expandir a compreensão sobre o sistema capitalista por parte da classe trabalhadora, conforme explicita Netto:

[...] trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses sociais das classes fundamentais, acarretou a dissolução do ideário formulado pelo utopismo. Dessa dissolução resultou a clareza de que a resolução efetiva do conjunto problemático designado pela expressão ‘questão social’ seria função da eversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classes – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si (2011, p. 44).

A percepção de que a questão social está intrinsecamente ligada ao modo de produção burguês foi sendo difundida para a classe trabalhadora, o que foi favorável para a formação das vanguardas trabalhadoras. A partir de então, o processo de luta e conscientização política começa a ganhar forças. Entende-se que as expressões da questão social só podem ser extintas havendo também a extinção da sociedade pautada em desigualdades de classes, que sustenta as disparidades econômicas, culturais, sociais e políticas, em nome de uma minoria detentora dos meios de produção e do lucro gerado pelos mesmos. Porém, como assinala Netto (2011, p. 45), [...] “a consciência política não é o mesmo que compreensão teórica”.

Somente em 1867, com a publicação do primeiro volume d’O Capital, de autoria de Marx, apresentam-se as desigualdades sociais intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento do capitalismo, fazendo com que a questão social ganhe destaque, tornando-se um problema a ser

enfrentado pelas classes dominantes, principalmente mediante a possibilidade de manifestação e de protestos dos trabalhadores.

Foi a partir do ingresso da classe operária na arena política que “a burguesia inglesa, conjuntamente com outras classes dominantes, articula, através da máquina estatal, uma intervenção mais eficaz sobre a “questão social”” (BRANCO, 2006, p. 17). Os novos atores e as novas formas de organização do proletariado são vistos pelas classes dominantes como ameaça à ordem econômico-social estabelecida. Nesse sentido, revogam as antigas leis trabalhistas e adotam algumas medidas a fim de abrandar os efeitos da acumulação e da exploração capitalistas.

Vale destacar que a situação de pauperismo vivenciada pelo proletariado até então era tida pela burguesia como algo natural e tratada sob o prisma da moral e/ou repressão. A miséria não era vista como um problema social decorrente da relação capital x trabalho, ela residia no indivíduo; este era responsável pela sua situação de vida.

A partir do momento em que essas questões ultrapassam os muros das fábricas e espalham-se por toda a sociedade, por meio dos movimentos sociais, passam a ser vistas pela burguesia como uma ameaça à ordem dominante. Diante do perigo iminente, surge [...] “a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho”, ficando a cargo do Estado “a regulamentação jurídica do mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2006, p. 126), a qual teria que atender à ideologia da classe burguesa. Os trabalhadores vão gradativamente adquirindo consciência de classe, a qual “[...] é construída na vida cotidiana do proletariado, a partir do momento em que eles se reconhecem como sujeitos de direitos” (COUTINHO *et al.*, 2004, p. 29).

É imprescindível pontuar que, mesmo diante deste cenário, o Estado insiste no não reconhecimento da questão social. Na verdade, o que desejava a classe dominante era o controle da organização do proletariado, para tanto necessitava combinar elementos de coerção com mecanismos de controle. Diante da dificuldade em instituir políticas sociais para o proletariado, a repressão policial fora a resposta encontrada pelo Estado como forma de manter a ordem estabelecida. É importante destacar que, além do uso da força no trato da questão social, alguns setores abastados da sociedade pregavam a caridade e o assistencialismo como forma de ajuda aos necessitados como forma de reprodução da pobreza.

No Brasil, a questão social passou de uma questão de polícia, de ordem repressora, para uma questão política equacionada pelo Estado, no primeiro terço do século XX, mais precisamente em meados da década de 1930. Durante todo o século XIX, ao longo das várias

repúblicas formadas desde a abolição da escravidão e o fim da monarquia, Ianni (1991) ressalta que:

[...] a questão social passou a ser um elemento essencial das formas e movimentos da sociedade nacional [...]. Aos poucos, alguns setores dominantes e os governos são levados a reconhecer que a questão social é uma realidade. Ainda que utilizem outras denominações e preconizem a violência contra as reivindicações e os protestos, começa-se a reconhecer que algo pode mudar, que alguma negociação pode haver, sem que o “status quo” seja abalado (IANNI, 1991, p. 3).

No entanto reconhecer a questão social não significa que respostas efetivas sejam engendradas de imediato, pois esporadicamente suas expressões voltam a ser resolvidas pela intervenção da polícia, ou seja, existe a repressão por parte do Estado, e em especial pela polícia.

O processo de industrialização estimula a formação do proletariado no Brasil, e, por influência dos imigrantes europeus, há um avanço da consciência sociopolítica e da organização da classe trabalhadora, insurgindo desse modo um processo que confere maior densidade à questão social, enquanto questão política, já em 1920, porém esta concretude é percebida mais claramente em meados da década de 1930.

Segundo Nogueira (1998), as greves operárias de 1917-1918, no Rio de Janeiro e em São Paulo, começam a instaurar um clima de modernidade acompanhado de um salto de qualidade na consciência dos trabalhadores, nas inquietações das camadas abastadas urbanas, cujo marco simbólico é o ano de 1922. Nessa data foi fundado o primeiro partido operário do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e foram instalados a Semana de Arte Moderna e o Movimento Tenentista. A todas essas manifestações contra a oligarquia e contra a ordem econômica, política, cultural e trabalhista, somam-se as dissidências entre as oligarquias regionais. Esse cenário nacional, mais a crise mundial do capitalismo de 1929, foram os elementos mais significativos que possibilitaram a Revolução de 1930.

De acordo com Mazzeo,

A revolução de 30 é um movimento de redirecionamento do capitalismo brasileiro em moldes modernos, mas não representa um rompimento revolucionário contra a dependência e a subordinação do capitalismo nacional frente aos polos desenvolvidos do capitalismo [...] É um arranjo entre as forças burguesas para a divisão do poder político e econômico. Não restam dúvidas de que a revolução de 30 representa um marco de desenvolvimento no Brasil, no que se refere à continuidade do processo modernizador, mas não se apresenta como nos quadros de uma revolução burguesa [...] o poder se desloca das mãos do latifúndio e coloca-se em setores modernizadores industriais [...] O Estado que emergirá da

revolução de 30, mais intervencionista e centralizador, representará, objetivamente, as necessidades do reordenamento geral do capitalismo (MAZZEO, 1991, p. 31-32).

De acordo com Nogueira (1998), a industrialização é impulsionada através da regulação estatal em razão da nova situação econômica mundial. Desse modo, ao Estado se atribuem novas funções, a de empreendedor e a de modernizador. Neste contexto, a sociedade fica submetida ao Estado que se encarregou de montar um mecanismo de controle político e social das massas emergentes. O movimento operário, a efervescência cultural e o associativismo – em expansão desde os anos 20 – passarão a receber o condicionamento e a direção de um Estado mais autoritário, industrializante, mais conciliador com os interesses agrários, os quais são as expressões vivas de uma coalizão entre as velhas e as novas elites.

As expressões ou os efeitos da questão social no Brasil podem ser compreendidos nas desigualdades e nas exclusões sociais, que se revelam no pauperismo, no desamparo, na violência pessoal e social, na subversão e no desemprego. Tais expressões apresentam-se sob os enfoques político, econômico e social, que vêm imprimindo a luta dos trabalhadores rurais e urbanos, negros e índios, que, nas suas reivindicações, lutam pela terra, pela moradia, por políticas sociais, pelo trabalho e sua regulação, pela liberdade sindical, pela luta de inclusão das minorias e pela inclusão social da maioria despossuída, além da luta pelo meio ambiente.

A visão conservadora da questão social no Brasil percorre sua história e, no limiar do século XXI, ainda está presente, contribuindo para sua reprodução na esfera da cultura e das práticas sociais.

Sempre que se pretende demarcar a origem da política social o parâmetro utilizado é o do *Welfare State*<sup>15</sup>, que, ao contrário do Estado liberal, buscou fazer a “cobertura” social, fortalecendo o setor público e estabelecendo garantias à população. Neste sentido, uma análise das políticas sociais exige também recorrer a algumas estratégias teórico-metodológicas que garantam sua apreensão numa perspectiva crítica, mostrando suas contradições:

É nessa perspectiva que se situa a análise das políticas sociais [...] estas não podem ser percebidas apenas em sua expressão fenomênica. Buscamos captar seu movimento essencial na sociedade burguesa, desde suas origens

---

<sup>15</sup> Embora o nome *Welfare State* só tenha sido adotado no século XX, após a Segunda Guerra Mundial [...] tornou-se usual entre os modernos estudiosos da política social remeter essa denominação ao final do século XIX, para nomear fatos que considerem estar na origem desse Estado. Correntemente, existem outras adjetivações para qualificar o *Welfare State*, além de Estado de Bem-Estar, como Estado providência, Estado assistencial e Estado social.



até os dias de hoje. Para realizar este percurso metodológico fugindo a definições e buscando determinações, é preciso apreender que o fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde, pois a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo parcial, ou sob certos ângulos e aspectos (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 39).

Nesta perspectiva de análise, entende-se que:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – e em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Nesta direção, Netto (2011, p. 41) enfatiza que [...] “a expressão ‘questão social’ não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”.

Ainda nas sociedades pré-capitalistas, que não possuíam mercado, existia uma responsabilidade social, estas não intencionando garantir o bem comum, mas cujo objetivo era garantir a ordem e punir tudo o que se pudesse configurar como ameaçador a ela. Estas ações, somadas às de cunho filantrópico e assistenciais, se configuram, portanto, como sendo as formas das políticas sociais. Assim,

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 p. 51).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a “questão social” não tem relação com problemas herdados de sociedades anteriores, sendo constitutivos da sociedade fundada sob o capital, seus antagonismos e suas contradições. Ademais, cabe ressaltar o protagonismo da classe operária para a legitimação da questão social. Nesse sentido, Netto (2001) afirma que se os pauperizados se mantivessem conformados, resignados com as condições de vida precárias, a história teria sido diferente. Entretanto,

[...] não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diferentes formas [...] configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’ (NETTO, 2001, p. 43).

Sendo assim, a gênese da “questão social” remete à pobreza, nos moldes propriamente capitalistas, e ao conflito intransponível entre suas duas classes fundamentais. Sendo assim, enquanto houver o capitalismo haverá questão social.

Ora, com o crescimento do contingente de pobreza causado pelo advento do capitalismo, os trabalhadores que foram substituídos pelas máquinas e tiveram seus postos de trabalho perdidos tiveram que desenvolver técnicas de sobrevivência, vendo no trabalho informal uma oportunidade de subsistência. Neste sentido, a informalidade é considerada uma das expressões da questão social, visto que é fruto das desigualdades oriundas desse modelo de sistema. Compreendido como um problema, o Estado passa a tomar algumas providências para a resolutividade ou amenização desses fatores, o que resulta na implementação de políticas de inclusão produtiva.

### 3.2 POLÍTICAS SOCIAIS EM RESPOSTA ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A política social não está isenta de correlações de forças políticas e ingerências econômicas, pois está diretamente relacionada às políticas econômicas. Em sua análise conceitual estão presentes contextos teóricos e ideológicos que conduzem/orientam o entendimento da mesma. Frente a isto, Pereira destaca que:

A batalha dos paradigmas que se constituiu em torno da explicação dessa política, especialmente a partir do segundo pós-guerra, com a institucionalização do Estado de Bem-Estar ou do Welfare State, recomenda, por si só, encará-la como tema polêmico, que não se presta a simplificações. Além disso, recomenda a definição de posicionamentos teóricos e políticos, por parte de quem a analisa, em nome da coerência de pensamento e de princípios fundantes (PEREIRA, 2011, p. 16).

O surgimento das primeiras ideias acerca do que se configurou como sendo políticas sociais esteve ligado ao crescimento do capitalismo, à luta de classes e ao desenvolvimento da intervenção estatal. A partir da literatura de Marx, é possível compreender o desenvolvimento e problematização das políticas sociais como fruto do contexto da acumulação capitalista e da luta de classes. Contudo esta não é uma postura hegemônica, pois alguns autores reduzem a análise das políticas sociais a uma perspectiva empobrecida, ou as atribui apenas à iniciativa do Estado. A este respeito, Behring & Boschetti (2011) afirmam que

[...] no campo da política social [...] situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da

sociedade e garantir hegemonia ou, em outro extremo, explicam sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora. [...] predomina a visão do estado como uma esfera pacífica, desprovido de interesses e luta de classe (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 37).

Sendo assim, destacam-se dois aspectos importantes referentes às políticas sociais dentro do viés capitalista – o econômico e o político. O viés econômico está voltado à função do lucro, este está diretamente ligado à redução dos custos e elevação da produtividade. Já a questão política refere-se à legitimação das forças capitalistas, visando à adequação dos trabalhadores ao sistema (NASCIMENTO *et al.*, 2014). Cabe destacar que

Esses enfoques não são, em si, equivocados, pois as políticas sociais assumem de fato essas configurações. Mas são insuficientes e unilaterais porque não exploram suficientemente as contradições inerentes aos processos sociais e, em consequência, não reconhecem que as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 37-38).

Desta forma, a política social passar a existir a partir do conflito econômico, político e social em que as contradições sociais chegam ao ponto de gerarem uma mudança na estratégia adotada pelos governos para manter a “ordem social”.

Assim, a questão social, constituída em torno da pobreza e da miséria dos trabalhadores, representou o fim de uma concepção idealista de que somente a sociedade pudesse encontrar soluções para os problemas sociais. “Constatada a falácia dessa concepção, impôs-se outra, apoiada na necessidade do sistema liberal-burguês de responder, por meio da regulação estatal efetiva e ampliada, os efeitos destrutivos da questão social” (PEREIRA, 2002, p. 31). É a partir desse momento histórico que o Estado passa a assumir seu papel regulador, ou seja, intervir diretamente nas questões de natureza econômica, política e social da sociedade para manter a sua legitimidade.

E assim as políticas sociais tornaram-se importantes estratégias na manutenção das relações de poder que o Estado representa. Galper (1986) destaca que as políticas sociais nos países de Estado de Bem-Estar têm duas funções básicas: econômica e legitimação. Econômica, pois os recursos gastos nas políticas sociais contribuem para a manutenção das taxas de lucro do capital, a legitimação, pela imagem de preocupação com os interesses da classe trabalhadora, garantindo, assim, a conservação do controle social.

Atualmente, pode-se destacar uma série de medidas políticas, econômicas e sociais adotadas pelo governo brasileiro, que desde a década de 90 tem repercutido

significativamente na forma e no conteúdo das políticas públicas: as medidas neoliberais do Consenso de Washington da ampla abertura comercial; da desregulamentação dos fluxos financeiros; da privatização das empresas estatais; da ampla reforma administrativa do Estado (extinguir a estabilidade no emprego público e para abrir os serviços públicos à iniciativa privada); e da reforma dos direitos sociais.

Como refere Behring (1988, p. 180), “a reestruturação produtiva vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, o corte dos gastos sociais, deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e ‘mérito’ individuais”. Para a autora:

A política social entra no cenário como paternalismo, como geradora de desequilíbrio, como algo que deve ser acessado via mercado, e não como direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos, vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (BEHRING, 1998, p. 186).

O resultado direto do conjunto de forças que atacam e destroçam as políticas sociais no Brasil é a instituição de uma compreensão e uma conduta passiva que gradativamente aceita a argumentação de que grande parte dos serviços públicos deveria “ter como clientela somente as camadas mais pobres da população, que encontram-se desorganizadas e possuem uma pequena capacidade de pressão política” (ARAÚJO, 1998 p. 23). É a consolidação de uma cultura que acredita que os serviços públicos devem ser destinados para os pobres. Esse panorama cria aquilo que Sposati (1995) chama de inclusão excludente, ou aquilo que Albuquerque (1986) refletindo sobre o poder em instituições chama de reconhecimento e desconhecimento.

### **3.2.1 Políticas sociais: viabilizando o exercício da cidadania**

É no percurso das mudanças da forma e do conteúdo das políticas sociais que se encontram pistas ao mapeamento da construção efetiva da cidadania. Isso ocorre porque a mudança e ampliação/diminuição das políticas públicas está diretamente associada à mudança e ampliação/diminuição do próprio conceito de cidadania.

Para Campos (2001, p. 13), a cidadania significa o [...] “conjunto e a conjugação de direitos civis, sociais e políticos assegurados aos membros de uma determinada sociedade.

Tais direitos adquirem efetividade através do exercício das liberdades individuais, da participação política e do acesso a bens de consumo e à proteção social pública”.

Isto quer dizer que à medida que a cidadania vai sendo expandida ou diminuída em decorrência do conjunto das lutas sociais, é possível encontrar uma estreita relação com a expansão ou diminuição das políticas públicas, uma vez que o reconhecimento de direitos de cidadania implica uma correlação direta com a organização, a sistematização e a implementação das políticas públicas pelo Estado (MACIEL, 2011).

Assim, a compreensão da complexa relação entre as políticas sociais e a cidadania é muito importante, pois [...] “embora o Estado não seja condição suficiente para a emergência e consolidação de um determinado padrão de cidadania, somente a esfera pública tem se revelado, historicamente, capaz de reduzir os impactos competitivos do mercado” (CAMPOS, 2001 p. 13), pois as lógicas que orientam o mercado e a cidadania são ao mesmo tempo distintas e conflitantes.

Isto quer dizer que aceitar as ideias que defendem que o cidadão pode e deve encontrar no mercado os meios para a sua reprodução social é, no mínimo, uma posição ingênua. A cidadania é um produto construído em um ambiente contraditório em que a organização social e a participação cidadã são fundamentais para o reconhecimento e a legitimação dos indivíduos enquanto cidadãos. É por isso que devem ser analisadas com muita reserva as adjetivações dadas constantemente para o cidadão, como, por exemplo, o de cidadão consumidor, uma vez que estas qualificações tendem a destituir o caráter político que está contido no cerne do conceito de cidadão e de cidadania (MACIEL, 2011).

É por isso que os direitos sociais são aqueles que “representam a via por meio da qual a sociedade penetra no Estado, procurando: conhecê-lo, controlá-lo e interferir na sua estrutura administrativa, nos seus processos de legitimação e regulação, nas suas prioridades e objetivos” (PEREIRA, 2002, p. 34).

Não obstante, o processo de conquista dos direitos cidadãos não é homogêneo e linear, o que faz com que o reconhecimento da cidadania nem sempre ocorra sob a perspectiva da universalidade. É assim que, na história dos direitos de cidadania no Brasil, [...] “muitos dos direitos sociais foram implantados através de um viés corporativista, visando atender as demandas dos segmentos mais organizados dos trabalhadores e com maior capacidade de pressão política, e, portanto, não se tornaram universais” (ARAÚJO, 1998, p. 22).

A força do corporativismo nas políticas sociais brasileiras deixou muitas cicatrizes, pois que tendeu a deslocar a questão da universalidade dos direitos sociais. Uma vez deslocada a questão da universalidade, as políticas sociais organizadas para operacionalizar direitos sociais puderam assumir configurações e formatações de menor alcance, com qualidade questionável e com uma fragmentação irresponsável (MACIEL, 2011).

É isso que fez com que Sposati (1995, p. 30) afirmasse a existência do componente “assistencial, como mecanismo presente nas políticas sociais”. O componente assistencial presente nas políticas sociais desloca o direito e reitera o usuário como assistido, beneficiário, ou favorecido. Isso quer dizer que o cidadão, neste formato de política social, não é reconhecido como tal, mas como um indivíduo que tende a receber um serviço público sem reconhecê-lo como direito, como público.

Desta forma, “[...] a existência formal de direitos não garante a existência de um espaço público” e de uma “sociabilidade política que a prática regida pela noção de direitos é capaz de criar[...]” (TELLES, 1999, p. 71). Ou seja, o reconhecimento formal do direito, a despeito de sua relevância e importância não é condição suficiente para a sua efetivação. Especialmente quando somos uma nação em que a presença do autoritarismo fincou raízes fortes na imagem individual e coletiva de um Brasil (CHAUÍ, 2001) que concorda e se submete as várias ações governamentais depreciativas dos direitos dos cidadãos.

Por isso, o caminho que vai do direito formal à efetivação deste pode ser entrecortado com atalhos que terminam por confiscar o direito social, seja porque os instrumentos construídos para dar operacionalidade ao direito (leis, decretos, burocracia institucional, procedimentos operativos, e outros) podem dificultar o acesso em vez de torná-lo executável, seja porque o campo institucional em que o direito é operacionalizado pode formar um processo de ressocialização em que a sociabilidade realizada pelo usuário acaba submetendo-o ao poder avassalador da instituição para que ele não perca o “direito” ao serviço oferecido.

Diante do desafio de conhecer as políticas públicas e sociais que atendem a classe trabalhadora, identificou-se a contribuição de diversos pesquisadores das ciências sociais e as ciências aplicadas, e, sobretudo, dos estudiosos do Serviço Social. Saraiva (2006) apresenta uma perspectiva da administração pública, destacando aspectos da dimensão social e política, sobretudo na tomada de decisão:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientando a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações

que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política (SARAIVA, 2006, p. 29).

Entretanto a perspectiva sobre as políticas sociais destacadas nesta pesquisa alinha-se à referida política como direitos sociais, a qual "[...] tem como uma de suas principais funções: a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei" (PEREIRA, 2008, p. 101).

Neste processo entende-se que uma sociedade de classes, pautada no sistema econômico vigente, confronta-se numa arena política de interesses divergentes, numa correlação de forças entre as elites abastadas que historicamente manipulam decisões políticas e econômicas, em detrimento das massas menos abastadas. Neste contexto, atuam as classes trabalhadoras, os movimentos sociais em busca da garantia dos direitos sociais, sendo "[...] a participação do Estado um regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerado fundamental" (PEREIRA, 2008, p. 101).

Behring (2000) menciona que a Política Social<sup>16</sup> e os direitos sociais foram uma conquista histórica na luta de classes, e sinaliza:

É uma estratégia política e econômica fato do qual decorre uma crise de legitimação política articulada à queda dos gastos na área social, já que o suporte dos benefícios e serviços sociais tornou-se decisivo para vida cotidiana de milhões de famílias e as políticas e os direitos sociais foram também uma conquista dos trabalhadores no terreno da luta de classes como se viu antes (BEHRING, 2000, p. 21).

Para Yazbek (2008), a Política Social expressa intervenção do Estado, mas evidencia relações de conflitos e contradições:

[...] modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos, respondendo a interesses diversos, ou seja, a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem. (YAZBEK, 2008, p. 82).

---

<sup>16</sup> Texto completo discorrendo sobre a trajetória dos Fundamentos de Política Social. Disponível em: <<http://www.servicosocialesaude.xpg.com.br/texto1-1.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

A autora reitera a dimensão da Política Social Pública como aquela que possibilita aos cidadãos:

[...] acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. É nesse sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para realização de direitos, necessidades e potencialidade dos cidadãos de um Estado (YAZBEK, 2008, p. 85).

Diante do exposto, é possível dimensionar a relevância da política social para incluir, sobretudo, os sujeitos excluídos da renda e da riqueza produzida no país. Indaga-se, então: Como as Políticas Sociais são materializadas no cotidiano da sociedade? Saraiva (2006) elucida o processo de formulação de uma Política Social Pública até que sejam implementados em planos, programas e projetos:

O primeiro momento é o da **agenda** ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridade, do poder público. 2) [...] **elaboração** consiste na identificação de delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades. 3) A **formulação**, que inclui a seleção e especificação da alternativa considerada conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro. 4) A **Implementação**, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. [...] 5) A **execução**, que é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É pôr em prática efetiva a política, é a sua realização. [...] 6) O **acompanhamento**, que é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos. 7) A **avaliação**, que consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas (SARAIVA, 2006, p. 34-35).

No âmbito da formulação dessas políticas, Raichelis (2000) afirma que deve ser prioridade “[...] a participação ativa da sociedade civil nos processos de formulação e controle social<sup>17</sup> e da execução [...]”.

---

<sup>17</sup> Segundo Raichelis, “Controle Social implica aos processos que informam decisões da sociedade política, viabilizando a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e arbitragens sobre os interesses em jogo, além da fiscalização daquelas decisões, segundo critérios pactuados” (2000, p. 9).



Uma questão que se impõe quanto à participação da sociedade civil no âmbito das políticas sociais públicas diz respeito ao exercício do controle social, nem todos os membros da sociedade tem conhecimento dos espaços de tomada de decisão coletiva como os Conselhos de Direito, no caso específico os Conselhos de Assistência Social, espaços onde se discutem e decidem as políticas sociais que serão adotadas nos planos, programas e projetos governamentais. Acrescentem-se como espaços públicos de debates dos interesses da coletividade da sociedade civil as conferências, fóruns, audiências públicas, associações, cooperativas populares, dentre outros.

A importância da participação da sociedade civil se faz neste contexto não apenas para ocupar espaços antes dominados por representantes de interesses econômicos, enclavados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas as questões emergências, a partir do espólio de recursos miseráveis destinados às áreas sociais (GOHN, 2004, p. 25).

Esta postura participativa contribui para o “desenvolvimento de uma nova Cultura Política Pública no país, construída a partir de critérios do campo dos direitos (sociais, econômicos, políticos e culturais), uma nova cultura ética com civilidade e respeito ao outro”. (GOHN, 2001). A autora ainda reitera que:

Essa nova cultura política se contrapõe à tradição autoritária que desconhece a existência de esferas públicas, assim como se contrapõe, também, às práticas clientelistas ou corporativas de grupos patrimonialistas, oligárquicos, ou modernos/privatistas. Trata-se de uma cultura política gerada por processos nos quais os diferentes interesses são reconhecidos, representados e negociados, via mediações sociopolíticas e culturais (GOHN, 2001).

Ressalta-se que a participação da sociedade civil nos espaços de decisão é uma das formas de reafirmar a cidadania, que ainda precisa, conforme Raichelis (2000, p. 14), “incorporar novas competências políticas, éticas e técnicas para desempenhar o papel de representação política no espaço público”.

### 3.3 INCLUSÃO PRODUTIVA COMO POLÍTICA DE PROMOÇÃO SOCIAL

Quanto ao "universo da inclusão produtiva", a pesquisadora Albuquerque realizou em 2009 uma investigação documental tendo como base a Constituição Federal (1988), a Lei

Orgânica de Assistência Social (1993), a Política Nacional de Assistência Social (2004), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005) e os Guias de Geração de Trabalho e Renda (2007, 2008, 2009). A referida autora ressalta a “[...] importância que a inclusão produtiva nos processos de superação das vulnerabilidades sociais, inclusive na perspectiva preventiva de vulnerabilizações” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 93).

Destaca ainda que as discussões acerca da “[...] inclusão produtiva é permeado por nomenclaturas, interesses, realidades, possibilidades bastante vastas” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 93). Neste sentido, apresenta um direcionamento da Conferência Nacional de Assistência Social tratando da definição de inclusão produtiva:

Implantar e implementar de forma articulada e integrada com outras áreas, projetos de inclusão produtiva e promover a inserção e reinserção de jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência em oportunidades de capacitação, geração de renda e inserção sócio profissional e acesso ao crédito (CNAS, 2005, p. 8).

Albuquerque (2009) analisou diversos documentos do MDS, dentre eles os Guias de Geração Trabalho e Renda, e afirma que houve uma “frustração” por não encontrar uma definição sobre inclusão produtiva, entretanto vale ressaltar as considerações que sinalizam as fragilidades na organização, planejamento, acompanhamento e processo avaliativo dos planos, programas e projetos que afetam diretamente a efetividade e materialização das políticas sociais, sobretudo daquelas/es que devem ser beneficiados/as, trabalhadores/as de baixa renda que são vulneráveis socialmente sem ocupações formais de trabalho. Conforme o referido autor:

A inclusão produtiva, ora específica, ora generalista, tende a ser apenas um jargão que, sem clara definição, ou com muitas significações, passa a ter pouco potencial organizativo e estruturador de ações que visem à sua consolidação. Essa difusa compreensão auxilia a obscurecer sua principal fragilidade, que repousa naquilo que ela não é capaz de alcançar. Ou seja, se o problema central - implícito no entendimento generalista sobre a inclusão produtiva - reside na política de trabalho, diretamente relacionada à política econômica, esta indefinição contribui para o escamoteamento ou a não observância das questões de fundo. Atenta-se para o verbo utilizado ‘contribuir’, diferente de ‘condicionar’, ‘determinar’ ou ‘objetivar’, uma vez que não se pretende inferir que seja uma intenção racionalizada, mas sim um sintoma palpável, uma verdade possível, uma variável existente, uma influência admissível. A partir desse entendimento, percebem-se alguns porquês da relação com a assistência social ser tão estreita e tão dúbia. Se a política econômica é um dos principais condicionantes das vulnerabilidades e riscos sociais e, portanto, das qualidades que identificam os usuários da assistência social, também o é dos problemas vivenciados por aqueles que veem na inclusão produtiva uma alternativa para, minimamente, amparar suas dificuldades mais imediatas (*Idem*, 2009, p. 112).

Ao investigar a legislação vigente, identificou-se como mecanismo jurídico de promoção da inclusão produtiva a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)<sup>18</sup> nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que regulamenta os artigos 203 e 204<sup>19</sup> da Constituição Federal de 1988. Conforme a SEÇÃO V: Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza. Art. 25.

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. Art. 26. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

Em outros termos, inclusão produtiva diz respeito também ao acesso ao mercado por parte de microempresários individuais e microempresas identificadas pelo Estado, para o segmento da população pobre em situação de risco e vulnerabilidade, para esta ser apoiada com ações que fomentem o empreendedorismo e formas cooperativas para inovar de forma sustentável. Assim, por meio de uma busca ativa, o Estado assiste a essa população e lhe oferece oportunidade de se emancipar, propiciando sua inserção em uma atividade produtiva (CASTRO *et al.*, 2010).

Os projetos e programas vinculados a esses planos supõem ainda formas de financiamento que propiciem a transição dos grupos em situações de vulnerabilidade e risco

---

<sup>18</sup>Lei Orgânica de Assistência Social, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm)>. Acesso em: 11 mai. 2013.

<sup>19</sup> Seção IV. DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Art. 203.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. **Art. 204.** As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003). I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003). II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003). III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003). Acesso em 24 de junho de 2013. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>.

para outra que possa garantir condições mínimas de sobrevivência (CASTRO *et al.*, 2010). Ainda que seja uma ação econômica, a inclusão produtiva faz parte do sistema de proteção e das políticas sociais que se tornaram objeto das políticas do governo federal no combate à desigualdade social e territorial, garantidas desde a Constituição Federal de 1988.

Para se promover a inclusão produtiva, Castro *et al.* (2010) alertam sobre a importância de se pôr em prática políticas intersetoriais, fruto da articulação de várias políticas setoriais de desenvolvimento regional ou local. Para esse fim, é preciso pensar em cada local, uma maneira de organizar as ações que possam promover a inclusão produtiva das famílias mais vulneráveis no mercado e de forma ajustada ao contexto vivido em cada local. Torna-se fundamental, para isso, verificar a natureza da inserção que se pode praticar em cada situação (seja rural ou urbana).

No bojo desta discussão emergem mecanismos legais como forma de promover ou incentivar a adoção de tais políticas. Sabe-se que o pequeno negócio, ou seja, a atividade desenvolvida por meio da micro ou pequena empresa, apresenta-se como uma via importante para se praticar a inclusão produtiva. Grande parte dos critérios e componentes das ações a serem organizadas para esse fim já vêm sendo garantidas pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas de 2006.

O pequeno negócio é entendido como empreendimento de pequeno porte, gerador de lucro ou renda. No Brasil, foi criado o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 1972, com a finalidade de promover o empreendedorismo e apoiar a criação e o fortalecimento do pequeno negócio. O SEBRAE atua com três categorias de pequenos negócios: microempreendedor individual, microempresa e pequena empresa, para os quais só muito recentemente foram estabelecidos ambientes institucionais diferenciados daqueles voltados à grande empresa.

O movimento pela valorização do pequeno negócio ganhou força no Brasil a partir dos anos de 1980. Tanto a micro como a pequena empresa foram contempladas na Constituição de 1988 com dois artigos – 170 e 179 – por meio dos quais se instituiu um tratamento jurídico diferenciado ao pequeno negócio. Os artigos apresentavam a necessidade de as várias instâncias federativas criarem mecanismos para incentivar o segmento produtivo desse porte, seja pela simplificação, eliminação ou redução de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

Por esta razão, em 1996 foi criada a Lei do Simples Federal – Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que recomendava um sistema simplificado de recolhimento de tributos e contribuições federais. Mediante convênio por adesão, essa Lei federal poderia abranger os tributos devidos aos estados e aos municípios. Ocorre que nem todos os estados e municípios optaram por essa adesão, resultando em tratamentos tributários diferentes em todo o Brasil. Mesmo aqueles municípios que aderiram à Lei, de modo geral, não adotaram benefícios para as MPes.

Em 2003 o SEBRAE apoiou o Movimento Nacional das Micro e Pequenas Empresas (MONAMPE), contando com a parceria da Associação Brasileira dos SEBRAE/Estaduais (ABASE), que propunha, entre outros benefícios, a criação de uma lei complementar que viesse a regulamentar o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para os pequenos negócios. Esta ficou conhecida como Lei Geral da Pequena Empresa.

Os debates se davam em torno principalmente da padronização nacional de conceitos de pequena empresa (federal, estadual e municipal), mediante sistemas diferenciados de tributação, desburocratização, formalização das ocupações do setor formal, aumento do crédito, acesso à justiça, assim como o acesso a novas tecnologias e novos mercados.

Em 2005 esse movimento tomou a forma de “Frente Empresarial pela Lei Geral”, na qual se somaram várias confederações nacionais (indústria, comércio agricultura, transportes), como também dos dirigentes lojistas, das associações comerciais e empresariais do Brasil, dos jovens empresários, da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. Essa frente culminou com a entrega da proposta da Lei Geral para os presidentes da República, do Senado e da Câmara. A Lei Geral foi aprovada em 2006.

Em 2007 foi estabelecida a Lei nº 11.598/2007, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), com normas gerais para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas (SCHWINGEL; RIZZA, 2013). No ano seguinte foi aprovada a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que modificou a Lei de MPE de 2006, criando condições especiais para que o chamado “trabalhador informal” pudesse se tornar um MEI formalizado, incentivando-o para esse enquadramento.

O microempreendedor individual passou a ser entendido como a pessoa que trabalha por conta própria e que se formalizou. O enquadramento na categoria de MEI passou incluir

aqueles microempreendedores que faturam no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não tenham participação em outra empresa como sócio titular. Mas ele também pode ser um empregado contratado que receba apenas o salário mínimo ou o piso da categoria.

O MEI é registrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. Ele também pode ser enquadrado no Simples Nacional e fica isento de tributos federais, mas paga um valor fixo mensal pela atuação no comércio (R\$ 37,20) ou na prestação de serviços (R\$ 41,20), destinado à Previdência Social e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ou Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quantias atualizadas anualmente. Desse modo, o MEI pode ter acesso a benefícios como salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, entre outros.

Para Albuquerque (2009), as políticas de inclusão produtiva devem ser articuladas com outras secretariais, objetivando garantir acesso a bens e serviços que garantam ao trabalhador/a trabalho e renda digna, articulados com outras necessidades básicas como: saúde, educação, habitação, segurança, cultura, lazer, dentre outros serviços públicos. Do mesmo modo que tais políticas de inclusão funcionam como diretrizes que devem orientar a elaboração de programas e projetos para serem realizados na esfera municipal, desta forma expressa-se a importância dos cidadãos tomarem conhecimento dos planos governamentais que expressam essas políticas para que seja possível avaliar se estão em consonância com os programas e projetos implementados nos municípios, a fim de obter melhorias e a afirmação de tais estratégias.

### **3.3.1 Plano Brasil Maior e Plano Brasil Sem Miséria: Políticas de Inclusão Produtiva**

Em 2011, no primeiro ano do governo Dilma Rousseff, foram elaborados dois importantes planos para a política de desenvolvimento com ênfase nas micro e pequenas empresas: Brasil Maior e Brasil Sem Miséria. O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, por meio do Decreto nº 7.492, em 2 de junho de 2011 (BRASIL, 2011). Revela ações de inclusão produtiva como alternativa à miséria e à desconcentração de renda e apresenta um conjunto de medidas amparadas pelos programas de transferência de renda, inclusão produtiva, saúde, habitação e educação, entre outros que objetivam conduzir o brasileiro em situação de risco à dignidade e à cidadania.

O Plano Brasil Maior, sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, visa ao desenvolvimento nacional baseado na articulação de um conjunto de programas de governo na mobilização social, na equidade e na criação de um ambiente empresarial propício aos investimentos e à inovação, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho.

Há um conjunto de medidas diretamente relacionadas às MPEs e ao desenvolvimento regional, acompanhadas por nove coordenações sistêmicas: (1) Incentivo ao Investimento; (2) Formação e Qualificação Profissional; (3) Comércio Exterior, (4) Incentivo à Inovação, (5) Produção Sustentável, (6) Competitividade de Pequenos Negócios, (7) Bem-Estar do Consumidor, (8) Condições e Relações de Trabalho e (9) Ações Especiais em Desenvolvimento Regional.

As políticas nacionais elegem como territórios prioritários aqueles com maior competitividade e, no extremo oposto, aqueles com maiores desigualdades e histórico de aplicação de políticas, como os territórios da cidadania e os territórios de faixa de fronteira, onde a pobreza ainda é forte barreira ao desenvolvimento.

Para alinhar os atores o governo investiu em grupos interministeriais e, no tocante à micro e pequenas empresas, destacou os Ministérios de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Desenvolvimento Social (MDS), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Integração Nacional (MI).

### **3.3.2 Programa Vida Melhor: Uma Iniciativa do Estado da Bahia**

Na Bahia, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), identificou-se como política de inclusão produtiva o Programa Estadual Vida Melhor (2011), uma ação do governo estadual que tem como beneficiários urbanos:

[...] pessoas prioritariamente inscritas no CadÚnico, na faixa etária de 18 a 60 anos, com renda familiar por pessoa de até meio salário mínimo. O público prioritário é composto por trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores autônomos sem Previdência, desempregados, trabalhadores de empreendimentos populares, povos e comunidades tradicionais (SEDES, 2013).

O programa tem como objetivo:

[...] complementar a estratégia de proteção social a partir do apoio à ampliação da produção e da renda das famílias. Os empreendedores da

economia informal demandam apoio para ampliar os seus pequenos negócios, responsável pela renda familiar, fortalecendo, desta forma, as economias dos bairros populares (SEDES, 2013).

Vale ressaltar que o referido Programa desenvolve os seguintes serviços aos trabalhadores e trabalhadoras beneficiados: assistência técnica continuada; transferência de equipamentos e insumos produtivos; microcrédito assistido; apoio à comercialização dos produtos e serviços; qualificação técnica para o desenvolvimento das atividades; articulação com outras políticas de proteção, promoção social e outras políticas públicas.

Segundo apresentação do site da SEDES, o programa é desenvolvido pelas Unidades de Inclusão Socioprodutiva (UNIS):

As Unidades de Inclusão Socioprodutiva (Unis) do Vida Melhor-Urbano são o primeiro serviço público de assistência técnica urbana para os empreendimentos informais no Brasil. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes) implantará 30 unidades no estado. Elas fazem estudos de viabilidade econômica dos pequenos empreendedores individuais e familiares, além de encaminhá-los para acesso ao microcrédito e assistência técnica. Os beneficiários também podem ser contemplados com equipamentos padronizados (kits), fardamento e disponibilidade de insumos. O programa do governo baiano contará com a parceria do Sebrae, prefeituras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Desenharia e cooperativas que operam com microcrédito (SEDES, 2013).

Segundo Kraychete (2012), a atual proposta de Inclusão Socioprodutiva do Programa Vida Melhor do Estado da Bahia<sup>20</sup> possui um caráter inovador, pois as ações são direcionadas para a economia popular urbana. Considerando que as empresas que atendem ao grande capital, antes mesmo de se instalarem numa região, negociam todo tipo de benefício, isenções fiscais e cooperação técnica; diferentemente dos empreendimentos populares, aos quais falta todo apoio, como assistência técnica, tecnologias de gestão, microcrédito, apoio à comercialização, dentre outras ações potencializadoras.

### **3.3.3 Salvador: Ações e projetos de inclusão produtiva**

O comércio informal de Salvador encontra legitimidade no Decreto nº 12.016, de 08 de junho de 1998, que “Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouro público do Município do Salvador e dá outras

---

<sup>20</sup> O referido autor trata do Programa Vida Melhor, maiores informações no site <<http://www.vidamelhor.ba.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2013.



providências”<sup>21</sup>. A licença e o cumprimento das exigências estabelecidas pelo Decreto podem ser obtidos na SEMOP (Secretaria da Ordem Pública)<sup>22</sup>, onde o solicitante deve preencher um requerimento com os seus dados, o que pretende comercializar e indicar o local onde planeja estabelecer seu ponto de venda. Segundo a Prefeitura, em Salvador há 12 mil ambulantes cadastrados e 36 mil ainda não estão licenciados<sup>23</sup>.

As ações vigentes para os camelôs da cidade estão sendo geridas pelo governo municipal através da SEMOP<sup>24</sup>. Atualmente está implementando o Plano de Requalificação e Reordenamento de Ambulantes de Salvador, do projeto denominado “Ordem na Casa”<sup>25</sup>, cuja finalidade é organizar o comércio informal de alguns locais pontuais da cidade. As ações do plano de requalificação e reordenamento de ambulantes de Salvador têm como prioridade pontos considerados críticos da cidade. Foram iniciados no bairro da Avenida Sete de Setembro e seguem em outras áreas da cidade, pensadas e discutidas com as associações de comerciantes de cada localidade. “Com vistas a garantir o equilíbrio entre a atuação dos trabalhadores e a ocupação do espaço público, assim como a mobilidade e o bem-estar da população”, conforme a Assessoria Geral de Comunicação (AGECOM). Esse ordenamento já é realidade em regiões como Rodoviária/Iguatemi, Sete Portas e Feira do Japão (Liberdade). E está em desenvolvimento em áreas como:

**Feira de Castelo Branco**<sup>26</sup> – o novo espaço para funcionamento da Feira de Castelo Branco passa para uma rua transversal, próxima ao largo onde funcionava a antiga feira, na Rua D, s/n, 1ª Etapa, e contará com 55 barracas, correspondendo ao mesmo número de comerciantes licenciados que já atuavam na região com a venda de produtos como frutas, legumes, plantas, roupas e acessórios. A área segue o mesmo padrão adotado nas transversais da Avenida Sete de Setembro e conta com cobertura e nova iluminação.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1998/1202/12016/decreto-n-12016-1998-dispoe-sobre-a-localizacao-e-funcionamento-do-comercio-ambulante-e-de-prestacao-de-servicos-em-logradouros-publicos-do-municipio-do-salvador-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10 out. 2014.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://www.ambulante.salvador.ba.gov.br/AgendamentoWebSemop/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/03/prefeitura-entrega-primeira-etapa-de-reordenamento-dos-ambulantes.html>>. Acesso em: 15 de out. 2014.

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 15 de out, 2014.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1484864-operacao-vai-retirar-os-ambulantes-das-passarelas>>. Acesso em: 15 de out. 2014.

<sup>26</sup> Disponível em: <[http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=44746%3Acomecam-obras-para-mercado-municipal-de-cajazeiras&catid=57&Itemid=178](http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44746%3Acomecam-obras-para-mercado-municipal-de-cajazeiras&catid=57&Itemid=178)>. Acesso em: 15 out. 2014.

**Cajazeiras** – O Mercado Municipal encontra-se em construção, terá uma área de aproximadamente 4 mil m<sup>2</sup> e ficará próximo ao Campo da Pronaica. Desenvolvido pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte (Semut), e sob a coordenação da SEMOP, o projeto contempla 133 boxes com 10m<sup>2</sup> e 13 miniboxes de 4m<sup>2</sup>, dispostos em dois pavimentos. Haverá, também, estacionamento para veículos (70 vagas).

**Avenida Sete**– O projeto de requalificação e ordenamento de ambulantes na Avenida Sete de Setembro estabelece 915 vagas para camelôs em 12 áreas transversais e vai beneficiar cerca de 730 trabalhadores cadastrados na Prefeitura. As outras áreas que ainda passarão por requalificação são as ruas Onze de Junho, Coqueiros da Piedade, Portão da Piedade e Nova de São Bento, além do Largo do Rosário.

Além disso, os ambulantes do local terão capacitação para empreendedorismo, que é uma ação que integra o projeto Avenida Sete Território Empreendedor, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) em parceria com o Sebrae, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL). As palestras serão realizadas na rua, próximas ao local de trabalho dos ambulantes.

De acordo com a titular da SEMOP, a capacitação, que ficará a cargo do SEBRAE, tem foco na educação e conscientização dos ambulantes sobre a importância do ordenamento e dos seus direitos e deveres como empreendedores individuais. De forma mais ampla, o projeto Avenida Sete Território Empreendedor tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e articular a sociedade civil organizada, governo, entidades empresariais e educacionais visando o fortalecimento de ações conjuntas para promover a requalificação urbana e o desenvolvimento socioeconômico da região.

O projeto tem seis eixos de atuação: empreendedorismo, economia criativa e turismo, acesso a serviços financeiros, infraestrutura, cultura da paz e ordem. Como um dos principais parceiros do projeto, o Sebrae está colaborando no incentivo ao empreendedorismo, com ações voltadas ao layout das barracas dos ambulantes; criação de catálogo de turismo; formalização de ambulantes; consultoria para apoio à constituição de condomínios nas 13 áreas do comércio informal; e em cursos voltados para gestão e divulgação de negócios.

O projeto conta ainda com a parceria estratégica de instituições como a Fundação Mário Leal Ferreira, Fundação Gregório de Mattos, Conder, Coelba e as secretarias municipais de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempes), de Desenvolvimento, Cultura

e Turismo (Sedes), de Urbanismo e Transporte (Semut), da Reparação e Cidade Sustentável. E ainda da Secretaria Estadual de Segurança Pública, Unifacs, Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, Universidade da Paz, Parque Social, Associação dos Moradores do Largo Dois de Julho e das associações que reúnem os ambulantes de Salvador.

Nota-se que a maioria das ações a serem exercidas na capital baiana não saiu do projeto, ou seja, as ações previstas estão sendo implementadas, mas não foram executadas até o momento, incluindo as ações para Cajazeiras, foco desta pesquisa. Nesta perspectiva, essa pesquisa demonstra a sua importância, visto que pode contribuir significativamente para as atividades dos trabalhadores da rótula, uma vez que propicia conhecimento para os sujeitos, o que pode resultar numa melhor qualidade de vida e trabalho, inclusive no que se refere às políticas de inclusão e inserção destes em programas e projetos, já supramencionados, além de dimensionar a atuação cidadã desses em buscar apoio e bases políticas para a comunidade e, além disso, por contribuir com os dados levantados através da amostra.

## 4 AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DE RUA DE CAJAZEIRAS

### 4.1 IMPLANTAÇÃO DO PLANO URBANÍSTICO INTEGRADO CAJAZEIRAS

Salvador, escolhida para ser a primeira capital do Brasil, Sede da Colônia Portuguesa entre 1549-1793, em seu processo histórico de formação social sempre apresentou grande contingente populacional (MATTOSO, 2004), verdadeiros conglomerados humanos de diferentes nações, sejam nativos (índios), os colonizadores portugueses, estrangeiros europeus, escravizados oriundos do continente africano de diversas etnias. Posteriormente a população foi ampliada pelos descendentes de africanos e os mestiços que povoavam a cidade da Bahia, dividida entre Cidade Alta e Cidade Baixa (NUNES, 2013)<sup>27</sup>.

O comércio da cidade no contexto colonial sempre chamou atenção, os comerciantes baianos negociavam produtos e serviços para abastecimentos da cidade da Bahia e das cidades do Recôncavo, como abordado no artigo de Mascarenhas (2011): "Salvador e seu Recôncavo: O Empório do Universo", no qual a autora apresenta o cenário comercial dessa praça:

A cidade de Salvador, seu porto, sua baía moviam-se pela grande dimensão das transações de mercadorias. Esta realidade chamou a atenção do inglês Thomas Lindley a ponto de considerar a possibilidade de tornar-se "o empório do universo". Mostrar Salvador como um eixo de convergência e redistribuição de mercadorias e gerador de grandes fortunas e acumulação de riquezas na segunda metade do século XVIII e início do XIX, são os propósitos deste trabalho. A atividade mercantil constituiu, como disse Vilhena, um dos pilares da economia colonial, gerando riqueza tanto para a metrópole, como para a colônia. Os dados compulsados nos autos de inventários revelam que o comércio era tão importante quanto o açúcar na geração e acumulação de riqueza na segunda metade do século XVIII e início do XIX (MASCARENHAS, 2011, p. 1).

O cenário comercial apresentado pela mencionada autora destaca que parte significativa dos moradores da cidade trabalhava no comércio visando dar conta das demandas interna e externa, variando serviços e produtos, negociados nas ruas, nos mercados, nas lojas, em diversas localidades da cidade alta e da cidade baixa. Conforme Mascarenhas:

---

<sup>27</sup> Maiores dados sobre a História da Bahia ver: NUNES, Antonietta d'Aguiar. Conhecendo a História da Bahia da Pré-História a 1815.

Uma ampla parcela dos moradores da cidade do Salvador, no período estudado, ocupava-se com o comércio, e de acordo com os setores em que estavam envolvidos, podem ser considerados três níveis distintos desse comércio: o externo, o interno e o local, associados às carregações marítimas e terrestres e ainda, aos estabelecimentos fixos na área urbana, as lojas abertas, armazéns e trapiches (MASCARENHAS, 2011, p. 4).

A referida praça comercial tem uma dinâmica complexa nas relações comerciais. Mascarenhas apresenta documentos e estudos realizados por Lindley (1969) e, ainda nesses dados apresentados, destaca os produtos, as relações comerciais com outros países, com a própria Lisboa e países da África.

[...] o comércio era efetuado diretamente com Lisboa e Porto, “no qual uns 20 navios de grande porte são empregados, realizando eles suas viagens com bastante rapidez”. Importava-se: “vinhos, farinha, bacalhau, manteiga, queijo holandês e outras mercadorias”. Exportava-se: “algodão, açúcar, aguardente, café, fumo, pau-santo, mogno, pau-cetim, várias resinas, bálsamo e raízes medicinais, o que deixa considerável margem de lucro em favor de Lisboa” (LINDLEY, 1969:170). Apurou-se nos inventários cerca de vinte e cinco indivíduos envolvidos com a atividade mercantil externa, comerciando com Lisboa e Porto; com a África, especialmente, Angola, Costa da Mina e bem menos com Moçambique; e alguns com Goa na Índia. Entre esses pode-se identificar as maiores fortunas entre 1760 e 1808, como as de Custódio Ferreira Dias, proprietário de armazéns e trapiches junto ao mar; Maria Joaquina de Barros, proprietária de grandes embarcações que navegavam para Portugal e África e traficava escravos; Manoel Pereira de Andrade e Antônio Dias de Castro Mascarenhas, ambos proprietários de armazéns e trapiches onde se carregava e descarregava embarcações, recebia e despachava caixas de mercadorias (MASCARENHAS, 2011, p. 5).

Conforme apresentado, fica evidente a importância comercial da cidade de Salvador, sendo a capital do Brasil, cidade portuária, considerando as relações sociais, políticas e econômicas desse período que marca o apogeu econômico, crescimento da concentração de riquezas entre os abastados em detrimento dos que vivem na pobreza.

De acordo com Carvalho e Pereira (2008), antes do processo de modernização e expansão da cidade ser desencadeado o cenário apresentado era o de uma região urbana pobre e incipiente, que não obteve avanços no decorrer de vários anos, tendo esta realidade convertida abruptamente graças a este processo de expansão, o que, segundo os autores, é datado entre as décadas de 1960 e 1970, com a realização de grandes obras que resultaram em uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia.

Nessa fase, comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas, através da Lei da Reforma Urbana, em 1968. A abertura das avenidas de vale extirpou do tecido urbano mais valorizado um

conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 83).

Este marco foi o início da expansão que foi ocorrendo de forma gradativa. Salvador continuou crescendo desordenadamente, segregação social e racial marcam a divisão entre os bairros, acesso ao emprego, renda e serviços públicos básicos de qualidade como moradia digna, saúde, educação, segurança e lazer. O conhecido Centro Comercial dos séculos XIX e início do século XX nos bairros do Comércio, Baixa dos Sapateiros, Rua Chile, Centro Histórico, dentre outras localidades adjacentes, passou a se expandir geograficamente (CARVALHO; PEREIRA, 2008)<sup>28</sup>. Na segunda metade do século XX inaugura-se um novo centro financeiro na conhecida região do Iguatemi, sendo o shopping do mesmo nome inaugurado em 1975<sup>29</sup> e o Centro Empresarial Iguatemi inaugurado na década seguinte. Outros bairros foram se formando ao longo da cidade para abrigar o aumento populacional.

A criação do Complexo Habitacional de Cajazeiras insere-se nesse contexto histórico de expansão da cidade. Inicialmente planejado para abrigar segmentos da classe média baixa, entretanto foi ocupado desordenadamente pela população menos abastada, sobretudo negra e parda (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Segundo o IBGE, Salvador é a terceira maior capital do Brasil, apresenta população, estimada em 2013, de 2.883.682 (dois milhões oitocentos e oitenta e três mil e seiscentos e oitenta e dois habitantes)<sup>30</sup>. Conforme apresentado na obra intitulada "O Caminho das Águas Hidrográficas, Bairros e Fontes", dos pesquisadores Santos, Pinho, Moraes e Fischer (2010), "foram delimitados em Salvador 160 bairros"<sup>31</sup>. Para os referidos pesquisadores, bairro refere-se a:

Fruto de uma construção coletiva, reporta-nos a um conjunto de relações socioambientais com as seguintes características: unidade territorial, com densidade histórica e relativa autonomia no contexto urbano-ambiental, que incorpora as noções de identidade e pertencimento dos moradores que o constituem; que utilizam os mesmos equipamentos e serviços comunitários; que mantêm relações de vizinhança e que se reconhecem seus limites pelo mesmo nome (2010, p. 15).

<sup>28</sup> Maiores dados sobre Salvador e região metropolitana disponíveis em "AS 'CIDADES' DE SALVADOR". Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1724/1/Como%20anda%20Salvador\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1724/1/Como%20anda%20Salvador_RI.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://iguatemisalvador.com.br/historia/>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292740&search=bahiasalvador>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

<sup>31</sup> Disponível em: <[http://www.meioambiente.ba.gov.br/publicacoes/livros/caminho\\_das\\_aguas.pdf](http://www.meioambiente.ba.gov.br/publicacoes/livros/caminho_das_aguas.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2014.

O Plano Urbanístico Integrado Cajazeiras<sup>32</sup> foi executado em 1977 na gestão do então Governador do Estado da Bahia, Roberto Santos (1975-1979), apesar de as obras terem iniciado no governo de Antônio Carlos Magalhães (1967-1970). Segundo informações publicadas no *Jornal A Tarde* de 06/10/1983<sup>33</sup> o projeto urbanístico previa a ocupação de uma área de 16 milhões de metros quadrados, correspondente às antigas quatro fazendas desapropriadas no governo Roberto Santos. Quanto às origens do Complexo Habitacional de Cajazeiras, Tourinho e Antonino (2014)<sup>34</sup> apresentam que:

O governo do Estado iniciou em 1975 o processo de desapropriação das terras de quatro grandes fazendas: a Fazenda Jaguaripe de Cima, também conhecida como Fazenda Grande, a Fazenda Cajazeiras, a Fazenda Boa União e a Chácara Nogueira, num total de 16 milhões de m<sup>2</sup>, absorvendo áreas na BR-324, na altura do Supermercado Makro, até o Km 5,5 da Estrada Velha do Aeroporto, cujos limites abrangiam os bairros de Castelo Branco e Nova Brasília e atravessando o Golfe Clube. A escolha da área se deu devido à sua localização, objetivando a integração dos diversos núcleos habitacionais instalados nas proximidades e sendo mais uma alternativa para o surgimento de um centro regional de comércio e serviços, proposto na margem da BR-324, em Águas Claras. O bairro teve ocupação e expansão significativa a partir da década de 1990 e, hoje, caracteriza-se por reunir populações de diferentes origens, oriundas do interior do estado e também de outros bairros populares, e por um comércio local em constante expansão, que procura atender às necessidades da sua população, já que o bairro encontra-se bastante isolado do centro da cidade (22/04/2014).

Observa-se que Cajazeiras retrata o cenário urbano das grandes metrópoles brasileiras, no sentido de parecer uma cidade dentro da cidade de Salvador, e, apesar de ficar distante do centro antigo/histórico, a aproximadamente 20 quilômetros, chama atenção sua dinâmica social, política, econômica e cultural peculiar.

---

<sup>32</sup> Cajazeiras. "O bairro de Cajazeiras começou a surgir em 1977 numa área de quatro antigas fazendas, quando o então governador Roberto Santos desapropriou as terras pertencentes às fazendas que, desde o século XIX, cultivavam laranja, café, mandioca e cana-de-açúcar. Havia muita área verde oriunda da Mata Atlântica que ainda circunda a região, situada entre a Estrada Velha do Aeroporto e a BR-324. Cajazeiras é um bairro marcado pela existência de vários conjuntos habitacionais, sendo um dos maiores dessa natureza na América Latina. Bairro de grande atividade comercial de Salvador, possui uma vida própria de rica cultura e de carências. Sua pedra fundamental foi colocada pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, porém as obras só foram iniciadas no governo João Durval. Em Cajazeiras vivem cerca de 600 mil pessoas, caracterizando-se como um dos maiores aglomerados urbanos do Brasil. Os setores que compõem o bairro são: Cajazeiras 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, Fazenda Grande 1, 2, 3 e 4, Águas Claras, Boca da Mata e Palestina". Disponível em: <[http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod\\_area=4&cod\\_polo=29](http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=4&cod_polo=29)>. Acesso em: 20 jun. 2014. Quanto ao número de habitantes, dados do Censo de 2010 apresentam que as Cajazeiras e as Fazendas Grande I,II,III e IV totalizam 102 mil habitantes, número questionado pelos moradores da região.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/projetocajazeirasvaiter22.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br/bairro-cajazeiras>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

O comércio formal e a economia dos segmentos populares (trabalhadores informais) crescem significativamente na região, contudo, como a expansão econômica nem sempre vem acompanhada de desenvolvimento social, acumula, por conseguinte, todas as mazelas das grandes cidades, que se refletem, por exemplo, na inacessibilidade de significativa parcela da população aos serviços básicos (de qualidade) como saúde, educação, segurança, trabalho, cultura, esporte e lazer. Nesse contexto social de desigualdade, atuam em Cajazeiras mais de cem processos organizativos da sociedade civil<sup>35</sup>, buscando melhores condições de vida e de trabalho para os moradores e trabalhadores locais.

#### 4.1.1 Centro do Bairro de Cajazeiras

Entre os meses de abril a junho de 2014 realizou-se uma observação sistemática do potencial econômico de Cajazeiras, comércio dito "formal e informal"<sup>36</sup>, sendo a análise realizada no local de maior concentração comercial, presença significativa de empresas internacionais e do comércio popular de rua entre a Fazenda Grande II, Cajazeiras 8 e 10, sendo que a Rótula<sup>37</sup> da Feirinha, também conhecida como Rótula da Cajazeiras X, constitui-se como Centro desta região. Segundo Santos *et al.* (2010. p. 14), o centro de bairro é "compreendido como uma área para a qual convergem e se articulam os principais fluxos do bairro ou da região, dotado de variedade de serviços, infraestrutura e acessibilidade".

Sobre o desenvolvimento econômico de Cajazeiras, foi realizada uma entrevista com o presidente da Associação de Micro Empresários de Cajazeiras (AMICRO), que morou 16 anos no bairro e há dez anos possui negócios na localidade. Ele afirmou que as empresas de maior potencial econômico passaram a se instalar gradativamente, sobretudo a partir da década de noventa, devido ao grande contingente populacional da localidade, e desde então Cajazeiras não parou de crescer.

---

<sup>35</sup> Segundo o Sr. Evanir Borges, presidente da União das Associações Comunitárias e Entidades Representativas de Cajazeiras e Adjacências, estão cadastradas na União mais de cinquenta associações.

<sup>36</sup> Em 18 de julho de 2014, quinta-feira, das 15h às 19h, a autora desta pesquisa realizou uma contagem dos trabalhadores informais de Cajazeiras que ocupam as ruas da Rótula de Cajazeiras X e as imediações da Agência Bancária Bradesco (Rua Estrada do Coqueiro Grande, Fazenda Grande II) e a 13ª Delegacia de Polícia Civil (Av. Engenheiro Raymundo Carlos Nery, Cajazeiras X). Foram identificados neste dia 116 trabalhadores e trabalhadoras, sendo dezesseis trabalhadoras e cem trabalhadores; identificaram-se também onze crianças e adolescentes trabalhando nas bancas/barracas comercializando produtos e serviços variados ao longo das vias, confirmando a permanência do trabalho infantil.

<sup>37</sup> Rotatória que liga Cajazeiras VIII a Cajazeiras X, Fazenda Grande I, II, III e IV, Boca da Mata e Cajazeiras XI.



Corroborando a análise do presidente da AMICRO, os pesquisadores Carvalho e Pereira (2008) destacam que nos anos 90 "Alguns trechos de Cajazeiras (onde passam as principais vias de acesso ao Miolo da cidade) se concentram os antigos conjuntos habitacionais e houve uma certa expansão do comércio e dos serviços". Os autores ainda analisam que:

Em outras áreas populares, porém, a exemplo de Plataforma, Mata Escura, Pau da Lima ou certos segmentos de Cajazeiras, ampliou-se o número de prestadores de serviços não especializados, trabalhadores domésticos, ambulantes, biscateiros e desempregados (CARVALHO; PEREIRA, 2008. p. 20).

Quanto ao comércio de lojas e empresas, nesta região estão instaladas quatro grandes agências bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú; supermercados: Rede Mix, Atacadão (pertencente à maior rede de supermercados do mundo, a francesa Carrefour); açougues; diversos mercadinhos locais; lojas de eletrodomésticos: Insinuante, Casas Bahia, Ricardo Eletro, Eletrolar, Magazine Luiza; lojas de departamento, como Americanas; perfumarias/cosméticos: Boticário, Água de Cheiro; Hospital Jaar Andrade (rede privada), clínicas da rede pública e privada; corretores de imóveis, escritórios de contabilidade; escolas de inglês: Fisk e CCAA; duas instituições de ensino superior de redes privadas: Faculdade Vasco da Gama, do Grupo Paulista UNIESP, e UNOPAR, do Norte do Paraná (ensino a distância); cursos de informática, manutenção de micros, recepcionista, telefonista. Sem contar as dezenas de empresas de pequenos empresários locais que negociam móveis, roupas, calçados, cama mesa e banho, cosméticos, padarias, armarinhos, além de empresas de serviços, como corretores de imóveis, seguros de saúde e de autos, dentre outras.

Observou-se que os produtos de maior comercialização entre os camelôs, são frutas, legumes, lanches (salgados e doces), baianas de acarajé<sup>38</sup>, churrasquinho, roupas, calçados, CDs e DVDs, bolsas, sacolas, malas de viagem, óculos, chapéus, bonés, produtos eletrônicos, cartões de recarga para celulares, água de coco, cosméticos, brincos, pulseiras, relógios. Já os serviços de maior incidência são amoladores de tesouras, alicates de unha e facas, chaveiros e relojoeiros. Destaque para os mototaxistas, que se espalham pelas ruas da Rótula de Cajazeiras (durante a observação foram visualizadas vinte e três motos), um serviço novo no

---

<sup>38</sup> Nas imediações da Rotatória da Cajazeiras X são 6 baianas de acarajé que trabalham todas as noites.

bairro, de aproximadamente cinco anos, uma atividade comercial cuja formalização tem sido discutida na Câmara Municipal de Salvador<sup>39</sup>.

#### 4.2 CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES DE RUA DE CAJAZEIRAS

Em cumprimento ao objetivo geral desta pesquisa, que visa apreender as condições de vida e labor dos trabalhadores de rua de Cajazeiras, coletaram-se dados primários e secundários para traçar o perfil socioeconômico dos mesmos. Constatou-se que existem 12 mil ambulantes cadastrados e 36 mil ainda não licenciados de Salvador<sup>40</sup>. Certamente não é tarefa fácil contabilizar o real quantitativo de trabalhadores que ocupam as ruas de Salvador. A terceira maior capital da Federação tem uma extensão territorial de 692,819 km<sup>41</sup> e possui 160 bairros<sup>42</sup>. No ano de 2014, segundo o líder comunitário da União das Associações de Cajazeiras e Adjacências, uma pesquisa identificou mais de 300 trabalhadores nas ruas do Centro de Cajazeiras (nas proximidades da rotatória de Cajazeiras X).

Por meio da pesquisa<sup>43</sup> ora apresentada, foram identificados 116 trabalhadores<sup>44</sup>, sendo dezesseis mulheres e cem homens, identificaram-se também onze crianças e adolescentes trabalhando nas bancas/barracas comercializando produtos e serviços variados ao longo das vias, evidenciando a permanência do trabalho infantil, confirmando dados apresentados no estudo do DIEESE (2013).

Apesar de os trabalhadores ocuparem as ruas de Cajazeiras há quase três décadas, não há a mínima estrutura de labor diário, não existem banheiros públicos para os

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/133345-camara-vai-discutir-regulamentacao-de-mototaxistas-em-salvador.html>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/03/prefeitura-entrega-primeira-etapa-de-reordenamento-dos-ambulantes.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=292740&search=bahial-salvadorlinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

<sup>42</sup> Disponível em <http://www.tribunadabahia.com.br/2013/04/15/salvador-tem-160-bairros>. Acesso em: 11 jan. 2015.

<sup>43</sup> Para o levantamento de dados foram identificados os trabalhadores informais de Cajazeiras que ocupam as ruas da Rótula de Cajazeiras X e as imediações da agência bancária Bradesco (Rua Estrada do Coqueiro Grande, Fazenda Grande II) e a 13ª Delegacia de Polícia Civil (Av. Engenheiro Raymundo Carlos Nery, Cajazeiras X), sendo esta localidade a área de maior concentração do comércio formal e popular de rua da cidade.

<sup>44</sup> Observa-se que esse número de trabalhadores pode variar nos sábados e domingos onde fica instalada a conhecida Feirinha da Cajazeiras. Carros de passeio, vans e Kombis, carros de mão ficam estacionados nas ruas vendendo diversos produtos como biscoitos, temperos verdes, plantas, roupas, dentre outros, além de equipamentos de lazer infantil. À noite outros trabalhadores se instalam, sobretudo vendendo lanches variados.

trabalhadores/as realizarem suas necessidades básicas, nem local adequado para lavar mãos e os produtos que vendem – no caso das frutas, legumes, peixes, carnes que ficam expostos à instabilidade climática. Isso pode levar a problemas de saúde dos trabalhadores e da população consumidora. Entretanto o que importa nessa análise é chamar atenção para as precárias condições a que esses trabalhadores estão submetidos e a tendência da intensificação dessa precariedade que pode levar a sérias consequências de saúde pública.

**Figura 1 - Rotatória de Cajazeiras X.**



Fonte: Arquivo da Pesquisa (2014).

Quanto aos dados coletados em entrevista<sup>45</sup> com os trabalhadores, em relação ao perfil, 90% dos entrevistados moram em Cajazeiras ou bairros adjacentes. Grande parte (70%) desses trabalhadores ambulantes é oriunda de Salvador e demais cidades da sua Região Metropolitana, enquanto 30% deles vieram de outras regiões da Bahia. De modo geral, na década de 1980 a significativa chegada de pessoas à Região Metropolitana devia-se à perspectiva de engajamento no núcleo dinâmico da economia, na busca de um emprego com carteira assinada, em virtude dos investimentos industriais na região, especialmente no Polo Petroquímico de Camaçari, seguidos do complexo portuário, assim como no turismo. Muitos dos trabalhadores que não conseguiram se integrar ao núcleo central da economia passaram a compor o universo dos trabalhadores informais alocados, em parte, no comércio ambulante.

---

<sup>45</sup> Do universo apresentado, a amostra correspondente são de 10 trabalhadores.

Há uma predominância do gênero masculino, pois corresponde a 60% dos trabalhadores nas ruas. Quanto à faixa etária, 89% têm entre 40 e 56 anos, nesses casos os trabalhadores afirmavam que com essa idade têm dificuldade de ingressar no mercado formal, visto que, além da idade, é necessário, em inúmeras vezes, experiências profissionais as quais, muitas vezes, eles não possuem. Mesmo tendo algum tipo de formação profissional os trabalhadores afirmam que estão nessa ocupação por falta de oportunidades para o desenvolvimento de outras atividades (NETO, 2001).

Vale ressaltar que o discurso de que o trabalhador não consegue emprego porque não está qualificado não corresponde à realidade, visto que parte da população entrevistada é qualificada, uma vez que possuem sejam cursos profissionalizantes, sejam experiências profissionais anteriores comprovadas em carteira de trabalho, mas mesmo assim não consegue ingressar no mercado formal. Ressalta-se que esta condição é necessária, uma vez que o sistema necessita do exército industrial de reserva para se retroalimentar.

Percebe-se, portanto, que mesmo possuindo carteira assinada parte considerável desses trabalhadores entrevistados que integram o comércio na Rótula da Feirinha de Cajazeiras exercia atividades de pouca qualificação profissional, em vista de seu baixo nível de escolaridade.

Muitos desses trabalhadores exerciam, no emprego anterior, atividades de vendedores de lojas, empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais, garçons, balconistas. Reservavam-se às mulheres, majoritariamente, aquelas ocupações mais vinculadas aos setores de comércio e serviços, enquanto que os homens distribuíram-se nos três segmentos apontados. Vale destacar que mesmo possuindo um vínculo de trabalho legalizado esses trabalhadores já exerciam atividades que exigiam baixa escolaridade e qualificação profissional.

Destaca-se que mesmo diante de ocupações com baixa qualificação e submetidas a maior intensidade no uso da força de trabalho – o que caracteriza uma dimensão de precarização diante dos baixos níveis de remuneração desses empregos –, o vínculo formal ainda representa um passaporte para inscrição no mundo mais estável dos direitos sociais. Só ele constitui, na CLT e, em muitos casos, na Constituição Federal, um escudo protetor, garantindo, minimamente, o acesso a férias, 13º salário, entre outros benefícios (NORONHA, 2013).

Não se pode deixar de enfatizar que para esse universo pesquisado as atividades exercidas anteriormente com carteira assinada caracterizavam-se por uma menor qualificação

e, na maioria das vezes, por baixa remuneração, na faixa de um salário mínimo. Esses trabalhadores passaram do exercício de uma atividade formalizada, mas de baixo rendimento, associada às tendências contemporâneas de flexibilização e à terceirização, para compor um universo precarizado em todos os níveis, não só com relação às condições para o exercício da atividade, mas também com relação às demais dimensões da reprodução social fora da proteção social e do usufruto dos direitos.

Em relação à questão de autodeclaração de cor/etnia, 80% dos entrevistados se definiram como negros. O que ratifica a tendência para os pobres como um todo no país, reforçando o peso histórico da escravidão na constituição e reprodução da força de trabalho livre no Brasil e na Bahia. Apenas 20% do universo total se autodefiniram como não negros: brancos. Essa tendência reitera os dados apresentados pelo DIEESE (2010) no Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, em que foi demonstrada uma situação de desigualdade de inserção para os trabalhadores negros, de ambos os sexos, no mercado formal de trabalho de Salvador, restando a eles o recurso da informalidade. Esse indicador de desigualdade revela também mais uma dimensão ético-moral da desigualdade brasileira, que historicamente discriminou e estigmatizou os negros, considerando-os como inaptos ao exercício das ocupações mais qualificadas. Esses dados reafirmam uma realidade da sociedade brasileira, que conjugou desigualdade social, pobreza, desemprego e discriminação racial desde a sua constituição, conforme analisa Durães:

[...] ingressar nas fileiras do trabalho de rua era a maneira possível do indivíduo negro, mestiço ou até de alguns brancos pobres se auto reproduzirem socialmente. Para a maioria destes e destas, ali inseridos, não havia outras possibilidades diante de uma sociedade guiada pela elite branca, que estigmatizava o ser que trabalhava manualmente como pertencente a uma corja de pretos racialmente inferiores e africanos (2006, p. 30).

Os dados levantados confirmam interpretações gerais sobre a desigualdade social no Brasil, a exemplo das análises do Dieese:

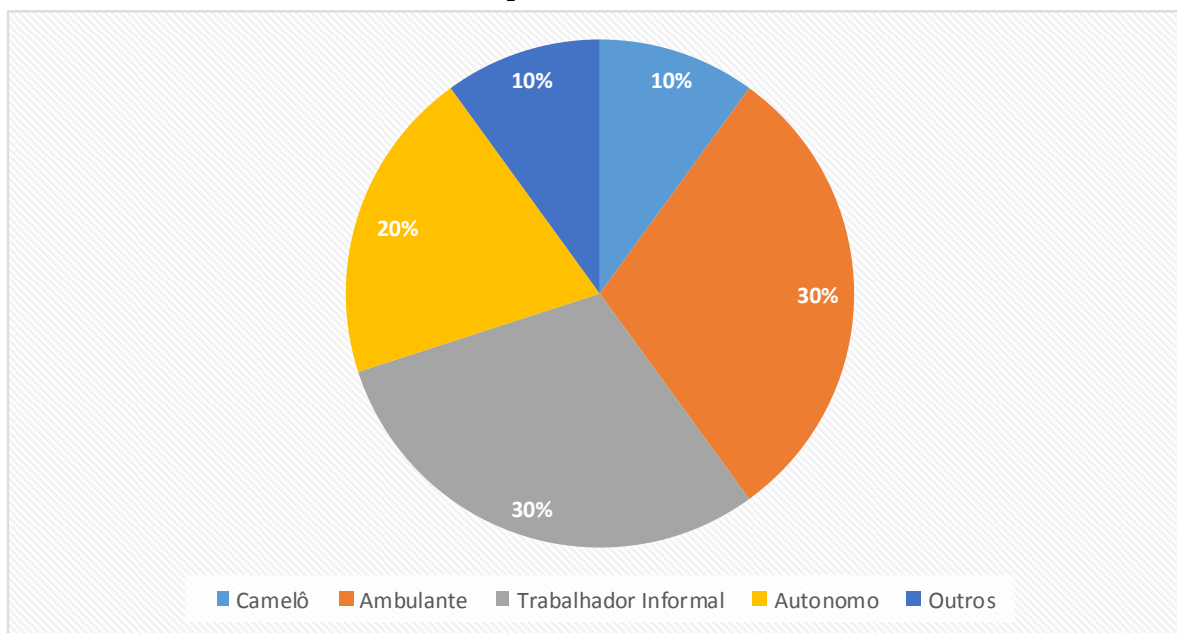
[...] ela resulta não apenas da injusta distribuição da riqueza gerada e de políticas econômicas que beneficiam grupos privilegiados desta sociedade, em detrimento dos trabalhadores, mas também está calcada sobre diferenciações e comportamentos discriminatórios disseminados por todo o país. (DIEESE, 2010).

Alguns aspectos a respeito das condições de vida dos trabalhadores podem ser evidenciados considerando as mudanças econômicas e sociais no Brasil nas últimas décadas. Observando o acesso aos bens materiais, 78% dos entrevistados moram em casa própria e

60% moram com mais três pessoas em casa. A média de membros da família na mesma residência foi reduzida, ressaltando os dados em conformidade com o Censo (2000) que retrata uma diminuição de 3,5 pessoas, tanto em zona rural quanto urbana.

No arcabouço teórico desta pesquisa foram constatadas diversas nomenclaturas, conforme Cacciamali (2000) e OIT (1972), que se encaixam no sentido de trabalho informal, o que inclusive já foi debatido anteriormente. Tendo em vista esta diversidade, quando indagados sobre a sua ocupação 30% dos trabalhadores entrevistados denominam-se Trabalhador Informal, 30% de Ambulante e 20% autônomo, do que se pode inferir que o exercício da atividade, ao contrário de uma “viração temporária”, constitui-se para eles uma profissão permanente, muitas vezes sem perspectivas de reingresso nas relações contratuais de emprego (TAVARES, 2004). Conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 1 - Como denomina a atividade que realiza.**



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pela autora (2014-2015).

Analisando-se a natureza da atividade de inserção anterior, constata-se que, em sua grande maioria, esses trabalhadores participavam de atividades próprias aos setores de comércio, ou seja, moviam-se no mesmo setor de atividade, mas oscilando a sua condição na ocupação: antes com carteira assinada e, deste modo, protegidos pela legislação trabalhista, passando à condição de autônomos, desprotegidos da institucionalidade dos direitos trabalhistas.

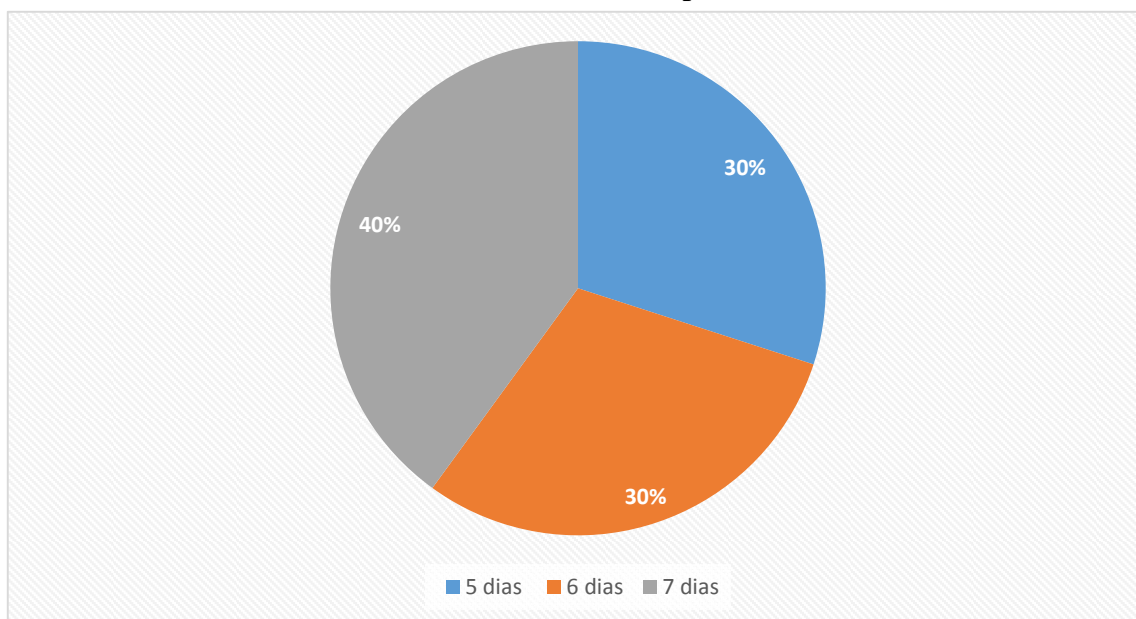
Dos entrevistados, 80% trabalham sozinhos e possuem apenas o rendimento do exercício desta atividade. Dentre os pesquisados, 50% não se encontram inscritos na

Previdência Social, conseqüentemente não possuem qualidade de segurado, nem cadastro no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse quadro reflete a vulnerabilidade social desses trabalhadores e trabalhadoras que não acessam os direitos garantidos por meio do sistema previdenciário, visto que se trata de política contributiva, portanto só pode ser acessada por quem contribui diretamente com a previdência social.

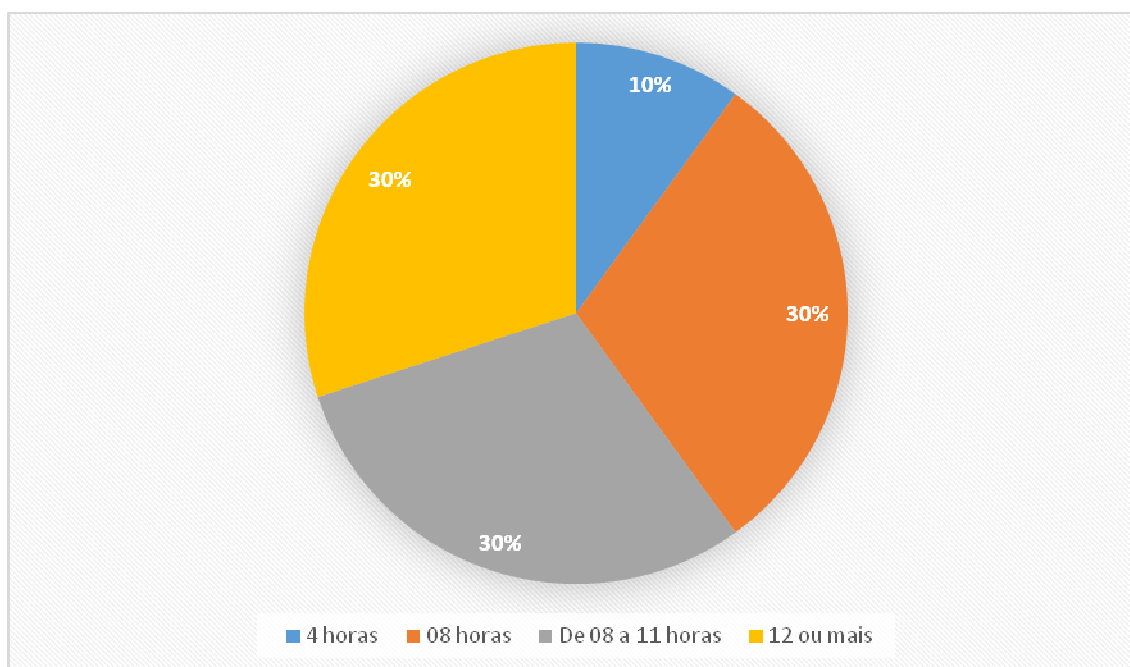
Quando questionados por que vieram trabalhar nas ruas, 60% afirmam que desejavam ser donos do próprio negócio e apenas 40% foram motivados pelo desemprego. A proliferação do discurso do trabalho por conta própria como alternativa ao cumprimento da jornada de trabalho é constante. No total de 100% dos entrevistados que afirmaram ser independentes, 70% deste quantitativo dizem que têm flexibilidade de horários, entretanto essa ilusão de liberdade é contraposta a partir do momento em que estes são indagados acerca do período diário de trabalho

São trabalhadores que desempenham sua atividade de segunda a sábado, chegando a existir casos daqueles que trabalham ininterruptamente durante toda a semana, cumprindo uma jornada de oito a dez horas de trabalho por dia, existindo inclusive casos que ultrapassam 12 horas de trabalho por dia. Esse segmento de trabalhadores exerce suas atividades em média 4 horas a mais por dia do que os trabalhadores do dito comércio formal, ou seja, eles trabalham 28 horas semanais a mais do que os inclusos no mercado formal. Dentre os entrevistados, 40% do total pesquisado trabalham todos os dias, 30% trabalham 6 dias da semana e 30% trabalham 5 dias.

**Gráfico 2 - Dias trabalhados por semana.**



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pela autora (2014-2015).

**Gráfico 3 - Horas diárias trabalhadas.**

Fonte: Pesquisa de Campo realizada pela autora (2014-2015).

O argumento favorável desses trabalhadores é de que eles não obedecem a horários fixos para desenvolver as atividades. Essa ideia de flexibilidade da disciplina dos horários e liberdade no uso do tempo de trabalho pode, portanto, ocultar a dimensão do risco e da desproteção a que ficam submetidos, o que, por sua vez, pode acarretar problemas de saúde advindos da condição de vulnerabilidade e instabilidade, como ilustra a fala a seguir: “Às vezes não queremos incomodar os donos das lojas o tempo todo e seguro a urina um pouco, mas isso me causou uma infecção urinária” (Entrevistada, 2014).

Tavares (2004) demonstra que para muitos trabalhadores a atividade de trabalhador de rua é bastante atraente, exatamente por essa expectativa de ascensão social, pela autonomia, pelos ganhos diários e pela maior flexibilidade de horários, o que os diferencia da condição de assalariados.

Essa percepção positiva da conquista da autonomia na atividade ambulante pode ser reforçada pelo autorreconhecimento que 100% dos entrevistados têm ao se definirem como “dono” da banca de venda das mercadorias. Essa autonomia, no entanto, pode conter uma face menos “virtuosa”, ao ocultar um processo de individualização e desproteção do trabalho, muitas vezes realizado em condição de extrema vulnerabilidade e precariedade (TAVARES, 2004).



De modo geral, os trabalhadores, ao ingressarem na atividade por conta própria, contam com algum tipo de ajuda, expressa na forma de ajuda financeira, de membros da família, de pais, irmãos ou irmãs, cônjuge, amigos ou demais familiares. Aliada a essas formas de ajuda, próprias das redes de solidariedade primária, foi considerada também como ajuda (apesar de em parcela pequena) o apoio moral advindo, na maioria das vezes, de cônjuge e (ou) filhos.

Embora esses trabalhadores pesquisados sejam os proprietários das bancas de vendas em que trabalham e das mercadorias que comercializam, o que lhes confere certo grau de autonomia, a maioria deles (99 %) não possui funcionários, muitas vezes por não usufruírem de um nível de renda que lhes permita empregar outras pessoas, desconstruindo o mito do empreendedorismo como energia mobilizadora de redes produtivas, confirmando o grau de individualização no exercício dessa atividade: 80% não contam com apoio de membros da família.

Pode-se inferir que esse é um tipo de atividade que o trabalhador exerce sozinho majoritariamente, e conta, algumas vezes, com a ajuda familiar, geralmente de pais, filhos e cônjuges que, juntos, sustentam a venda das mercadorias, como uma estratégia de reprodução cotidiana, para ajudar na composição do orçamento familiar (TAVARES, 2004).

Nesses casos, a família aparece como instância moral capaz de compartilhar a instabilidade material e os riscos de vida. Para Sarti:

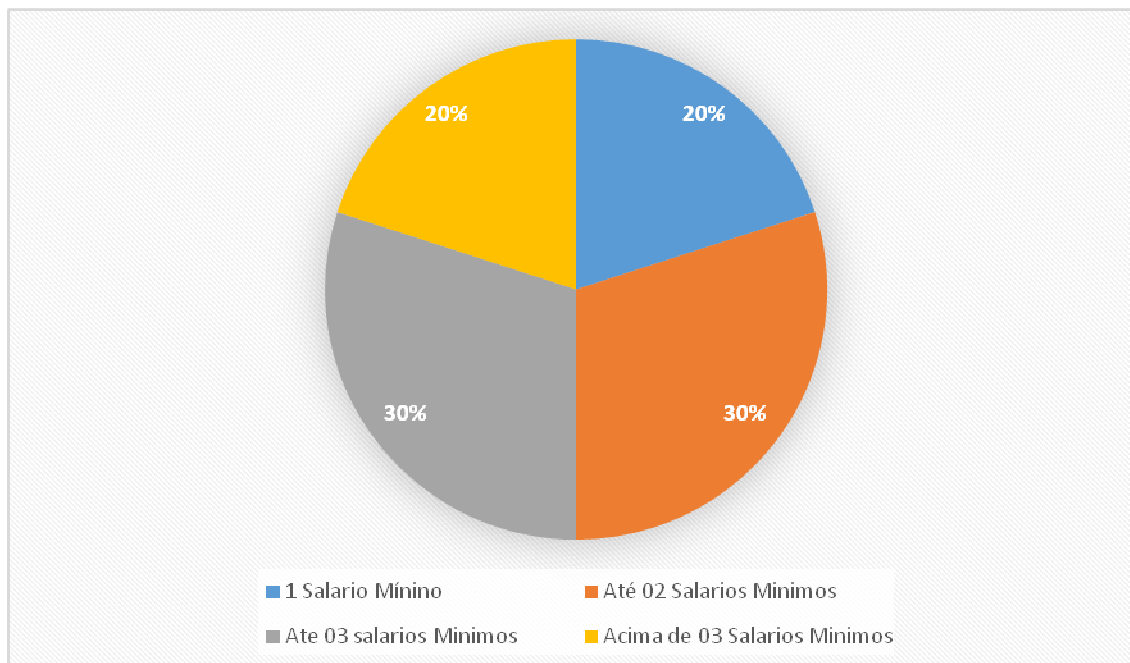
[...] a importância da família para os pobres está relacionada às características das instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família. Num país onde os recursos de sobrevivência são privados, dada a precariedade dos serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância [...] diante da ausência de instituições públicas eficazes o processo de adaptação ao meio urbano e a vida cotidiana dos pobres, inclusive dos nascidos na cidade, é estruturalmente mediado pela família. Suas relações fundam-se, portanto, num código de lealdades e de obrigações mútuas e recíprocas próprio das relações familiares, que viabilizam e moldam seu modo de vida também na cidade, fazendo da família e do código de reciprocidade nela implícito um valor para os pobres (SARTI, 1996, p. 32).

Assim como os ideais neoliberalistas têm estimulado uma nova cultura do trabalho, pautada no empreendedorismo e na empregabilidade e confrontando-se essa perspectiva à luz dos dados levantados, pode-se concluir, no entanto, que tal estratégia está longe de se constituir num mecanismo efetivo de inserção em trabalho digno, assentado em condições de garantia do bem-estar, direitos e reconhecimento social do trabalhador. Pelo contrário, reafirma uma cultura de sobrevivência pautada na individualização e na autoinclusão,

distanciando-se cada vez mais das regras clássicas da solidariedade, proteção social e dignidade do trabalhador (SANTOS, 2010).

A renda obtida por esses trabalhadores, de modo geral, é cíclica e, muitas vezes, insuficiente para o provimento familiar, necessitando ser complementada pela dos demais membros da família. Segundo os dados da pesquisa, o rendimento destes trabalhadores varia de menos de um salário mínimo até mais de quatro salários mínimos.

**Gráfico 4 - Renda mensal de venda das mercadorias/serviço.**



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pela autora (2014-2015).

Como é possível observar no Gráfico 4, 30% desses trabalhadores encontram-se na faixa de rendimento de até dois salários mínimos, sendo que um quarto deles (20%) recebe mensalmente uma renda de até um salário mínimo. Esse dado reafirma o nível de precariedade e pobreza desses trabalhadores frente às condições materiais de sua reprodução e de sua família.

Do universo geral dos entrevistados, 30% recebem acima de dois e abaixo de três salários mínimos, e 30% obtêm rendimentos acima de três salários mínimos. Esse fluxo monetário, em todos os níveis, no entanto, pode ser ilusório. Muitas vezes, o “estar sempre com dinheiro na mão” pode alimentar uma falsa ideia de maiores ganhos do que a situação anterior de empregados com carteira assinada do mercado formal de trabalho.

Apesar do nível de carência e instabilidade observados no desenvolvimento da atividade atual e dos seus reduzidos ganhos, mais da metade dos trabalhadores (70%) considera que não tiveram maiores rendimentos no exercício de outras atividades no momento anterior, mesmo na condição de empregados com carteira assinada. Nesse sentido, pode-se concluir que a entrada para informalidade e a expectativa de maiores ganhos constituem uma motivação para esses homens e mulheres, em todas as faixas etárias, acabando por reforçar uma ideia de maior autonomia e liberdade. No entanto ela pode conter uma dimensão perversa, uma vez que os trabalhadores, visando uma melhoria de rendimentos, preferem atuar fora da regulação do Estado, sem qualquer proteção ou garantia social, privados da liberdade de desenvolver capacidades (ALVES, 2001; TAVARES, 2004). Entender que se ganha mais na informalidade que na formalidade também pode estar associado a uma compreensão imediatista do estabelecimento de relações de trabalho. De imediato e aparentemente, o trabalhador pensa que está em vantagem ao receber mais pelo trabalho informal que o que recebia por meio de relações formais.

Apesar de esses indivíduos algumas vezes alegarem ganhos superiores aos que recebiam no emprego com carteira assinada, é notório o grau de precariedade em que eles estão imersos, o nível de dificuldade que enfrentam e a situação de vulnerabilidade que vivenciam, completamente descobertos da proteção social institucionalizada pelo Estado.

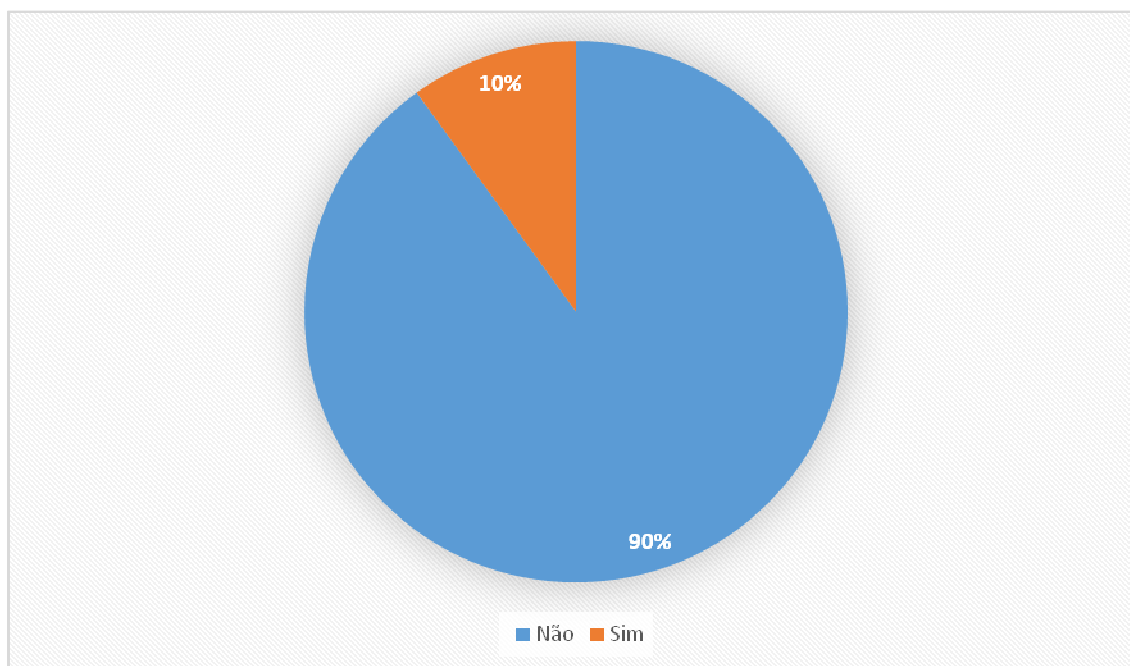
O índice de trabalhadores entrevistados que buscam contornar esse problema pagando a previdência é de 50%, sendo que a outra metade alega não possuir recursos financeiros suficientes para arcar com os custos do INSS. Essa situação fortalece ainda mais a incerteza, a falta de expectativa e sua instabilidade social.

Neste contexto, a instabilidade permeia todas as dimensões da vida desses indivíduos, afetando a esfera do trabalho, da família, da participação política, da proteção e do acesso aos benefícios sociais. O não pertencimento à rede de proteção social enfraquece a formação da cidadania e, conseqüentemente, a participação democrática.

Tendo em vista os elementos apresentados neste estudo, a informalidade representa um espaço real de inclusão periférica em um horizonte de possibilidades restritas de mobilidade e reconhecimento social. Esse universo contém uma heterogeneidade determinada por trajetórias marcadas por diferentes atributos sociodemográficos, nos quais a temporalidade no acesso tem uma função distintiva nesse trabalho, recondicionando formas de representação da instabilidade e da incerteza no contexto do trabalho nas ruas.

Essas representações e formas de reconhecimento podem ser vistas a partir das imagens que os vendedores ambulantes formulam a respeito de sua perspectiva de futuro:

**Gráfico 5 - Mudança para o trabalho formal.**



**Fonte: Pesquisa de Campo realizada pela autora (2014-2015).**

Com base nos dados da pesquisa realizada, 90% pretendem continuar trabalhando como trabalhadores de rua, reafirmando, do ponto de vista pessoal, a expectativa de maiores ganhos e a consciência dos entraves estruturais expressos pelo crescimento do desemprego estrutural.

Em que pese a persistência de um projeto de continuidade na atividade, 10% desses trabalhadores alimentam a esperança de retorno ao emprego formal e pretendem mudar de atividade, levando em consideração as condições presentes de sua condição de incerteza, ausência de direitos trabalhistas e falta de reconhecimento social que caracteriza a atividade do comércio ambulante.

A partir desses depoimentos, percebe-se que esses sujeitos têm consciência de suas condições e dos atributos desfavoráveis diante de um mercado mais competitivo e cada vez mais seletivo em termos de qualificação. Como revelam uma consciência também do tempo produtivo para os mais velhos, que não vislumbram mais qualquer possibilidade de

mobilidade social, seja pela idade avançada, seja pela ausência de escolarização frente a um mercado de trabalho altamente seletivo.

Considerando a autoavaliação que fazem da sua relação com instâncias institucionais, para alguns desses trabalhadores os órgãos públicos poderiam ajudar os trabalhadores de rua, concebendo linhas de crédito que possibilitassem a ampliação do negócio, tendo em vista o alto índice de discriminação por parte das agências credoras, que os enxergam como cidadãos à margem e excluídos socialmente.

A necessidade de políticas voltadas para a inserção mais qualificada dos trabalhadores informais, sobretudo os do trabalho de rua, por conta da sua capacidade de absorção de contingentes diferenciados, é reconhecida por alguns dos entrevistados como forma estável de proteger o segmento e minimizar a diferença social resultante da elevada desigualdade histórica e acirrada pela reestruturação do processo produtivo e pelas mudanças no desenho do próprio Estado.

Retornando ainda à relação desses trabalhadores, na esfera institucional, com o governo percebe-se um relativo desconhecimento sobre novos recursos institucionais e direitos dirigidos para esse setor. Exemplo disso é o conhecimento de apenas 50% dos entrevistados sobre a Lei Complementar nº 128, aprovada no ano de 2008, que institui a figura do microempreendedor individual e permite que os trabalhadores informais tenham direitos previdenciários, como aposentadoria por idade, auxílio-doença e licença-maternidade.

Diante dessas condições recentes de precarização, autores como Gohn (2004) e Raichelis (2000) evidenciam as falhas das instituições que fazem funcionar o vínculo social e a solidariedade e, de outro lado, afetando, ainda, os modos de constituição e reconhecimento das identidades individuais e coletivas, o que leva a uma fragilização da ação coletiva em favor do atomismo e do individualismo. Consideram que elementos como o desemprego estrutural e a desigualdade de situações de trabalho vêm afetando significativamente as bases de solidariedade, com repercussões decisivas nas esferas associativas e simbólicas. A nova cena de aprofundamento da precarização e da informalidade dificultaria a dinâmica associativa, ao tempo em que inibe a tendência reivindicativa dos sujeitos do trabalho<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Essa desmobilização desafia os sindicatos a produzirem novas estratégias de ação e, principalmente, repensarem o seu próprio lugar, sua essência, funções, representação e objetivos específicos em uma sociedade em que o trabalho se reconfigura e aparece em novo formato.

Nos anos 1990 as transformações na organização produtiva e no espaço da produção fabril, em escala global, assentadas no avanço da inovação tecnológica e na flexibilização, levaram, de modo geral, a uma intensificação do trabalho e a uma redução significativa dos postos de empregos existentes. Esse processo, conhecido como desemprego estrutural, aprofundou os níveis de precarização do trabalho, levando os trabalhadores antes protegidos a buscarem formas alternativas de ocupação e renda para o provimento da sua sobrevivência e reprodução cotidiana.

Na passagem de uma condição a outra (de empregado a trabalhador de rua), os entrevistados permaneceram na condição de desempregados de curta duração até se inserirem na atividade atual. A variação deste processo depende da capacidade de reprodução acumulada na condição anterior e das condições de reprodução do núcleo familiar, mais que de uma avaliação individualizada do trabalhador.

Os trabalhadores de rua entrevistados, de modo geral, apontaram os direitos trabalhistas como as principais vantagens do emprego legalizado. Mesmo com essa consciência os entrevistados apontam como principais desvantagens do trabalho com carteira assinada os baixos salários, a disciplina horária, fatores que, associados ao desejo de liberdade e autonomia, acabaram servindo de motivação para o ingresso na atividade atual.

A realidade dos trabalhadores de rua de Cajazeiras pode ser interpretada como

Uma condição de resistência de uma “nova pobreza”, definida aqui mais pela perda da inserção no trabalho institucionalizado que por uma redução dos níveis de rendimento do trabalho. A passagem de empregados com carteira assinada para o universo público da informalidade nas ruas apareceria, assim, e ao mesmo tempo, como uma estratégia de sobrevivência e resistência num contexto de interiorização do sujeito autônomo precarizado, que se move nos interstícios de ocupações formais e informais de baixo nível de qualificação e remuneração do trabalho, mas legitimamente aceitos e parcialmente regulados no uso do espaço público (SANTOS, 2010, p. 182).

Contudo,

O outro lado da questão, no entanto, é que, ao encontrar-se distante do mundo legalizado dos direitos, no qual a carteira de trabalho assinada tem peso simbólico significativo, pode ocorrer um processo de autorrepresentação ambígua: de um lado, pela perda do seu referencial do trabalhador que historicamente instituiu sua legitimidade moralmente assentada e, de outro, pela passagem a uma situação de autonomia e liberdade precarizada. Uma nova legislação<sup>47</sup> recentemente instituída pode vir a alterar para um novo quadro de reconhecimento social e inscrição em direitos redistributivos (SANTOS, 2010, p. 183).

---

<sup>47</sup> Trata-se da Lei do Microempreendedor Individual (MEI), com vigência a partir do dia 01 de julho de 2009.

Observa-se que houve um crescente aumento do número de trabalhadores nas ruas, vale ressaltar o aumento do desemprego estrutural nas últimas décadas, mediante informações supramencionadas com base em autores como Antunes (2007) e Filgueiras (1997). A perda do emprego, se não é seguida de um novo emprego registrado, significa a exclusão pura e simples desse mundo estruturado dos direitos do trabalho. Isso tem, como contrapartida, a inclusão em outro mundo do trabalho, informalmente regulado, invisível do ponto de vista do Estado e de suas instituições e, provavelmente, ainda mais predatório em relação à força de trabalho (TAVARES, 2004; DEDECCA; BALTAR, 1998).

Borges (2007), ao analisar o “Mercado de Trabalho” e processo de precarização, destaca diversos aspectos, como o aumento da flexibilização do mercado de trabalho e as condições problemáticas que o trabalhador enfrenta em seu cotidiano. Ao analisar “perdas, precariedade e insegurança”, resultado de um cenário político e econômico adotada na década de 90 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, destaca decisões políticas adotadas que convergem com a ofensiva neoliberal imposta pelo Fundo Monetário Internacional:

Sinteticamente, em menos de dez anos, passou-se de uma economia fechada e protegida por todo um arcabouço legal e institucional a uma economia aberta e totalmente desprotegida, exposta à instabilidade de uma economia mundializada, sob a hegemonia do capital financeiro (BORGES, 2007, p. 82).

A referida autora elucida a continuidade do processo de desestruturação política, econômica e cultural que irá se estabelecer, contribuindo para um ambiente favorável ao aprimoramento e legalização da precarização e flexibilização das relações de trabalho, baseado, sobretudo, no planejamento estatal atrelado aos ditames do Consenso de Washington (1989), implantando uma

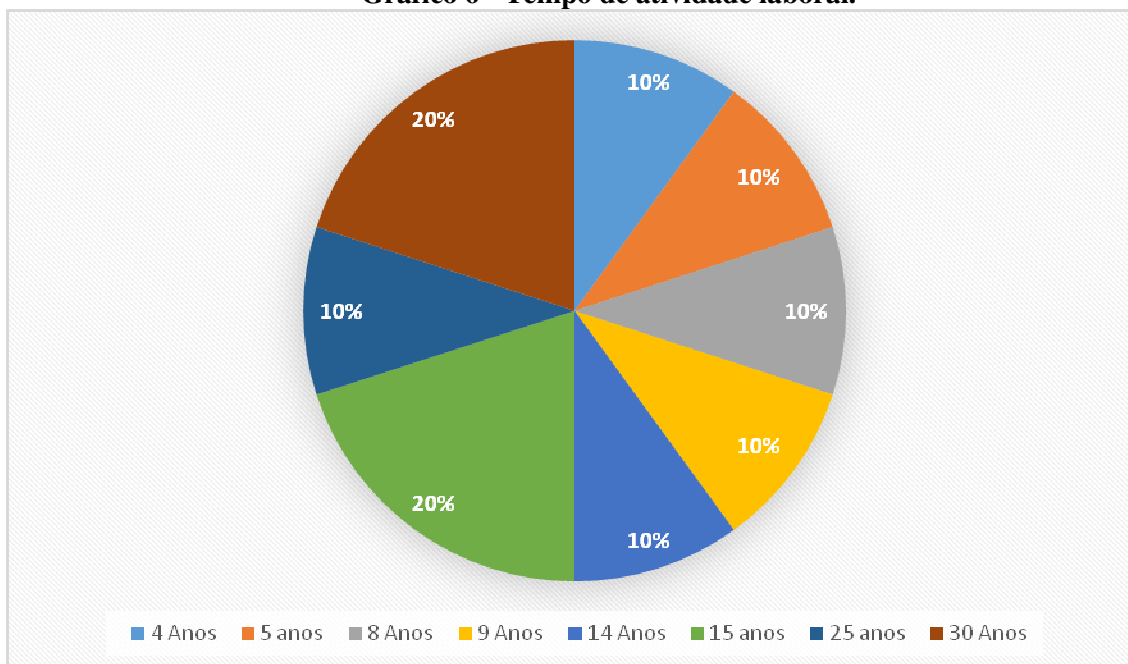
[...] economia desregulamentada à mercê dos rumores dos agentes do mercado [...] sobretudo dos mercados financeiros [...] setores estratégicos privatizados e desnacionalizados, o que significa dizer com o seu centro de decisões transferido para o exterior e/ou alheio aos interesses e às necessidades da maioria da população brasileira) (BORGES, 2007, p. 82).

Conforme Antunes (2011), neste processo de ofensiva neoliberal houve uma abertura para a terceirização, subcontratação, autônomo, prestadores de serviços, trabalhadores por conta própria e, sobretudo, para uma massa de trabalhadores na “informalidade” sem nenhuma proteção social, ou seja, trabalho e vida em condições sub-humanas. Para o Dieese, “[...] a informalidade compreende todos os trabalhadores que estão empregados sem carteira assinada (emprego ilegal) e que estão por conta própria trabalhando de forma independente e

realizando sozinho ou com a ajuda de parentes a sua atividade ou desenvolvendo seu negócio” (2013, p. 10).

Apesar de possuírem uma trajetória de emprego com períodos de informalidade, parte dos entrevistados (60%) encontra-se no trabalho de rua há mais de dez anos, considerando-se já estabelecidos no ramo. Esses trabalhadores foram afetados pelas mudanças de caráter mais estrutural de finais da década de 80 e início dos anos 90, intrinsecamente associadas às dinâmicas da reestruturação produtiva e terceirização, o que, como consequência, alargou o cenário de desemprego em massa em todas as esferas produtivas. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados (20%) é constituída de trabalhadores de rua com menos de cinco anos, como demonstra o gráfico abaixo. Tal constatação contraria a hipótese de que o exercício de tal atividade constitui-se uma alternativa temporária de trabalho.

**Gráfico 6 - Tempo de atividade laboral.**



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pela autora (2014-2015).

Observa-se que, dos trabalhadores ambulantes, 50% ingressaram nessa atividade em meados dos anos noventa, quando se observa também, nas estatísticas gerais do emprego, maior crescimento do desemprego, resultante das constantes transformações na estrutura de emprego e da reestruturação do processo produtivo. Contudo alguns trabalhadores ingressaram nessa atividade motivados pela busca de maior autonomia e expectativa de melhores ganhos. É o caso daquelas que anteriormente trabalhavam como empregadas

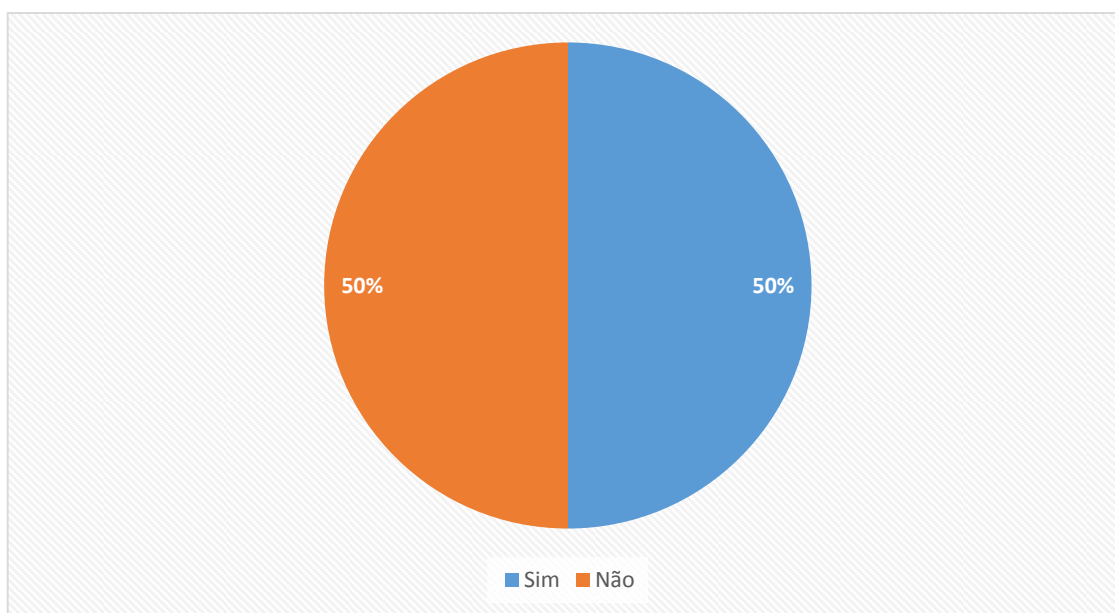


domésticas e preferiram atuar no trabalho de rua, visando livrar-se da disciplina e dos constrangimentos do trabalho doméstico e aspirando também a maior ascensão social.

Apesar de o problema do desemprego estrutural afetar a maioria desses indivíduos, alguns entrevistados afirmaram que ingressaram no comércio ambulante não como estratégia de sobrevivência, mas pela condição de autonomia, facilidade de entrada e promessa de melhores ganhos. A ideia de “não ter patrão” nem controle e rigidez de horários e o fato de não existirem barreiras à entrada levaram esses indivíduos a optar pelo exercício da atividade ambulante, liberando-se dos constrangimentos da disciplina do trabalho e na expectativa de obter mobilidade social (ALVES, 2001).

Quanto à trajetória de luta dos trabalhadores de Cajazeiras, esta análise pretende apresentar um pouco da atuação política dos trabalhadores. Apesar da grande expressividade e relevância do trabalho de rua em Cajazeiras, o nível de associativismo encontrado no universo pesquisado foi considerado baixo, como se pode observar nos dados do gráfico a seguir.

**Gráfico 7 - Associativismo.**



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pela autora (2014-2015).

Esses dados expressam a baixa organização de classe desses trabalhadores, afirmada pelas baixas taxas de afiliação a órgãos de classe, sindicatos e órgãos comunitários, o que vai influenciar decisivamente na sua condição de inserção social e política e na perpetuação de uma cidadania passiva, a qual os torna menos capazes de formular demandas organizadas por melhores condições de vida e trabalho (SILVA, 2009).

Na visão destes trabalhadores, a razão para a falta de associativismo decorre do fraco desempenho desses órgãos representativos (associação e sindicato) na sua função de mediar os conflitos com a prefeitura e defender os interesses dos mesmos. Segundo Antunes,

[...] a fragmentação da classe que vive do trabalho questiona a raiz do sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora, o sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores informais (ANTUNES, 2000, p. 70).

Reproduzindo a mesma tendência do emprego formal, a chamada crise sindical perpassa também o universo do trabalho de rua, no qual os trabalhadores, de modo geral, vêm perdendo a crença na capacidade reivindicativa inerente a esses órgãos representativos, evidenciando, assim, uma fragmentação e uma desorganização da classe trabalhadora.

Com isso, os órgãos representativos acabam perdendo sua legitimidade reivindicativa em um espaço onde as necessidades, os direitos não existem como regras de sociabilidade e onde predomina uma exclusão pela destituição do reconhecimento, que se processa na trama organizada da representação e negociação (SILVA, 2009).

O baixo associativismo reforça a falta da participação desses trabalhadores em instâncias coletivas, o que é prejudicial dentro de um segmento extremamente heterogêneo como o dos trabalhadores de rua, que se alimenta de um sentimento de naturalização da sua condição social e do seu status de desvalorizado socialmente, buscando fortalecer uma identidade fragmentada e individualizada, calcada em um agir por si de maneira pontual na solução dos problemas cotidianos (SILVA, 2009).

A rede social existente entre esses trabalhadores e suas associações apresenta baixa densidade e sem grandes impactos na construção de reivindicações na própria relação com o Estado e demais esferas institucionais.

A taxa de associativismo (50%) também é identificada em relação à rede de afiliação familiar a órgãos comunitários, como associação de moradores, clubes de mães, grupo de mulheres, grupo de jovens, entre outros, contudo estes, apesar de associados, não participam das reuniões, nem têm poder decisório. A justificativa para esse baixo índice de associativismo, inicialmente, se dá ou por conta da inexistência dessas organizações no espaço do bairro, ou pela falta de informação da comunidade. Apenas uma pequena parcela dos ambulantes (30%) declarou participar dessas associações de moradores nos bairros de residência.

Analisando essa tendência com dados gerais para o Brasil, Ivo (2001) ressalta que:

[...] a sociedade brasileira de um modo geral apresenta escassa participação política, num contexto de baixa taxa de associativismo, o que ocasiona uma baixa resolução dos conflitos mediada pela justiça ou normas legais, o que implica a vigência de práticas predatórias e transgressivas (2001, p. 90).

Apesar do enfraquecimento da participação política, o grau de trocas mútuas entre os trabalhadores no espaço do trabalho, seja entre eles próprios ou entre eles e os lojistas, é bastante elevado, o que reitera o adensamento das redes primárias de solidariedade e ajuda mútua. Essa relação de cordialidade entre comerciantes, no entanto, difere da que estabelecem com os fiscais da prefeitura. Os relatos dos ambulantes entrevistados revelam que, apesar de essas relações com a Prefeitura estarem atualmente mais pacificadas, em momentos anteriores, sobretudo em gestões passadas da Prefeitura Municipal de Salvador, a relação com os fiscais deu-se de forma bastante conflitiva.

No que diz respeito à relação dos trabalhadores entrevistados com os órgãos municipais, 50% declararam trabalhar sob alguma institucionalização da atividade, com inscrição na Prefeitura e licença, e só uma igual parcela permanece sem nenhum tipo de registro frente aos órgãos municipais, aumentando o grau de precariedade e, ainda, aprofundando a ausência de reconhecimento social por parte das instituições públicas.

Em relação ao diálogo entre os trabalhadores e a gestão municipal, em entrevista com o prefeito de Cajazeiras<sup>48</sup> este afirma que desde que assumiu o cargo há dois anos possui uma relação aberta com toda a comunidade. Questionado sobre quais as demandas dos trabalhadores de rua, o gestor respondeu que a insalubridade, inadequação do espaço de trabalho, limpeza e padronização do espaço de trabalho.

Quando perguntado sobre quais as ações concretas da prefeitura em Cajazeiras para melhorar as condições de trabalho dos camelôs, ele afirma que a ação em curso é Mercado Popular, que visa organizar o comércio de rua de Cajazeiras. Em relação ao processo de acompanhamento das ações da Prefeitura em Cajazeiras, o gestor afirma que o diálogo ocorre com o Conselho Comunitário de Cajazeiras, quando há uma demanda os membros do Conselho são convocados para reuniões, além disso, os membros podem a qualquer momento solicitar um diálogo na Prefeitura Bairro. Quando indagado sobre como o governo municipal enxerga os trabalhadores que ocupam as ruas, o gestor afirma que: “grupo de trabalhadores

---

<sup>48</sup>Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/prefeitura-bairro-de-cajazeiras-e-inaugurada-neste-sabado/?cHash=9f24597bbe88ab26fc99be69167b21b3>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

que precisam se organizar com o município. Parte integrante que movimenta a economia das periferias, ainda de forma desordenada”.

Quando questionado acerca do trabalho informal e da sua capacidade de movimentar a economia do bairro e da cidade, o gestor afirma que sim, e comenta: “Ocorre uma transição da moeda, além de equilibrar os valores de mercado”. Por fim, quando questionado sobre a truculência do *RAPA* em atuação com os trabalhadores que ocupam as ruas, ele afirmou que dentro de Cajazeiras na gestão dele não houve essa atuação. Retomando a análise dos dados coletados na pesquisa com os trabalhadores, observe que a informação infra confirma a afirmação do gestor de que 83% dos entrevistados afirmam que foram chamados para discutir as questões dos trabalhadores.

Vale destacar uma preocupação geral nas falas de todos os entrevistados referente ao acesso dos trabalhadores aos boxes que estão sendo construídos no Mercado Popular de Cajazeiras. Segundo abordado nas audiências públicas e confirmado na fala do gestor da prefeitura bairro, terão prioridade os trabalhadores mais antigos, que moram na região e vendem produtos legalizados. Entretanto os trabalhadores estão sobressaltados e com receio de que o acesso aos boxes seja dado através de indicação política partidária, considerando que o mercado está previsto para ficar pronto em ano eleitoral. Ressalva-se que no ano de 2014 a União das Associações realizou um levantamento prévio e cadastrou mais de 300 trabalhadores, todavia o projeto arquitetônico do Mercado prevê apenas 133 boxes, restando a incerteza de como serão alocados os demais trabalhadores que não forem contemplados com os boxes.

Em reunião com lideranças comunitárias foi possível registrar algumas manifestações, apesar da inexpressividade de trabalhadores de rua participantes. Segundo a trabalhadora informal e liderança da Associação de Trabalhadores Autônomos de Cajazeiras, há quase doze anos vem lutando juntamente com outros trabalhadores e entidades representativas por um local adequado de trabalho, pois as condições de trabalho são degradantes, sem banheiro para necessidades básicas de higiene, ambiente inadequado de trabalho, em barracas improvisadas de lona, madeira, zinco, carros de mão, Kombis, carros de passeio. Em meio ao lixo das calçadas são comercializados alimentos perecíveis, de temperos verdes a peixes e carnes verdes. Vale ressaltar que estes produtos ficam expostos ao sol escaldante de Salvador, ou mesmo às chuvas, sem os devidos cuidados. Destaca-se ainda nesse local a exposição e vulnerabilidade diária dos trabalhadores sob a fiscalização de agentes da prefeitura e violência do trânsito.

Em reunião da Associação de Moradores do Loteamento Parque São José (ASMOPSJ) a Coordenadora da Agenda 21 de Cajazeiras e Membro da ASMOPSJ ressalta que o Mercado Popular de Cajazeiras é um pleito do Orçamento Participativo (OP) da primeira gestão do Prefeito João Henrique Barradas (2005-2009).

O atual prefeito de Salvador, vereadores e o prefeito do bairro de Cajazeiras apresentaram aos trabalhadores e trabalhadoras informais de Cajazeiras a assinatura da Ordem de Serviço do Mercado Municipal de Cajazeiras<sup>49</sup>, o projeto arquitetônico do Mercado terá 133 boxes e o gestor afirmou que no prazo de 10 meses o referido mercado estará pronto. A obra custará 7 milhões de reais, ressalta ainda que os recursos são próprios e estão garantidos para conclusão da obra no tempo previsto. As obras estão sendo realizadas desde o início de julho de 2014.

A liderança comunitária, presidente da União das Associações, informou durante o evento acima citado que apesar de o prefeito não ter relatado em sua fala, esse é um pleito antigo, inclusive na última eleição ele convidou todos os candidatos à Prefeitura de Salvador para assinar um documento/compromisso do prefeito que ganhasse as eleições com os pleitos da Comunidade, inclusive o Mercado<sup>50</sup> Popular de Cajazeiras, o Centro Cultural e abertura de vias alternativas para desobstruir o trânsito da região. Ressalta que se trata de uma luta dos trabalhadores e das lideranças da região. Na realidade existe uma mobilização das lideranças na busca de melhorias para os trabalhadores da rótula de Cajazeiras, entretanto as estratégias são forjadas diretamente com os poderes públicos, numa relação quase direta com os prefeitos e vereadores, configurando, de certa forma, uma troca de favores por votos e não garantindo que se efetivem os direitos dos trabalhadores.

Vale ressaltar nesse estudo as condições de labor dos trabalhadores informais de Cajazeiras, pois durante a pesquisa de campo foi possível analisar os processos de precarização a que esse segmento de trabalhadores vem sendo submetido há quase trinta anos, os quais laboram nas ruas sem proteção social, nem trabalhista, em local inadequado para o

---

<sup>49</sup> O evento ocorreu no dia 20 de julho de 2014, às 11h da manhã, quando o prefeito de Salvador, ACM Neto, apresentou aos trabalhadores e trabalhadoras informais de Cajazeiras a assinatura da Ordem de Serviço do Mercado Municipal de Cajazeiras, o projeto arquitetônico do Mercado. Apesar da mobilização das lideranças para realização desse empreendimento, o prefeito chamou ao palanque apenas os vereadores presentes e alguns secretários municipais, fato que desagradou algumas lideranças comunitárias presentes.

<sup>50</sup> Esse pleito também consta no Orçamento Participativo realizado na primeira gestão do Governo municipal de Salvador do Prefeito João Henrique Barradas.

manuseio e comercialização de produtos variados, com destaque para os alimentos expostos à variação climática.

Observou-se nessa pesquisa a complexidade de análise de uma realidade social heterogênea na qual coexiste a força esmagadora do capital, representado pelas dezenas de empresas transnacionais, apesar de ser conhecida a exploração da classe trabalhadora pelas grandes empresas, em que os trabalhadores também estão em condições precárias (baixos salários, exaustivas horas de trabalho, subemprego, vulnerabilidade contratual, dentre outros aspectos). Ao lado de empresas francesas e norte-americanas os trabalhadores informais ocupam as ruas sem estrutura mínima de labor diário, expostos ao sol, chuvas, doenças, vigilância municipal e à dúvida constante se vai vender e garantir seu sustento no dia seguinte.

Neste ínterim, vale destacar a importância da organização de parte dos trabalhadores em buscar as políticas sociais como garantia de direitos, visando melhores condições de vida e trabalho. Segundo lideranças e trabalhadores, depois de quase trinta anos de existência da Feirinha de Cajazeiras e mobilização dos trabalhadores ao longo desse período, “conseguiram com muita luta o Mercado Municipal de Cajazeiras”, para o qual, segundo o Prefeito Municipal, a ação tem recurso público garantido e prazo para conclusão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou analisar as condições de vida e de labor dos trabalhadores de Cajazeiras com vistas a discutir políticas de inclusão produtiva voltadas a essa população. Para tanto, buscou-se investigar condições históricas que submeteram os trabalhadores em situação de desemprego, obrigando-os a trabalhar em arranjos informais precarizados, ocupando as vias públicas. Os resultados de tais condições se expressam na primeira parte deste estudo, baseando primariamente a concepção generalizada de trabalho e a especificação do trabalho informal.

Constatou-se a necessidade de reconhecer que o sentido do trabalho pode apresentar dimensões completamente antagônicas. Para alguns, o significado representa realização pessoal e reconhecimento social; para outros, representa aceção de esforço, dor e sofrimento. Nesse confronto direto dos sentidos do trabalho o estudo se comprometeu a compreender as duas forças que movem o homem: a luta pela sobrevivência e a necessidade de inserção social. Nesse campo de lutas se identificam os trabalhadores informais.

A força do trabalho informal mostra os reflexos da crise no atual estágio do capitalismo mundial. Tal crise conjectura no processo de flexibilização das relações de trabalho e no crescimento das grandes cidades. A informalidade expande-se e passa a se diversificar, originando uma variedade de ocupações, tais como o trabalhador de rua, o qual se apresenta em condições de insegurança, precariedade e não constitui um estado social dado. É originado de um processo histórico de exploração, expropriação, discriminação, destituição de direitos, concentração de renda, riqueza e poder.

A partir dessa demanda surgem as “franjas”, que seriam então ocupadas pelos trabalhadores desempregados e que, sem condições econômicas, teriam no distanciamento da formalização um elemento importante para a manutenção da realização de atividades profissionais. Dentre a lógica externa que parte do real o setor informal passa, então, a figurar no contexto da economia urbana como sendo de grande importância para a manutenção de certa ordem social.

De acordo com esta ideia, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores de rua cumprem um papel social e econômico, alimentando a perspectiva da sobrevivência. É sob essas condições que se dá à exploração do trabalho humano, ou a "sua não exploração" (o

desemprego), condição que tem determinado o crescimento do trabalho precário e a crescente marginalização dos trabalhadores no processo produtivo. Nesse cenário da crise do mundo do trabalho se fecunda a construção de uma sociedade sem fronteiras, que passou a ser moldada a partir das ideologias neoliberais e da flexibilização do mercado. Celebram-se os discursos sobre as políticas do Estado mínimo.

Nessa perspectiva, forma-se o Estado neoliberal caracterizado pela separação entre Estado social e economia de mercado, pela tentativa de reduzir a política, isto é, por tentar despolitizar as relações econômicas e sociais (TOLEDO, 1997). O fato categórico é que as pessoas que perderam o emprego encontram no mercado informal uma alternativa de sobrevivência.

Percebendo a abrangência terminológica do sentido de “trabalho informal”, nesta pesquisa o sentido utilizado foi o de trabalhador de rua, apesar dos componentes da pesquisa não desmembrarem a categoria dentro da “informalidade” na qual estão inseridos. Tal nomenclatura foi atribuída pois se refere a trabalhadores no limite da sobrevivência, os mais tradicionais, cujo resultado muitas vezes não cobre as necessidades mínimas de consumo básico (em conformidade com depoimento dos entrevistados), como descreve Durães: “esse universo é composto pelos trabalhadores mais tradicionais que vendem hoje para comer amanhã ou até ficando sem comer porque o dia de vendagem foi fraco e insuficiente” (2006, p. 136).

O trabalho de rua, nessa discussão, surge como um segmento tradicional da informalidade, que vem resistindo historicamente às transformações político-econômicas e sociais resultantes da implantação e desenvolvimento da modernização brasileira, sendo hoje responsável por acolher fortuitos diferenciados de trabalhadores que portam trajetórias de vida distintas.

Essa atividade abriga, portanto, dois processos: um que diz respeito ao movimento secular de resistência à pobreza no provimento das condições de reprodução social de trabalhadores “excedentes”, da reserva; e outro que se refere à recriação e reconfiguração dessa “reserva” com um processo massivo de formação de excedentes, promovido pela reestruturação produtiva e pelas condições desfavoráveis para trabalhadores da ativa pouco qualificados (SANTOS, 2010).

Esse novo contexto requalifica simbolicamente a sua condição, que oscila entre a perda de reconhecimento da condição de trabalhadores protegidos (com carteira assinada) para a de trabalhadores na rua. No entanto, ao mesmo tempo, “eles reforçam, resignificando essa nova



condição, valorizando e fortalecendo os valores de autonomia e liberdade, em contraposição à coercitividade e à disciplina das atividades formais” (SANTOS, 2010, p. 231).

Contudo essa suposta autonomia se processa de maneira cruel, pela vivência desse trabalhador na precarização. Como afirmam Druck e Oliveira (2002), tal atividade se afasta da norma do emprego assalariado, caracterizando como um universo atingido pela desproteção social agravada pela vulnerabilidade do trabalhador e pela precariedade das condições de vida e de reprodução. Quando o salário passa a se constituir em exceção, aquilo que parecia provisório – a inserção na informalidade – torna-se permanente, e o que era permanente – emprego formal protegido – revela-se provisório.

Nos entraves estabelecidos por essa transição pôde-se observar que no percurso dessa dinâmica o trabalho informal e formal se interaciona, sendo elementos indispensáveis à dinâmica da economia local. Ressalta-se que tal realidade não se resume ao bairro de Cajazeiras. Esta realidade tem se reproduzido em várias cidades e regiões do país. Com efeito, no curso de distribuição de mercadorias, há concorrência entre capitalista e, mesmo, entre os trabalhadores de rua. Todavia, considerando o sistema do capital de modo mais amplo, estas dinâmicas estão inteiramente inseridas na lógica do processo macro cujo objetivo é a valorização do capital.

É nesse interim que Harvey (2006, p. 49) descreve dois aspectos indispensáveis à circulação: “o movimento físico real de mercadorias do lugar da produção ao lugar de consumo, e o custo real ou implícito ligado ao tempo consumido e as mediações sociais [...]”. Com fins a atender o primeiro aspecto, o capital recorre a inúmeros recursos, dentre estes, redimensiona a seu favor setores como o comércio, peça importante para fazer escoar a mercadoria, articulando hoje atividades que vão além da atuação do mercado formal, para dar mobilidade a esse processo, diminuindo o tempo de permanência da mercadoria na “cadeia circulante” (atacadistas e varejistas) que Harvey denominou de mediações sociais. A efetivação desse processo circulante está ligada também à eficiência e custos de transporte, que também influem na acumulação.

Diversas situações se materializam no espaço de subordinação e lógica de exploração do capital. Pelos relatos das entrevistas e as informações de campo foi permitido apreender o porquê de a atividade informal ser considerada, por muitas vezes, o recurso “dos sem opção”. A inserção destes sujeitos neste tipo de atividade está relacionada à condição de desemprego, da não possibilidade de inserção em ocupações regulamentadas. Alguns nem sequer chegaram

à condição do primeiro emprego, o trabalho informal foi a primeira e única opção. Partilham trajetórias de vida distintas, mas de estreita relação com a informalidade.

Ao estabelecer esta temática e delimitar o campo de estudo deste trabalho, assentase em uma análise na perspectiva da teoria social, deparando-se com o desafio de debruçar sobre uma realidade singular sem perder de vista a conexão com o contexto social, na tentativa de desvendar as articulações e lógicas presentes na configuração do trabalho de rua de Cajazeiras.

O percurso teórico-metodológico realizado para tratar da problemática das ocupações e da disseminação das atividades informais no capitalismo contemporâneo foi fundamental para apreensão das particularidades desse “fenômeno” no espaço público da cidade de Salvador, principalmente por permitir revelar as expressões da dinâmica de acumulação capitalista que se alimenta da exploração em escala global. Percebe-se, graças ao aporte teórico, que a lógica do capital cria diferenciações espaciais para o processo de reprodução da sociedade e do desenvolvimento capitalista.

Outro ponto de estudo desta pesquisa foi analisar as condições de vida e labor dos trabalhadores de rua de Cajazeiras, tendo como amostra uma parcela da população da Rótula da Feirinha. Para tanto, foi constatado que os principais traços e características do trabalhador de rua pesquisado do bairro de Cajazeiras são os seguintes: homens, negros e pardos, chefes de família, têm mais de 40 anos e baixo nível de escolaridade; dedicam-se às atividades informais que oferecem bens à população em geral, concentrando-se principalmente nos setores de comércio; tratam-se de trabalhadores que ingressaram na informalidade em sua maioria a partir de 2000, trabalham sozinhos ou com ajuda de familiares quase todos os dias da semana, com extensas jornadas de trabalho acima do previsto na CLT, com remuneração de até dois salários mínimos; por fim, o último traço que sobressai é o grau de vulnerabilidade social dos homens e mulheres que vivem do trabalho informal, metade dos trabalhadores informais pesquisados não contribui para a previdência social, estando completamente à margem dos direitos sociais mínimos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Além de constatar o desinteresse da maior parcela pela participação política nas associações comunitárias locais.

Trabalhar nas ruas implica correr riscos, viver sob a incerteza e socialmente vulnerável. O dia a dia dos trabalhadores informais é marcado por conflitos, competição e fragmentação social. As dificuldades enumeradas pelos trabalhadores se concentram

principalmente em três questões: a ação disciplinadora e repressora do poder público através da fiscalização dos agentes públicos da Prefeitura; as péssimas condições do comércio, com disputas por espaços privilegiados; e as condições de trabalho nas ruas é outro problema grave enfrentado pelos trabalhadores informais de Cajazeiras, pois a falta de infraestrutura, os assaltos e roubos fazem parte da dura realidade de quem trabalha nas ruas do bairro.

Os trabalhadores estão expostos às intempéries climáticas, às péssimas condições de iluminação e higiene das ruas, estando privados até de sanitários públicos, tendo que recorrer aos sanitários privados dos bares, lojas e casas comerciais próximas.

No âmbito da análise dessa atividade confirma-se sem grandes dificuldades, também, que o discurso de autonomia foi incorporado com naturalidade pelos trabalhadores, o que faz brotar o desejo de muitos serem donos do próprio negócio, bem mais estruturados que as pequenas bancas. Diante deste quadro, trata-se de uma atividade sem quaisquer garantias, cuja lógica de autonomia incorporada confere ao capital um leque amplo de exploração. Principalmente se considerar o fato que a área de localização – a Rótula da Feirinha – não acumula histórias de lutas coletivas.

Concorda-se com Santos (2008, p. 122), para quem certas modalidades de trabalho informal “funcionam como uma forma de manter a ordem, evitando a convulsão social”. Algumas dessas modalidades, inclusive, para continuar se reproduzindo recebem apoio de instituições como SEBRAE, Banco do Nordeste e/ou mesmo de políticas de governo, a exemplo do Microempreendedor Individual. Estes sujeitos estão inseridos numa lógica tal em que o mundo das organizações sindicais e associações se tornaram algo alheio. Na atualidade presencia-se, assim, uma espécie de empreendedorismo por necessidade.

Esses aspectos materializam as determinações do mercado no atual nível de desenvolvimento capitalista, em quem “[...] todos os trabalhadores, mesmo os que não vendem sua força de trabalho, só podem se reproduzir mediante espaço econômico permitido pelo mercado, seja qual for a sua produção” (TAVARES, 2004, p. 144-145). Ou seja, nenhum ser humano está livre das determinações do mercado, porque suas reproduções pessoais implicam desenvolvimento e confronto.

A contemporaneidade apresenta uma realidade em que as atividades informais não são mais vistas como problema passageiro a ser solucionando, estão em franca expansão. A generalização da informalidade do trabalho pode ser confirmada tanto pelas formas

mascaradas de terceirização quanto pela disseminação das ocupações informais, muitas das quais hoje legitimadas no âmbito de programas federais.

Em curso está uma lógica que tem conduzido trabalhadores à adesão ao projeto de dominação do capital, pela ilusória possibilidade destes se tornarem capitalistas. Portanto, o objetivo tem sido transformar o sujeito em consumidor e o trabalhador em empreendedor, o que remete às políticas de inclusão que têm se demonstrado através de emergenciais, descontínuas e compensatórias sem conectar com outros setores. No tocante a esta afirmativa surge outro ponto de estudo: a identificação dos planos, programas e projetos desenvolvidos na esfera municipal destinados aos trabalhadores informais de Salvador e os movimentos e as lutas dos trabalhadores na referida região.

Quanto a tais aspectos, observou-se que as ações e os projetos de inclusão produtiva desenvolvidos na capital baiana retratam apenas a níveis de localização urbanísticos, propiciando aos trabalhadores um local específico para a realização de suas atividades laborais, sem atender às outras especificações esperadas de inclusão. Ou seja, o que se tem feito é o remanejamento destes trabalhadores para um local previamente definido e, por consequência disso, o cadastro de alguns destes no MEI, assegurando outros benefícios e especificações aos trabalhadores.

Vale destacar que os Programas Federais e Estaduais de Inclusão Produtiva levantados nessa pesquisa não atingem nenhum trabalhador entrevistado, pois os mesmos afirmam que nunca ouviram falar – mesmo as lideranças comunitárias, que são mais atuantes, afirmam não ter conhecimento. As promessas da gestão municipal contidas no Plano de Requalificação e Reordenamento de Ambulantes de Salvador do projeto denominado “Ordem na Casa”<sup>51</sup>, cuja finalidade é organizar o comércio informal de alguns locais pontuais da cidade, observa-se que a prometida capacitação dos trabalhadores através do SEBRAE até o presente momento não foi realizada, nem mesmo o prefeito do bairro sabe informar qualquer previsão.

Especificamente em Cajazeiras observou-se que as lutas e manifestações locais não são realizadas em comunhão com a comunidade, os principais beneficiados. As associações ou envolvimento político advieram da vontade de ingressar com um ponto de trabalho no futuro Mercado de Cajazeiras, fruto da ação do supramencionado projeto, que

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://www.atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1484864-operacao-vai-retirar-os-ambulantes-das-passarelas>>. Acesso em: 15 out. 2014.

tem caráter partidário com evidentes fins eleitoreiros. O resultado dessa ausência participativa fragiliza a consciência coletiva de pertencimento e responsabilidade, criam-se, cada vez mais, homens alheios ao mundo, tornando-os incapazes de construir, modificar e ampliar o meio em que vivem.

Descortina-se um campo no qual as instituições governamentais são carentes de base de informações, presas a práticas de políticas personalistas, descontinuadas, fragmentadas e comprometem o ciclo de gestão e a tomada de decisão. Instituições com deficiência no planejamento e na gestão, incapazes de formular, implementar e avaliar as políticas públicas. Compreende-se que o cenário apresentado não mais poderá ser tratado com ações pontuais.

Mediante estas constatações essa pesquisa reflete as contradições das políticas públicas de inclusão entre a lógica econômica e a do desenvolvimento social no tocante ao mercado de trabalho informal. Considera-se a necessidade de estruturar políticas públicas capazes de reduzir os desequilíbrios funcionais que persistem em existir nos modelos tradicionais, sendo preciso fortalecer um debate crítico sobre a sua elaboração, a condução e os resultados concretos das políticas públicas a fim de promover o desenvolvimento e inserção dos trabalhadores de rua. Reconhece-se que as políticas públicas são finitas, muitas vezes, em proporção menor que as demandas sociais. Por essa razão é grande o desafio do Estado para conseguir manejar as prestações e as demandas de modo a buscar o bem comum, que, a despeito de qualquer definição, ultrapassa a concepção de somatório dos interesses individuais.

De um lado, consideram os personagens sociais que vivem à sombra das políticas públicas, sem que de alguma maneira sejam transformados por elas. De outro, a existência de políticas públicas de inclusão compensatórias, sem rupturas com as políticas tradicionais nessa área, que impõe a necessidade de pensar a amplitude da cidadania. No trabalho informal há incerteza da própria condição de trabalhador. Vive-se o presente, sem certezas futuras. O trabalho, em sua grande maioria, não poderá constituir uma fonte de realização pessoal plena, apenas um instrumento de sobrevivência pessoal. Pode-se questionar em estudos futuro a precarização e as incertezas também na formalidade. Através dos dados apresentados fica evidente o processo de precarização na informalidade e, mais especificamente, nas atividades de rua, as quais, no contexto atual, sofrem com mudanças no ordenamento público e também com a entrada expressiva de “novos informais”. Portanto, a precarização é um processo abrangente e que precisa ser delineado em seus contextos específicos.

Por fim, ressalta-se que esse estudo apresenta apenas um recorte de um tema que abarca excessiva possibilidade de outros olhares. Assim sendo, recomenda-se que novos estudos sejam efetuados no sentido de revelar novas respostas para melhor compreensão da temática cuja relevância se expressa em evidenciar as condições precárias em que se encontram os trabalhadores e em debate discutir outras possibilidades de enfrentamento de tal problemática que aflige os trabalhadores que ocupam as ruas, a fim de identificar estratégias de luta.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituição e poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ALBUQUERQUE, Manoela Carvalho. **O Sistema Único de Assistência Social e a Inclusão Produtiva**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ALMEIDA, Valmir Lima de. **As principais dificuldades de participação política dos indivíduos na sociedade globalizada** (UFSM), Julho de 2001.

ALVES, Maria Aparecida. **“Setor Informal” ou Trabalho Informal? Uma Abordagem Crítica sobre o Conceito de Informalidade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: UNICAMP. Campinas (SP), 2001.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho “autonomia” ou precarização. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. *In*: **Serviço Social e Sociedade**, nº 69, Ano XXIII, São Paulo: Cortez, março, 2002.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. *In*: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia. (Orgs.) **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ARAÚJO, José Prata de. **Manual dos Direitos Sociais da População**. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 1998.

ARRETCHE, Marta T. S. “Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 40, p. 111-141, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE SALVADOR-  
AGECOM. **Ambulantes da Av. Sete recebem capacitação para empreendedorismo**.  
28/07/2014.

\_\_\_\_\_. **Começam obras para Mercado Municipal de Cajazeiras**. 28/07/2014.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BOSCO, Carlos Alberto. **Trabalho informal relação fraudulenta de emprego ou realidade?** Curitiba. Ed. Juruá. 2003.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de Outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social** – Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 7.492**, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília, DF, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n.º 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Brasília, DF, 2006.



\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 139**, de 10 de novembro de 2011. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Brasília, DF, 2011c.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei complementar 123 e instituiu o empreendedor individual. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 248, 22 dez. 2008. Seção 1. p. 1-7.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRANCO, Rodrigo Castelo. **A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. Dissertação (mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. *In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**. Campinas, UNICAMP, nº 14, Jun. 2000.

CAMPOS, Edval Bernardino Campos. Política Social e Cidadania. *In: Anais do 3º Congresso de Assistência Social da Amazônia*. Belém, 2001.

CAMPOS, Edval Bernardino; MACIEL, Carlos Alberto Batista. Conselhos Paritários: o enigma da participação e da gestão democrática. *In: Revista Serviço Social e Sociedade* nº 55. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. AS “CIDADES” DE SALVADOR. Disponível em:  
<[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1724/1/Como%20anda%20Salvador\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1724/1/Como%20anda%20Salvador_RI.pdf)>.  
Acesso em: 17 jun. 2014.

CASTRO, J. A. et al. **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória**. [S.l.]: IPEA, 2010, p.1-22. (Textos para discussão, 1.486).

CATTANI, Antônio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4 ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 4. reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

CIAVATTA, Maria. Dilemas do Cidadão produtivo no trabalho e na educação. *In*: BEHRING, Elaine Rosseti, ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

COUTINHO, Beatriz Sierra *et al.* **Questão social, estado no capitalismo e as políticas sociais**. Monografia (bacharelado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente. Presidente Prudente/ SP, dezembro de 2004. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/317/307>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

DAVIS, Mike: **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEDECCA, Cláudio S.; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *In*: **Estudos Econômicos**, São Paulo, Nº 27, 1998.

DRAIBE, Sônia Maria. As Políticas Sociais Brasileiras: Diagnósticos e Perspectivas. *In*: **Para a Década de 90 - Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas nº 4**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

DRUCK, Maria da Graça. Terceirização: (Des)fordizando a fábrica: Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo/Edufba, 1999DURÃES, Bruno J. R. Trabalho de rua em Salvador e sua contribuição para acumulação capitalista: o trabalhador gratuito. **Temáticas**, ano 13, n.º 25/26, IFCH/UNICAMP, p. 217 a 238, 2005.

DURÃES, Bruno J. R. Trabalho de rua em Salvador e sua contribuição para acumulação capitalista: o trabalhador gratuito. **Temáticas**, ano 13, n.º 25/26, IFCH/UNICAMP, p. 217 a 238, 2005.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores de rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Vol. 4 Nº 7, 2012.

\_\_\_\_\_. Camelô de tecnologia ou um novo “negócio” de sucesso na rua. **Revista Espaço Acadêmico**, ano VIII, n.º 89, 2008.

\_\_\_\_\_. **Camelô de Tecnologia” ou Camelô Global**: novas formas de expansão do capital na rua. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: FFCH/Unicamp, 2011. XXI. Dissertação (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Camelô de Tecnologia” ou Camelô Global**: novos proletários da acumulação. Salvador: EDUBA, 2013.

GALPER, Jeffry. **Política Social e Trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FILHO, Ives Gandra da Silva Martins. **História do trabalho**, do Direito do Trabalho e da Justiça do trabalho. São Paulo: LTr, 1998.

FILGUEIRAS, L. A. M. Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste fim de século. In: V ENCONTRO NACIONAL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO – ABET. Anais... 1997.

FILGUEIRAS, Luiz. A.M.; DRUCK, G.; AMARAL, M.F do. O Conceito de Informalidade. um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17. n. 41. p. 211-229. Mai/ago, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GALLI, R.; KUCERA, D. **Informal employment in Latin America**: movements over business cycles and the effects of worker rights. Decent Work Research Programme. International Institute for Labour Studies. Discussion Paper. 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia**. São Paulo, Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_. O Novo Associativismo e o Terceiro Setor. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 58**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. O Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade** v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.

\_\_\_\_\_. **História dos movimentos e lutas sociais**. 3 ed. 2003.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

GUIMARÃES, Gleny Duro. Monitoramento, avaliação e indicadores sociais em interface com o SUAS. *In*: MENDES, Jussara Maria Rosa; AGUINSKY, Beatriz; PRATES, Jane Cruz. **Capacitação sobre PNAS e SUAS**: no caminho da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2010

HIRATA, H. S. Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais. *In*: FUNDAÇÃO SEADE. **Gênero no mundo do trabalho**. São Paulo: Ellus, 2000. p. 188-218.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWN, E. J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. *In*: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Serviço Social e Saúde**. 1 ed. São Paulo/Brasília: Cortez. Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital e Fetichismo**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Indivíduo social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

IANNI, Octavio. A Questão Social. **Revista São Paulo em Perspectiva**. Vol. 5, n. 1. p. 2-10, São Paulo, 1991.

JORNAL A TARDE. **Passarela do Iguatemi não comporta volume de pedestres**. 18 de novembro de 2006.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho. Quais são as perspectivas. *In: Serviço Social e Sociedade*, nº 69, Ano XXIII, São Paulo: Cortez, março, 2002.

KON, Anita. **A distribuição do trabalho informal no Brasil em uma perspectiva de gênero**. ABEP, Caxambu-MG, 2008.

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

\_\_\_\_\_. **A produção de mercadorias por não mercadorias. Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.1, p. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001.

\_\_\_\_\_. **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. Rio de Janeiro, CAPINA, OIKOS, 2007.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n.3).

LIRA, I. C. D. “Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade”. *In: Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA, 2006.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. Políticas Públicas e Controle Social: encontros e desencontros da experiência brasileira. **Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades**, v. 1, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e controle social: encontros e desencontros da experiência brasileira, 2011.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**. A imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória EDUFES, 2000.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Salvador e seu Recôncavo: “o empório do Universo”, *In. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, 11p.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Vol. I. Tomo II. Coleção Os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Global, 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX**: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

MEDEIROS, E. Antunes de. Informalidade, terceirização e subcontratação, uma máscara: as transformações nas relações de trabalho. *In: Fronteiras*. Ano IV, n. 08, maio de 2000.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite; OLIVEIRA, Ingredi Palmieri; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. **Para Entender Política Social e Questão Social**. Disponível em: <[http://scholar.google.com.br/scholar?cluster=12559173871274023779&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](http://scholar.google.com.br/scholar?cluster=12559173871274023779&hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>. Acessado em: 28 de Ago. 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez. 2000.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Nº 03. Jan/Jun 2011.

\_\_\_\_\_. **Prólogo ao Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. *In: Serviço Social e Sociedade*, nº 30, Ano X- abril de 1989, Editora Cortez.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18 n. 53, p.111-129, 2003.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Conhecendo a História da Bahia da Pré-História a 1815**. Salvador: Quarteto Editora, 2013.

OIT. **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**. Genebra, 1972.

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 2003.

OLIVEIRA Francisco de. **Crítica à Razão Dualista & o Ornitórrinco**. São Paulo. Boitempo. 2003.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. A condição provisória-permanente dos trabalhadores informais: uma análise das estratégias de empregabilidade no processo de informalidade da cidade de Salvador. 2002. Projeto (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador

OLIVEIRA Roberto Véras (2011). Para discutir os termos da nova informalidade? Sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. *In: OLIVEIRA, Roberto Véras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora da UFPB.

\_\_\_\_\_. Dossiê: Introdução - Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, jul/dez 2002, p. 11-22. Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 3ª Edição, São Paulo: Edições Loyola, 2010.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão/SE: NPGeo/UFS, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social, temas e questões**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil. *In*: BRAVO, Maria I.S.; PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

POCHMANN, Márcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006.

REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. Dossiê. **Revista USP**, São Paulo, Universidade de São Paulo, n.18, p. 8-29, 1993.

\_\_\_\_\_. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo, SP: M. Books, 2004. 340 p.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Carla Liane Nascimento dos Santos. **Sociabilidades itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia: um percurso de “desqualificação social”?** 302 f. il. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. O espaço dividido. 2º Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <[http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=858](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=858)>. Acesso em: 04 jun. 2013.

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional. *In*: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.



SILVA JR, Hédio. **Igualdade: Direito de Igualdade Racial**. 1. ed., São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA FILHO, Augusto. **Trabalho na sociedade contemporânea: trabalho informal**. Disponível em: <[www.unihorizontes.br/pi/pi\\_1sem\\_2007administracao/trabalho\\_informal.pdf](http://www.unihorizontes.br/pi/pi_1sem_2007administracao/trabalho_informal.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2014.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHWINGEL, Inês; RIZZA, Gabriel. **Políticas públicas para formalização das empresas: lei geral das micro e pequenas empresas e iniciativas para a desburocratização**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego Ministro, 2013. p. 48. v. 54.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. O trabalho informal e suas funções sociais. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro. v. 20, n. 1. p. 21-36, Jan-Jun., 2010.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. *In*: RAMALHO, P. Jether; ARROCHELLAS, Maria Helena. (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **A cidadania inexistente: incivildade e pobreza**. Um estudo sobre a família na grande São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Depto. de Sociologia da USP, 1992.

TOLEDO, E. de G. Neoliberalismo e Estado. *In*: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 1997.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-14, 2004  
UGA, Maria Alice. Descentralização e democracia: o outro lado da moeda. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 5, 1991.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; MOREIRA, Eliana M. Sentidos da globalização: um desafio ao pensamento sociológico. In: VERAS DE OLIVEIRA, Roberto; MOREIRA, Eliana M. (orgs.). O fenômeno da globalização em perspectiva local e multidimensional. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: o caso do pólo de confecções do agreste pernambucano. Campina Grande: mimeo, 2011a. \_\_\_\_\_. O pólo de confecções do agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. Campina Grande: mimeo, 2011b.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Conf. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa cujo tema é: O Labor nas Ruas de Salvador: As Experiências dos Trabalhadores do Bairro de Cajazeiras.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: **Analisar as condições de vida e labor dos trabalhadores de Cajazeiras X com vistas a discutir políticas de inclusão produtiva voltadas à população.** Como objetivos específicos pretende-se: Investigar condições históricas dos trabalhadores em situação de desemprego, em arranjos informais ocupando as vias públicas; Conhecer planos, programas e projetos desenvolvidos na esfera municipal destinados aos trabalhadores informais de Salvador; e Identificar os movimentos e as lutas dos trabalhadores de Cajazeiras;

Neste trabalho serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os seguintes sujeitos colaboradores: trabalhadores informais que ocupam as ruas de Cajazeiras; lideranças comunitárias; o gestor da Prefeitura - Bairro de Cajazeiras. Também serão realizadas observações em atividades que dizem respeito ao labor diário deste segmento de trabalhadores, mobilização e participação em processos organizativos. A identidade dos sujeitos pesquisados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes ou das instituições em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e não lhe acarretará nenhum ônus financeiro, não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada ou para a imagem institucional. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

Esta pesquisa está sob a responsabilidade da mestranda Saionara Bonfim Santos, orientanda da Profa. Dra. Mari Aparecida Bortoli, vinculada ao Núcleo de Pesquisa de Movimentos Sociais, Direitos e Políticas da Universidade Católica do Salvador (UCSal), que poderá oferecer qualquer esclarecimento ou dúvida através dos telefones (071) 8767-1619 e 3302-0616 e email: [sai\\_nar@ig.com.br](mailto:sai_nar@ig.com.br).

Após ter sido devidamente informado (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_,  
 RG \_\_\_\_\_ concordo em participar desta pesquisa.

\_\_\_\_\_  
 Pesquisadora Saionara Bonfim Santos

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Participante

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA (Para o Gestor Público (Subprefeito de Cajazeiras)



**Universidade Católica do Salvador**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**

**Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania**

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Para o Gestor Público (Subprefeito de Cajazeiras)

Pesquisa: **O LABOR NAS RUAS DE SALVADOR: AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DO BAIRRO DE CAJAZEIRAS**

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Local onde mora (bairro): \_\_\_\_\_
3. Idade: \_\_\_\_\_
4. Telefone: \_\_\_\_\_
5. Endereço eletrônico: \_\_\_\_\_
6. Há quanto tempo ocupa o cargo de Prefeito do Bairro Cajazeiras? \_\_\_\_\_
7. Qual era a sua ocupação anterior? \_\_\_\_\_
8. A Prefeitura Bairro de Cajazeiras está vinculada a que órgão/secretaria da prefeitura de Salvador?
9. Existem dispositivos legais (leis, decretos, outros, que regulem a atividade laboral nas ruas de Salvador?  sim  não
10. Se sim, quais?
11. Em relação aos trabalhadores que ocupam as ruas de Cajazeiras, existe diálogo entre a Prefeitura Bairro e estes trabalhadores?  sim  não.
  - 1 Individualmente  2 Associações  3 Cooperativas
  - 4 Outros \_\_\_\_\_
12. Se existe diálogo, quais as demandas dos trabalhadores?
13. Existe plano, programas, projetos (ações projetadas - elaboração, execução e avaliação) para atender as demandas dos trabalhadores?  sim  não.

14. Se sim, quais?
15. Se existirem ações em processo para atender as demandas dos trabalhadores, qual a estimativa de tempo para serem implementadas?
16. As ações planejadas contam com a participação dos trabalhadores em quais etapas ( ) sim ( ) não:  
Elaboração ( ) Execução ( ) Avaliação ( )  
Outros ( ) \_\_\_\_\_
17. Se ocorre o planejamento das ações com os trabalhadores, qual o processo?  
Reuniões individuais ( ) Reuniões com as associações/cooperativas ( )  
Audiências públicas ( ) Outros ( ) \_\_\_\_\_
18. Se ocorre o planejamento, há um cronograma sistemático de reuniões e/ou encontros com os trabalhadores? ( ) sim ( ) não  
Semanal ( ) Mensal ( ) Bimestral ( ) Trimestral ( ) Semestral ( ) Anual ( )  
Outros ( ) \_\_\_\_\_
19. Como o governo municipal enxerga os trabalhadores que ocupam as ruas?
20. O senhor acha que o trabalho informal movimenta a economia do bairro e da cidade?  
( ) sim ( ) não
21. Se sim, por quê?
22. O que o senhor acha sobre a conhecida truculência do RAPA em atuação com os trabalhadores que ocupam as ruas?

## APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO (LIDERANÇAS)



**Universidade Católica do Salvador**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania**

## QUESTIONÁRIO (LIDERANÇAS)

Pesquisa: O LABOR NAS RUAS DE SALVADOR: AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DO BAIRRO DE CAJAZEIRAS

Pesquisadora: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

## I) ATRIBUTOS PESSOAIS/PERFIL:

1. Nome:
2. Local de Moradia  
(Bairro): \_\_\_\_\_
3. Local de nascimento:  Salvador  Outros \_\_\_\_\_
4. Sexo: M  F
5. Idade: \_\_\_\_\_
6. Qual a sua cor? (Auto definição)  
 Preto  Branco  Amarelo  Pardo
7. Situação conjugal?  
 Solteiro  Casado  Divorciado/Separado  Viúvo
8. Escolaridade:  
 Analfabeto  Fundamental incompleto  Fundamental completo  Ensino médio incompleto  
 Ensino médio completo  Superior Incompleto  Superior completo  Pós graduação
9. Participou de algum curso para alguma profissão:  sim  não
10. Se sim, qual ou quais?

## II) FAMÍLIA

11. Quantas pessoas moram com o (a) senhor (a)?
12. Essas pessoas são? (Especificar)
- ( ) filhos ( ) irmãos ( ) pai/mãe ( ) Marido/Mulher ( ) Outros
13. A casa onde mora é própria? ( ) sim ( ) não
14. Possui veículo? ( ) sim ( ) não

### III) ATIVIDADE ATUAL

Se não trabalha nas ruas ir para a questão 41

15. Como o/a senhor/a chama a atividade que realiza (qual o seu trabalho)?
- ( ) camelô ( ) ambulante ( ) trabalhador informal ( ) trabalhador de rua ( ) autônomo ( ) feirante
- ( ) outros
16. Há quanto tempo está nesta atividade?
17. Há quanto tempo trabalha em Cajazeiras?
18. Você é proprietário/a da banca e dos produtos/serviços? ( ) sim ( ) não
19. Trabalha com outras pessoas? ( ) sim ( ) não
20. Se sim, quais: ( ) Familiares ( ) Amigos/as ( ) Empregados ( ) Sócios
- Outros
21. Que produtos ou serviços comercializa?
- 
22. Já comercializou outros produtos ou serviços além destes (atuais)? ( ) sim ( ) não.
23. Se sim, quais?
- 
24. Se mudou os produtos ou serviços vendidos, qual o motivo?
25. Se preocupa com a organização/limpeza dos produtos na sua banca? ( ) sim ( ) não
26. Possui outras bancas/barracas/boxes? ( ) sim ( ) não
27. Se sim, quantas e onde?
28. A banca é? ( ) própria ( ) alugada ( ) sociedade ( ) emprestada ( ) outros
29. Qual a renda mensal de vendas das mercadorias/serviços?
- ( ) 1 salário mínimo ( ) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) Mais que 3 salários mínimos

30. Você possui outra renda além desta de trabalhador/a de Cajazeiras?  sim  não  
 Aposentado/a  Pensão  Emprego com carteira assinada  Emprego sem carteira assinada Outros
31. Por que veio trabalhar nesta atividade?  
 Desemprego  Complementação da renda familiar  Melhor remuneração  
 Ser dono do próprio negócio  Indicação familiar  Indicação de amigos/as  
Outros
32. (Se proprietário do negócio): Contou com ajuda de alguém para montar este negócio?  sim  
 não

#### IV) CONDIÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

33. Quem define o espaço para quem realiza o trabalho nas ruas?
34.  Prefeitura  Nós mesmos  Associação/Sindicato
35. Paga alguma taxa?  sim  não
36. Se sim, a que instituição?  prefeitura  Associação  Outros
37. Quantos dias você trabalha por semana?
38. Qual o tempo de trabalho diário nesta atividade?
39. Onde o (a) senhor (a) faz as refeições?
40. Onde faz as necessidades básicas?
41. Qual a quantidade de água que consome durante o dia?
42. Quantas horas dorme por dia?
43. Se protege do sol de alguma maneira?  sim  não
44. Se sim, como?
45. Possui assistência médica privada?  sim  não
46. Realiza consulta médica de rotina?  sim  não
47. Se sim, em que período do ano?
48. O (a) senhor (a) realiza limpeza do local de trabalho?  sim  não
49. Se sim, quantas vezes por dia?
50. A prefeitura faz limpeza diária da rua?  sim  não
51. Se sim, em que turno?  manhã  tarde  noite
52. Quais os principais problemas que o(a) senhor (a) enfrenta no dia a dia (cotidiano)?



53. O (a) senhor (a) já foi vítima de alguma violência no seu local de trabalho?  sim  não
54. Se sim, que tipo de violência:  
 Rapa  Assalto  Polícia  De alguém da mesma atividade  Outros: \_
55. Conhece o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)  sim  não
56. É segurado do INSS  sim  não
57. Conhece os benefícios de ser um segurado do INSS - Previdência Social  sim  não
58. Se for segurado do INSS, já utilizou algum benefício?  Sim  Não
59. Se sim, qual benefício utilizou:  
 Auxílio doença  Aposentadoria por idade  Salário-maternidade  Pensão  Auxílio reclusão  
 Outros:
60. É Inscrito como Micro Empreendedor Individual - MEI?  Sim  Não
61. Se for inscrito, indique tempo de contribuição:
62. Como você registra/controla a entrada e saída de produtos e/ou serviços?  
 Em caderno  Anotações em folhas  Memoriza  Outra pessoa realiza o controle  Não registra  
 Computador  Outras:
- V) TRAJETÓRIA OCUPACIONAL
63. Qual era a atividade de seu pai?
64. E sua mãe em que trabalha ou trabalhou?
65. Qual o último trabalho que o (a) senhor (a) teve antes do atual nas ruas?
66. Neste trabalho você era?  
 Empregado com carteira assinada  Empregado sem carteira assinada  Funcionário público  
 Trabalhador doméstico  Trabalhador agrícola  Empregador  Autônomo urbano
67. Qual era a sua ocupação neste emprego?
68. Quem era seu empregador? (Ramo de atividade)
69. Quanto ao trabalho nas ruas, o senhor (a) se considera independente (tem liberdade, autonomia)?  sim  não
70. Por quê?

71. O (a) senhor (a) gostaria de mudar para um emprego com carteira assinada?  sim  não

72. Por quê?

#### VI) TRAJETÓRIA DE LUTA

73. Há quanto tempo os trabalhadores ocupam as ruas de Cajazeiras:

74. Há quanto tempo é reconhecido/a como liderança em Cajazeiras?

75. Participa ou já participou de alguma organização de trabalhadores/comunitárias?  Sim  Não

76. Se sim, qual?  Associação  Sindicato  Cooperativas  Não participa

77. É filiado a partido político?  Sim  Não

78. Se sim, qual?

79. Já participou de algum protesto?  sim  não

80. Se sim, qual/quais?

81. Quando? 82. Mesmo individualmente, você já buscou junto a prefeitura, ou outras parcerias por melhores condições de trabalho em Cajazeiras?  sim  não.

83. Se sim, qual/ais:

#### SE A LIDERANÇA FIZER PARTE DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO CONTINUAR

84. Qual a organização que é vinculado (a)?

85. Período de vínculo na organização?

86. Você tem alguma função ou cargo na organização?

87. Onde acontecem as reuniões?

88. O que o (a) senhor (a) acha que deve ser feito para melhorar as condições de trabalho nas ruas de Cajazeiras?

89. Você participa de reuniões e/ou assembleias para tomar decisões juntamente com o grupo?  
Sim  Não

90. Quais assuntos são discutidos nas reuniões?

91. Neste período de atuação da organização, houveram conquistas para os trabalhadores?  sim  não Quais?

92. A organização dialoga com outras organizações?  sim  não.

93. Se sim, qual / quais?

94. A organização dialoga com órgãos municipais no intuito de buscar melhorias (planos, projetos, programas) para os trabalhadores que laboram nas ruas de Cajazeiras?  sim  não?
95. Se sim, quais:
96. Você conhece alguma ação da prefeitura direcionada aos trabalhadores de Cajazeiras?  sim  não.
97. Se sim, quais?
98. Se existe alguma ação da prefeitura sendo realizada, os trabalhadores e lideranças foram chamados para participar nas decisões? sim  não
99. Se houve participação nas ações da prefeitura, a demanda dos trabalhadores tem sido atendida? sim  não
100. Se sim, quais?
101. Se ocorre a participação, descreva como é o processo? reuniões semanais  reuniões mensais  são convocados quando ocorre uma demanda.

## APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO (TRABALHADORES)



**Universidade Católica do Salvador**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**

**Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania**

## QUESTIONÁRIO (TRABALHADORES)

Pesquisa: **O LABOR NAS RUAS DE SALVADOR: AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DO BAIRRO DE CAJAZEIRAS**

Pesquisadora: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

**I) ATRIBUTOS PESSOAIS/PERFIL:**

1. Nome:
2. Local de Moradia (Bairro)
3. Local de nascimento:  Salvador  Outros \_\_\_\_\_
4. Sexo: M  F
5. Idade: \_\_\_\_\_
6. Qual a sua cor? (Auto definição)
  - Preto  Branco  Amarelo  Pardo
7. Situação conjugal?
  - Solteiro  Casado  Divorciado/Separado  Viúvo
8. Escolaridade:
  - Analfabeto  Fundamental incompleto  Fundamental completo  Ensino médio incompleto
  - Ensino médio completo  Superior Incompleto  Superior completo  Pós graduação
9. Participou de algum curso para formação profissional:  sim  não
10. Se sim, qual ou quais?
11. **II) FAMÍLIA**
12. Quantas pessoas moram com o (a) senhor (a)?
13. Essas pessoas são? (Especificar)

( ) filhos ( ) irmãos ( ) pai/mãe ( ) Marido/Mulher ( ) Outros \_\_\_\_\_

14. A casa onde mora é própria? ( ) sim ( ) não

15. Possui veículo? ( ) sim ( ) não

### III) ATIVIDADE ATUAL

16. Como o/a senhor/a denomina atividade que realiza (qual o seu trabalho)?

( ) camelô ( ) ambulante ( ) trabalhador informal ( ) trabalhador de rua ( ) autônomo ( ) feirante

( ) outros: \_\_

17. Há quanto tempo trabalha nesta atividade?

18. Como começou nesta atividade?

19. Há quanto tempo trabalha em Cajazeiras?

20. Trabalha com outras pessoas? ( ) sim ( ) não

21. Se sim, quais: ( ) Familiares ( ) Amigos/as ( ) Empregados ( ) Sócios

Outros: \_\_\_\_\_

22. Que produtos ou serviços comercializa?

23. Já comercializou outros produtos ou serviços além destes (atuais)? ( ) sim ( ) não.

24. Se sim, quais?

25. Se mudou os produtos ou serviços vendidos, qual o motivo?

26. Usa alguma estratégia de divulgação dos produtos e/ou serviços?

( ) Sim ( ) não

27. Se sim, quais?

28. Possui outras bancas/barracas/boxes? ( ) sim ( ) não

29. Se sim, quantas e onde?

30. A banca é? ( ) própria ( ) alugada ( ) sociedade ( ) emprestada ( ) outros: \_\_

31. Qual a renda mensal de vendas das mercadorias/serviços?

( ) 1 salário mínimo ( ) 1 a 2 salários mínimos ( ) 2 a 3 salários mínimos ( ) Mais que 3 salários mínimos

32. Você possui outra renda além desta de trabalhador/a de Cajazeiras? ( ) sim ( ) não

( ) Aposentado/a ( ) Pensão ( ) Emprego com carteira assinada ( ) Emprego sem carteira assinada Outros:

33. Por que veio trabalhar nesta atividade?

( ) Desemprego ( ) Complementação da renda familiar ( ) Melhor remuneração

Ser dono do próprio negócio  Indicação familiar  Indicação de amigos/as

Outros:

34. (Se proprietário do negócio): Contou com ajuda de alguém para montar este negócio?  sim  não

#### IV) CONDIÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO

35. Quem define o espaço em que realiza sua atividade?

Prefeitura  Nós mesmos  Associação/Sindicato

36. Paga alguma taxa?  sim  não

37. Se sim a que instituição?  prefeitura  Associação

Outros: \_\_\_\_\_

38. Quantos dias você trabalha por semana?

\_\_\_\_\_

39. Qual o tempo de trabalho diário nesta atividade?

\_\_\_\_\_

40. Onde o (a) senhor (a) faz as refeições?

\_\_\_\_\_

41. Onde faz as necessidades básicas?

\_\_\_\_\_

42. Qual a quantidade de água que consome durante o dia?

\_\_\_\_\_

43. Quantas horas dorme por dia?

\_\_\_\_\_

44. Se protege do sol de alguma maneira?  sim  não

45. Se sim, como?

\_\_\_\_\_

46. Possui assistência médica privada?  sim  não

47. Realiza consulta médica de rotina?  sim  não

48. Se sim, em que período do ano?

\_\_\_\_\_

49. O (a) senhor (a) realiza limpeza do local de trabalho?  sim  não

50. Se sim, quantas vezes por dia?

\_\_\_\_\_

51. A prefeitura faz limpeza diária da rua?  sim  não

52. Se sim, em que turno?  manhã  tarde  noite

53. Quais os principais problemas que o(a) senhor (a) enfrenta no dia a dia (cotidiano)?
54. O (a) senhor (a) já foi vítima de alguma violência no seu local de trabalho?  sim  não
55. Se sim, que tipo de violência:
- Rapa  Assalto  Polícia  De alguém da mesma atividade
- Outros: \_\_\_\_\_
56. Conhece o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)  sim  não
57. É segurado do INSS  sim  não
58. Conhece os benefícios de ser um segurado do INSS - Previdência Social  sim  não
59. Se for segurado do INSS, já utilizou algum benefício?  Sim  Não
60. Se sim, qual benefício utilizou:
- Auxílio doença  Aposentadoria por idade  Salário-maternidade  Pensão  Auxílio reclusão
- Outros: \_\_\_\_\_
61. É Inscrito como Micro Empreendedor Individual - MEI?  Sim  Não
62. Se for inscrito, indique tempo de contribuição: \_\_\_\_\_
63. Como você registra/controla a entrada e saída de produtos e/ou serviços?
- Em caderno  Anotações em folhas  Memoriza  Outra pessoa realiza o controle  Não registra
- Computador
- Outras: \_\_\_\_\_

## V) TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

64. Qual era a atividade de seu pai?
- \_\_\_\_\_
65. E sua mãe em que trabalha ou trabalhou?
- \_\_\_\_\_
66. Qual o último trabalho que o (a) senhor (a) teve antes do atual nas ruas?
- \_\_\_\_\_
67. Neste trabalho você era?
68.  Empregado com carteira assinada  Empregado sem carteira assinada  Funcionário público
- Trabalhador doméstico  Trabalhador agrícola  Empregador  Autônomo urbano

69. Qual era a sua ocupação neste emprego?

---

70. Quem era seu empregador? (Ramo de atividade)

---

71. Quanto ao trabalho nas ruas, o senhor (a) se considera independente (tem liberdade, autonomia)?  sim  não

72. Por quê?

73. O (a) senhor (a) gostaria de mudar para um emprego com carteira assinada?  sim  não

74. Por quê?

## **VI) TRAJETÓRIA DE LUTA**

75. Participa ou já participou de alguma organização de trabalhadores/comunitária?  Sim  Não

76. Se sim, qual?  Associação  Sindicato  Cooperativas  Não participa

77. É filiado a partido político?  Sim  Não

78. Se sim, qual? \_\_\_\_\_

79. Já participou de algum protesto?  sim  não

80. Se sim, qual/quais? Quando?

81. Usa ou já usou os Serviços da Unidade Básica de Saúde, do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) Sim  não .

82. Mesmo individualmente, você já buscou junto a prefeitura, ou outras parcerias por melhores condições de trabalho em Cajazeiras?  sim  não.

83. Se sim, qual/ais:

## **SE O TRABALHADOR ENTREVISTADO FIZER PARTE DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO CONTINUAR**

84. Qual a organização que é vinculado (a)? \_

85. Período de vínculo na organização?

86. Você tem alguma função ou cargo na organização?

87. Onde acontecem as reuniões?

88. O que o (a) senhor (a) acha que deve ser feito para melhorar as condições no local de trabalho?

89. Você participa de reuniões e/ou assembleias para tomar decisões juntamente com o grupo?  
Sim  Não

90. Quais assuntos são discutidos nas reuniões?

91. Neste período de atuação da organização, houveram conquistas para os trabalhadores?  sim



não Quais?

92. A organização dialoga com outras entidades?  sim  não.

93. Se sim, qual / quais?

94. A organização dialoga com órgãos municipais no intuito de buscar melhorias (planos, projetos, programas) para os trabalhadores/moradores que laboram nas ruas de Cajazeiras?  sim  não?

95. Se sim, quais

96. Você conhece alguma ação da prefeitura direcionada aos trabalhadores de Cajazeiras?  sim  não.

97. Se sim, quais?

98. Se existe alguma ação da prefeitura sendo realizada, os trabalhadores e lideranças foram chamados para participar nas decisões? sim  não

99. Se houve participação nas ações da prefeitura, a demanda dos trabalhadores tem sido atendida? sim  não

100. Se sim, quais?

## APÊNDICE E - FOTOS MERCADO CAJAZEIRAS



Construção do Mercado de Cajazeiras.  
Fonte: Arquivo da Pesquisa (2014).



Barraca de Frutas.  
Fonte: Arquivo da Pesquisa (2014).



Barraca de Flores na Rótula da Feirinha.

Fonte: Arquivo da Pesquisa (2014).

## ANEXOS

## ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** O LABOR NAS RUAS DE SALVADOR: AS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES DO BAIRRO DE CAJAZEIRAS

**Pesquisador:** Saionara Bonfim Santos

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 37243914.3.0000.5628

**Instituição Proponente:** Universidade Católica do Salvador

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 858.550

**Data da Relatoria:** 20/10/2014

**Apresentação do Projeto:**

A pesquisa investiga as condições históricas que submeteram os trabalhadores às situações de desemprego e de precarização e os levaram a trabalhar em arranjos informais, ocupando as vias públicas da cidade. Com uso de técnicas mistas e entrevistas com trabalhadores informais e gestores públicos, a pesquisa analisa a informalidade e as políticas de inclusão produtiva. O objetivo é investigar quais são as reivindicações e lutas desses trabalhadores, como se organizam como classe social e quais são os planos, programas e projetos, desenvolvidos na esfera municipal, destinados a atender as demandas destes trabalhadores. Pretende-se entrevistar 10 trabalhadores camelôs e feirantes, cinco lideranças comunitárias, e o gestor da Prefeitura bairro de Cajazeiras entrevistas semi-estruturadas e observação sistemática da realidade local.vinte trabalhadores (ambulantes, camelôs e feirantes), cinco lideranças comunitárias, gestor da Sub-Prefeitura de Cajazeiras e o Secretário Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar as condições de vida e labor dos trabalhadores da Rótula de Cajazeiras X com vistas a

**Endereço:** Av. Cardeal da Silva, nº 205  
**Bairro:** Federação **CEP:** 40.231-902  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3203-8913 **Fax:** (71)3203-8975 **E-mail:** cep@ucsal.br



Continuação do Parecer: 858.550

discutir políticas de inclusão produtiva voltadas à esta população.

Objetivo Secundário:

1 investigar condições históricas que submeteram os trabalhadores em situação de desemprego, obrigando-os a trabalhar em arranjos informais precarizados, ocupando as vias públicas; 2 Conhecer planos, programas e projetos desenvolvidos na esfera municipal destinados aos trabalhadores informais de Cajazeiras; 3 Identificar os movimentos e as lutas dos trabalhadores na referida região.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Neste trabalho serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com os seguintes sujeitos colaboradores: trabalhadores da rótula de Cajazeiras X; lideranças comunitárias; o gestor da Sub-Prefeitura da Região de Cajazeiras, e gestor da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza. Também serão realizadas observações em atividades que dizem respeito ao labor diário deste segmento de trabalhadores, mobilização e participação em processos organizativos. A identidade dos sujeitos pesquisados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes ou das instituições em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. Os colaboradores desta pesquisa participarão de maneira voluntária, não acarretando nenhum ônus financeiro, ou dano à imagem institucional. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante, sentindo-se prejudicado resolver não mais continuar terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

A pesquisadora refere que o estudo "não oferece risco ou dano à pessoa entrevistada ou para a imagem institucional" no texto do Projeto e no TCLE. Entretanto, conforme Resolução 466/2012, toda pesquisa implica em riscos, assim, mesmo se tratando de estudo social, convém mencionar sua possibilidade.

Benefícios:

Acredita-se que este projeto de pesquisa contribuirá para análise do fenômeno social de trabalhadores que negociam produtos e serviços nas ruas de Cajazeiras, como contraponto no enfretamento das condições precárias de vida e trabalho, identificando de que maneira as políticas de inclusão produtiva (planos, programas e projetos em âmbito municipal) tem sido dialogadas

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205  
Bairro: Federação CEP: 40.231-902  
UF: BA Município: SALVADOR  
Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE  
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 858.550

com os trabalhadores em todo seu processo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto é relevante, preocupa a não adequação do cronograma à factibilidade da investigação, elaboração da Dissertação e Defesa Pública nos tempos definidos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Cumpriu a apresentação.

**Recomendações:**

A pesquisadora deve se comprometer a iniciar a coleta de dados após a aprovação do projeto pelo CEP/UCSAL.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto já em fase de redação dissertativa se encontra bem redigido.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Conforme Reunião do Colegiado, em 04/11/2014, ficou deliberado que o projeto se encontra aprovado, acatando o Parecer do Relator.

SALVADOR, 05 de Novembro de 2014

Assinado por:  
Aparecida Netto Teixeira  
(Coordenador)

Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205  
Bairro: Federação CEP: 40.231-902  
UF: BA Município: SALVADOR  
Telefone: (71)3203-8913 Fax: (71)3203-8975 E-mail: cep@ucsal.br